

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

LEONOR SIMIONI

A AQUISIÇÃO DA CONCORDÂNCIA
NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: UM PARÂMETRO PARA A
CONCORDÂNCIA NOMINAL

FLORIANÓPOLIS, 15 DE JUNHO DE 2007

LEONOR SIMIONI

A AQUISIÇÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO PORTUGUÊS
BRASILEIRO: um parâmetro para a concordância nominal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

Florianópolis, 15 de junho de 2007

LEONOR SIMIONI

A AQUISIÇÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO: um parâmetro para a concordância nominal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Lingüística.

Aprovada em junho de 2007

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes – Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina / Universidade Estadual de
Campinas

Profa. Dra. Elaine Bicudo Grolla
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Carlos Miotto (suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 15 de junho de 2007

LEONOR SIMIONI

A AQUISIÇÃO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO: um parâmetro para a concordância nominal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Lingüística.

Aprovada em junho de 2007

Prof. Dr. Fábio Lopes da Silva
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Lingüística da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 15 de junho de 2007

*Se tinha chuva
ele queria inventar o sol
pois sabia onde achar
o azul e o amarelo;
se fazia frio
ele tinha uma transa quentinha
pra se aquecer;
se tinha sombras
ele inventava de criar o riso
pois era cheio de graça;
se, de repente,
ficasse muito vazio
ele inventava o abraço
pois sabia onde estavam
os braços que queria;
se havia o silêncio
ele inventava a conversa
pois havia sempre um tempo
para escutar o que o menino
gostava de conversar;
se tinha dor
ele inventava o beijo
aprendido em várias lições.
E quanto mais deixavam ele criar
mais o menino inventava
vestido de Doutor Silvana
com óculos de aro grosso
e jeito de maluquinho*

(Ziraldo – O Menino Maluquinho)

It's getting better all the time!

(The Fab Four)

Aos meus pais, João e Nelci, com amor.

Aos meus avós, Onorata, Atílio, Íris e Arvílio, com saudades.

AGRADECIMENTOS

Felizmente são muitas as pessoas a quem devo agradecer. Digo felizmente porque quando ingressamos na vida acadêmica sempre ouvimos dizer que a vida de pesquisador é uma vida solitária. De fato, não foram poucos os momentos de solidão, de introspecção, de trabalho intenso. Mas também não foram poucas as companhias, as fontes de apoio e inspiração, tampouco os ombros amigos nesses dois anos de mestrado. Algumas das pessoas que citarei aqui já faziam parte da minha vida; outras foram “aquisições”, justamente, da trajetória acadêmica, e posso dizer que só por isso essa caminhada já valeu a pena.

Em primeiríssimo lugar, àquela sem a qual essa dissertação não teria sequer saído da primeira página. À Ruth, por tudo, e esse “tudo” é um “tudo” bem grande: por ter lido o trabalho de uma completa desconhecida na ABRALIN, no início de 2005; pela disponibilidade em responder aos meus e-mails e me orientar ainda antes do meu ingresso na PGL; pelas longas manhãs e tardes de orientação; pelos e-mails coloridos; pela paciência em sempre acalmar os meus anseios, responder minhas dúvidas, ouvir minhas maluquices sem cair na gargalhada; por me alertar nas tantas vezes em que eu dizia bobagens; por me ajudar a fazer as perguntas certas e me instigar sempre a buscar as respostas; por sempre me passar “mais aquele texto”, mesmo sabendo que eu jamais daria conta de ler tudo o que queria; por me apontar o caminho das pedras da profissão; por me receber em casa com tanto carinho (e sempre com um café fresquinho); pela dedicação, pelas muitas conversas agradáveis, pela compreensão nessa loucura que foi o final do trabalho, pelas risadas, por me buscar no terminal da Lagoa só pra eu não precisar pegar um ônibus a mais. Ruth, essa trajetória não teria sido tão proveitosa sem a tua presença. Devo a ti muito do (ainda pouco) que sou hoje, e muito do que eu ainda quero ser se espelha na profissional ética, íntegra e competente que enxergo em ti. Encerro essa etapa com a certeza de que o nosso trabalho juntas gerou não apenas uma dissertação, mas também uma amizade sincera que eu espero possa perdurar.

Ao Emílio pelo leva-e-traz bibliográfico depois que a Ruth foi pra Campinas. Pela valiosa ajuda em um dos trabalhos finais de disciplina. Por me receber tão bem sempre que eu ia à casa deles, mesmo sabendo que a minha presença certamente atrasaria o almoço, ou o forçaria a assumir as panelas.

Aos meus orientadores da UFRGS: à Luciene Simões, por me introduzir no mundo da aquisição durante os meus anos como bolsista no projeto DELICRI. Ao Mathias Schaff, meu orientador no trabalho de conclusão, pelas aulas de sintaxe e pelo carinho com que me recebeu quando caí de pára-quedas no gabinete dele buscando orientação; pela amizade que tem me dedicado desde então. À Sabrina Abreu, que apesar de nunca ter sido formalmente minha orientadora, foi aquela que me incentivou acima de tudo a buscar o meu destino, mesmo que isso significasse bater asas pra longe da “casa”. Obrigada por acreditarem, e por nunca esquecerem de mim. Sem as injeções de ânimo, a confiança e a amizade de vocês eu não estaria aqui.

Aos membros da minha banca de qualificação, Profa. Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva e Prof. Dr. Jairo Nunes. À Cristina por me aceitar como “mestranda intrusa” nas disciplinas, pelas aulas maravilhosas, pelos inúmeros comentários e sugestões (e pela revisão minuciosa do texto!) na qualificação. Por ser, também, um exemplo a ser seguido. Ao Jairo pela solicitude, pela cordialidade, pelas perguntas provocativas, por testar os limites das minhas convicções.

Ao Max Guimarães, por me receber em duas das suas disciplinas na UFPR. Pelas inúmeras “aulas particulares” espontâneas, pelos tantos livros e textos emprestados. Pelas noites e noites de conversas mundanas e acadêmicas. Pelo apoio nos últimos meses de trabalho. Por todas as outras tantas coisas também.

Aos amigos de Porto Alegre: à Rejane e ao Diego por sempre fazerem questão de me ver, por abrirem as portas de casa e as garrafas de vinho pra gente conversar e matar as saudades. À Rê, também, por compartilhar comigo as agruras da vida acadêmica. Ao Tigrão, amigo de sempre, por nunca esquecer de mim por mais que a gente quase nunca se veja; pelas nossas madrugadas de conversa boa. Ao Diego, pelos galanteios e pela música compartilhada via *msn*. Quem sabe agora sai aquele café.

Ao Carlinhos, por continuar sendo sempre uma presença constante, um ombro amigo nas horas mais difíceis. Por me encorajar contra as baratas. Também por ser meu “revisor oficial”. Mudaram as estações... Mas o essencial, felizmente, não mudou.

A todos os amigos que a lingüística me trouxe, amigos que conheci pelos congressos da vida e que estão espalhados por esse Brasil afora, esperando o próximo evento pra gente se encontrar. À Claudinha Roberta, que sempre lembra de me mandar um e-mail contando as novidades lá do sertão. Ao Julio, pela força com a seleção da USP. Ao Rey, pela promessa de uma vizinhança futura, por todas as nossas afinidades “na alegria e na tristeza”. Ao Ferrari, além da grande amizade, pelas inúmeras trocas teóricas sobre aquisição de número; ao Ronald, amigão do peito, também agradeço pelo carinho e pelos papos incansáveis sobre sintaxe e semântica dos DP’s.

À “turma de Curitiba”, especialmente Jahyr, Lara e Marcos, pela acolhida carinhosa e pelas palavras de apoio nas minhas empreitadas. Também à Solange e à Cristina pela parceria nas disciplinas e pelas caronas semanais.

Ao povo do NEG, não vou citar todos os nomes porque é um monte de gente e porque quem é NEG não nega! Pelo apoio mútuo, pela alegria que contagia todo mundo que entra lá na salinha. Freqüentar o NEG é um ótimo antídoto pra qualquer depressão de mestrando!

To a certain Young Boy, for a whole lot of things: for bringing music back to my life (in high fidelity!) and the thrills back to my heart; for Model One, Love Songs, Kill Bill, Easy FM, Twix, Strawberry Fields, penguins, butterflies, the sunsets & sunrises, our “trapped” sleepless nights, and the other thousands of good stuff we’ve shared. For your big words, for bringing out the best of me. For letting me keep our more than special kung fu fighter. Thank you for still being there for me even though you didn’t have to. It was short, but it was huge. And I sure miss you.

À Clau, amiga querida, por alegrar meus dias com a sua loucura sadia e o seu sorriso gostoso. Por ter segurado a minha barra numa hora de muito aperto. Por todos os conselhos, os carinhos, as conversas que no fundo eram sempre a mesma. Nunca vou esquecer a nossa tarde inusitada na praia da Lagoinha, de tênis e calça jeans, comendo peixe, sendo atacadas pelos cachorros e rindo das nossas desgraças. Nem a peregrinação pelas praias da ilha, a farinha láctea, as músicas que a gente cantava em altos brados, o especial do Roberto Carlos que assistimos juntas dançando com a vassoura e bebendo ~~caipirinha~~ refrigerante. Nossa *roomateness* durou pouco, mas meu amor por ti é muito!

À Sá, por essa amizade gigantesca que nasceu entre a gente, cujo percurso se confunde com o dos nossos mestrados. Tem tanta, mas tanta coisa que nem dá pra mencionar tudo: nossas idas ao shopping, à cantina, à praia, nossas noites animadíssimas de estudo e papo-furado, as angústias profissionais, as angústias pessoais, as pequenas conquistas, os congressos, o apoio nas horas difíceis, as alegrias compartilhadas, o incentivo, a saudade doída que ficou quando ela foi pra Campinas e ninguém mais ia dormir em casa. Ela que me apresentou ao Latitude, a Floripa, à Clau. E mesmo lá em Campinas nunca deixou de lembrar de mim, nem eu dela. Amiga, tu sabe que eu te amo do fundo do coração. Te conhecer foi de longe a melhor coisa que me aconteceu em Floripa. E me espera que eu tou indo te alcançar!!!

À Lu, pelas incontáveis tardes debruçadas sobre o Chomsky, que acabaram evoluindo pra tardes de muita conversa, passeios, telefonemas e uma grande amizade. Quando eu achei que estava sozinha de vez, a vida (acadêmica) me fez outra grande surpresa e te colocou na minha vida, pra ficar.

À minha família, que apesar de nunca ter entendido muito bem o que que é essa tal de lingüística que essa guria tanto estuda, sempre me deu a maior força pra seguir em frente. Especialmente à Tia Têre, à minha madrinha Leonora, ao Ermínio e à Elisa, pelo apoio logístico e emocional, pelos telefonemas, por sempre me visitarem quando eu voltava pra Porto Alegre. Amo vocês!

Finalmente, àqueles que me acompanham desde antes do primeiro instante: aos meus pais, por tudo. E esse “tudo”, sim, é impossível colocar em palavras, breves ou não: o incentivo, o apoio emocional, financeiro e logístico, a fé que nem eu tinha em mim mesma, os puxões de orelha, os sacrifícios, a saudade contida, o amor incondicional, o me poupar dos problemas, nada disso é suficiente pra expressar o tanto que eles fizeram e fazem por mim desde que eu me entendo por gente. Nada paga a delícia de chegar cansada de viagem e encontrar um quarto arrumadinho especialmente pra mim, aquela comidinha que só a mãe sabe fazer, as horas e horas de papo até botar todos os assuntos em dia, os passeios que ela programa pra gente, as feiras de artesanato que ela sempre me espera pra ir. Ir sozinha não tem a mesma graça pra nenhuma de nós. Os filmes e discos compartilhados em casa com o pai, o cinema que ele também adora e sempre me convida pra ir – e qualquer filme vale, o que importa é a companhia; as histórias do trabalho que ele sempre me conta. As idas em família às livrarias, as novidades da casa que os dois sempre correm pra me mostrar. A paciência deles em entender que sim, eu sempre tenho alguma coisa pra estudar. A compreensão a cada mudança de planos. O colo quando das desilusões. A serenidade em aceitar que o meu destino passa longe de Porto Alegre. A segurança de que a distância não muda em nada o amor que eu sinto por eles, ainda que eu tenha tanta dificuldade em expressar esse amor no dia-a-dia. A confiança deles na educação que me deram e na pessoa que eu me tornei é o que me permite crescer e voar pra longe das asas protetoras sem medo. Pai, mãe, sem vocês eu não sou nada.

Ao Miles Davis por *Blue Moods*, ao Tom Waits por *Closing Time*, ao Paul McCartney por *Flaming Pie* e ao Keith Jarrett pelo *Köln Concert*. Sem eles, a redação dessa dissertação teria sido praticamente impossível.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

RESUMO

Esta dissertação está inserida no modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981 e obras posteriores), mais especificamente no Programa Minimalista (Chomsky, 1995 e obras posteriores), e tem como objetivos principais descrever o processo de aquisição da concordância de número interna ao DP no PB e estabelecer uma comparação entre os dados de aquisição e fala adulta do PB e de outras línguas (inglês, italiano, espanhol, PE), buscando generalizações quanto ao processo de aquisição e ao mecanismo de concordância que opera internamente ao DP, bem como o estabelecimento do parâmetro relevante para a concordância nominal. Os dados de aquisição do PB aqui descritos são de produção espontânea de três crianças adquirindo o Português Brasileiro em Porto Alegre: A.C., de faixa etária entre 1;8 – 3;7; G., de faixa etária entre 1;10 – 3;6 e E., de faixa etária entre 1;8 – 4;6. Para a análise translingüística, foram utilizados dados presentes na literatura.

Para a análise dos dados, nos baseamos nas teorias “clássicas” de aquisição do arcabouço gerativista, como o modelo de *triggers* e a hipótese continuísta, especialmente a Hipótese da Aprendizagem Lexical de Clahsen (1989). Além disso, incorporamos elementos da teoria do Bilingüismo Universal, de Roeper (1999), do modelo de decodificação paramétrica de Fodor (2001) e da hipótese da aprendizagem variacional de Yang (1999, 2004), pois, conforme veremos, as crianças aqui analisadas contam com *input* variável em relação à concordância.

Em relação à concordância interna ao DP, assumimos que esta se estabelece através da operação *Agree*, proposta por Chomsky (1998, 1999), porém com algumas modificações técnicas sugeridas por Frampton & Gutmann (2000a) segundo as quais a concordância é entendida como compartilhamento de traços entre núcleos sintáticos. Essa abordagem destaca a interação existente entre os traços formais (e possivelmente também os semânticos), que pode explicar as diferenças translingüísticas na representação gramatical e na manifestação morfológica de número. Assumimos também, a partir de evidências teóricas e empíricas, a existência de uma projeção funcional responsável pela representação de número na sintaxe.

Os resultados da análise dos dados do PB nos mostram que, apesar das aparentes diferenças, o processo de aquisição da concordância de número no DP é homogêneo, dependendo dos mesmos dados acionadores (*triggers*) e gerando os mesmos tipos de efeito na gramática infantil. As diferenças observadas na produção dos sujeitos adquirindo o PB e entre as diferentes línguas são devidas à variabilidade no *input* acessível à criança e à interação entre os traços formais de gênero e número, sua manifestação morfológica e o núcleo no qual estes recebem interpretação semântica.

Palavras-chave: Programa Minimalista, aquisição de linguagem, concordância nominal de número, traços formais, *Agree*.

ABSTRACT

This dissertation is circumscribed to the Principles and Parameters framework (Chomsky, 1981 and subsequent work), more specifically to the Minimalist Program (Chomsky, 1995 and subsequent work). Our aims are to describe the process of acquisition of number agreement inside DP in BP, and also to establish a comparison between child and adult data from BP and other languages (English, Italian, Spanish, EP), focusing on generalizations related to the acquisition process and the mechanics of agreement operating DP-internally, as well as the relevant parameter for nominal agreement. The acquisition data from BP analyzed in this dissertation are from three children acquiring BP in Porto Alegre; for the cross-linguistic analysis, data available from the literature are used.

For the data analysis, our assumptions are based on the “classical” generative acquisition theories, such as the triggering model and the continuist hypothesis, especially the Lexical Learning Hypothesis (Clahsen, 1989). We also bring into the discussion a few elements from the theory of Universal Bilingualism (Roeper, 1999), the parametric decoding model (Fodor, 2001) and the variational learning hypothesis (Yang, 1999, 2004), because, as will be shown, children count with a variable input when it comes to DP-internal number agreement in BP.

As for agreement mechanisms inside DP, we’ll be assuming the operation *Agree*, put forward by Chomsky (1998, 1999) for sentential agreement; nevertheless, we’ll adopt some technical changes suggested by Frampton & Gutmann (2000a), which consist of a view of agreement as feature sharing by two syntactic nodes. Such an approach highlights the interaction between formal features (and possibly also semantic features), which may, in fact, explain the cross-linguistic differences in the grammatical representation of number and its morphological surfacing. We’ll also assume, based on theoretical and empirical evidence, that there is an independent functional projection responsible for number representation on syntax.

The results of the BP data analysis show that, in spite of the apparent differences, the acquisition of the phenomenon at hand is homogeneous in relevant respects: it depends on the very same triggering data and generates the same effects on child grammar. The observed differences among different languages and also among BP children are due to variability in the input available to the child, and also to the interaction of the formal features of number and gender, their morphological surfacing and the head in which they are semantically interpretable.

Keywords: Minimalist Program, language acquisition, DP number agreement, formal features, *Agree*.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS.....	14
-----------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS.....	16
----------------------------	----

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

CAPÍTULO 1

Aquisição da linguagem: um passeio pela teoria gerativa.....	23
--	----

1.1	Ponto de partida: a Faculdade da Linguagem.....	23
1.2	Sobre parâmetros.....	27
1.2.1	Definindo parâmetro.....	27
1.2.2	Fixando um parâmetro, ou Ligando o interruptor.....	29
1.2.3	Puxando o gatilho.....	30
1.2.3.1	O tipo de evidência.....	30
1.2.3.2	A confiabilidade do <i>input</i>	35
1.2.3.3	Frequência e duração da exposição.....	37
1.2.4	Refixando um parâmetro, ou De interruptores e aparelhos bivolt..	39
1.3	As teorias de aprendizagem.....	45
1.3.1	A hipótese maturacional.....	46
1.3.2	A hipótese continuísta.....	50
1.3.3	À guisa de posicionamento.....	52
1.4	O Programa Minimalista.....	53

CAPÍTULO 2

DP: estrutura e concordância.....	58
-----------------------------------	----

2.1	A concordância no Programa Minimalista.....	58
2.1.1	A concordância sentencial.....	58
2.1.2	A concordância no DP.....	72
2.2	Formulando uma proposta.....	84

CAPÍTULO 3

Analisando os dados do PB.....95

- 3.1 Resultados prévios.....95
- 3.2 Reanálise dos dados de E.....104
- 3.3 Os dados de A.C. e G.....119

CAPÍTULO 4

Um parâmetro para a concordância nominal.....125

- 4.1 A hipótese da interação de traços e a influência do *input*.....125
 - 4.1.1 Inglês.....130
 - 4.1.2 Italiano.....131
 - 4.1.3 Espanhol.....132
 - 4.1.4 Outras línguas.....139
 - 4.1.5 “E agora, o que eu faço com isso?”.....141
- 4.2 O parâmetro da concordância nominal: algumas considerações..146

CONCLUSÃO.....154

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....157

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

CAPÍTULO 3:

Tabelas:

Tabela 1 (Simioni (2006), p. 554): Padrões de plural vs. padrões de concordância na fala de E. (p. 100)

Tabela 2 (Simões (2006)): Nominais com concordância de número padrão nos dados de crianças em fase de letramento (5;0 – 9;0). (p. 118)

Gráficos:

Gráfico 1 (Simioni (2006), p. 554): Percentagens de distribuição dos padrões de concordância na fala de E. (p. 99)

Gráfico 2 (Lopes (2006), p. 259): Padrões de concordância de plural (# de ocorrências). (p. 102)

Gráfico 3: (Simioni (*op. cit.*), p. 556): Padrões de concordância na fala de E. por idade. (p. 103)

Gráfico 4: Padrões de concordância nos dados de E. por idade. (p. 106)

Gráfico 5: Tipos de dados agramaticais de E. por idade. (p. 107)

Gráfico 6: Tipos de dados não-redundantes de E. por faixa etária. (p. 108)

Gráfico 7: Tipos de dados redundantes de E. por faixa etária. (p. 109)

Gráfico 8: Percentual de tipos de dados na fala de E. por idade. (p. 110)

Gráfico 9: Tipos de dados na fala de E. por idade. (p. 111)

Gráfico 10: Padrões de concordância nos dados de E. por idade – sem *pluralia tantum* e correções. (p. 113)

Gráfico 11: Padrões de concordância nos dados de E. por idade – sem elipses agramaticais. (p. 114)

Gráfico 12: Padrões de concordância nos dados de E. por idade – sem Npl. (p. 116)

Gráfico 13: Padrões de concordância nos dados de E. por idade – sem “os olhos”. (p. 117)

Gráfico 14: (Lopes (2006), p. 259): Padrões de concordância de plural (# de ocorrências). (p. 120)

LISTA DE ABREVIATURAS

- A-P – sistema articulatório-perceptual
AAVE – *African American Vernacular English*
C-I – sistema conceitual-intencional
C_{HL} – sistema computacional da linguagem humana
DbP – *Derivation by Phase* (Chomsky, 1999)
DO – Operador Determinante (*Det Operator*)
DS – estrutura profunda ou estrutura-D (*Deep Structure*)
EST – Teoria Padrão Estendida (*Extended Standard Theory*)
FL – Faculdade da Linguagem
GB – Teoria da Regência e Ligação (*Government and Binding Theory*)
GU – Gramática Universal
[i] – traços interpretáveis
LAD – dispositivo de aquisição de linguagem (*Language Acquisition Device*)
LF – Forma Lógica (*Logical Form*)
LSLT – *The Logical Structure of Linguistic Theory* (Chomsky, 1955)
MLC – *minimal link condition*
MP – Minimalist Program
P&P – Teoria de Princípios e Parâmetros
PB – português brasileiro
PE – português europeu
PF – Forma Fonética (*Phonetic Form*)
PLD – dados lingüísticos primários (*Primary Linguistic Data*)
PM – Programa Minimalista
S₀ – estado inicial da FL
S_S – estado estável da FL
SMT – tese minimalista forte (*Strong Minimalist Thesis*)
STL – Structural Triggers Learner (Fodor, 2001)
TO – Operador de Tempo (*Tense Operator*)
[u] – traços não-interpretáveis
UG – Universal Grammar
WMT – tese minimalista fraca (*Weak Minimalist Thesis*)

INTRODUÇÃO

*“A escrita metódica distrai-me da presente condição dos homens.
A certeza de que tudo está escrito nos anula ou fantasmagoriza.”
(Jorge Luis Borges – A biblioteca de Babel)*

O presente trabalho tem dois objetivos principais. O primeiro deles é descrever a aquisição da concordância de número interna ao DP no Português Brasileiro (PB). Mais especificamente, pretendemos explicar a aparente opcionalidade encontrada na gramática infantil no que tange à representação gramatical de número, partindo dos dados de três *corpora* longitudinais e de alguns trabalhos presentes na literatura.

Em relação ao PB adulto, sabe-se que este apresenta variação na marcação morfológica de plural (cf., p. ex., Scherre 1988; 1991; 1996):

- (1) a. As casas vermelhas (PB₁ – marcação redundante)
- b. As casa vermelha (PB₂ – marcação não-redundante)

Da mesma forma, diversos estudos (Ferrari Neto, 2003; Lopes, 2004; Lopes, 2006; Simioni, 2006) mostram que as crianças adquirindo o PB replicam a variação encontrada na fala adulta; os dados evidenciam uma forte variação não apenas entre crianças, mas também entre a fala adulta e a fala infantil, e mesmo na fala de uma mesma criança, conforme é possível constatar a partir dos exemplos a seguir:

- (2) Marcação não-redundante, apenas em D:
 - a. *é as fruta* (G., 2;3)
 - b. *e os jacaré* (A.C., 3;7)
 - c. *os pauzinho* (E., 2;9)

(3) Marcação redundante, em todos os elementos do DP:

- a. ele quer lavar *as mãos* (A.C., 2;3)
- b. agora vamos tirar *os pregadores* (G., 2;8)
- c. *as patas* (E., 3;0)

No entanto, além dos padrões exemplificados em (2) e (3), também encontramos no PB infantil dados como os de (4):

(4) Marcação agramatical, apenas em N:

- a. *a pessoas* (E., 3;2)
- b. *a folis* (G., 2;1)
- c. aqui tem *uma coisas* (A.C., 2;8)

Crucialmente, esse padrão é agramatical no PB adulto, não estando, portanto, presente no *input* a que a criança tem acesso. Conforme veremos em detalhe no capítulo 3, esse tipo de ocorrência parece ser consistente na fala infantil, e também coexiste com as formas esperadas (2) e (3), tornando insatisfatória uma análise baseada em estágios na aquisição da concordância de número, uma vez que tudo indica que há competição entre gramáticas aparentemente excludentes.

A investigação desse ponto é fundamental para o presente trabalho, pois uma tentativa de explicar o que licenciaria tais ocorrências e como se dá a passagem para a gramática adulta coloca em jogo não apenas grande parte da literatura gerativista atual, cujo foco tem sido justamente a natureza e a mecânica da concordância sintática, como também as teorias sobre aquisição.

Em relação a isso, pretendemos mostrar que, apesar das diferentes estratégias iniciais adotadas por cada criança para a representação gramatical de número, existem correlações importantes visíveis nos dados, correlações estas que corroboram a visão de aquisição paramétrica e de uniformidade no processo de aquisição defendida pela Teoria Gerativo-Transformacional. Esperamos mostrar que as diferenças interindividuais são fruto de um *input* variável e da interação entre traços formais (a ser definida e explicada no curso do trabalho).

Este objetivo envolve diversos passos. Primeiramente, faz-se necessária uma revisão das propostas concorrentes para a explicação dos fenômenos de concordância; tais propostas são numerosas, dado que a agenda do Programa Minimalista (Chomsky, 1995 e obras posteriores), no qual este trabalho se insere, tem motivado a investigação desse aspecto das línguas naturais. Além disso, é fundamental revisar também propostas relativas à estrutura e concordância do DP e a relação entre a marcação morfológica de número e a interpretabilidade deste traço na interface semântica. Também é necessário levar em consideração os dados adultos e revisar detalhadamente as teorias gerativistas sobre aquisição de linguagem, pois esta é o resultado do contato entre a Gramática Universal, cujo “formato” é discutido na literatura aquisicionista, e a experiência lingüística da criança, ou seja, o que ela ouve. Somente então se pode passar à análise dos dados infantis.

Para além disso, visto que a teoria na qual o presente trabalho se insere defende a existência de uma Faculdade da Linguagem inata e inerente à espécie humana, bem como de uma Gramática Universal composta de princípios e parâmetros que norteiam o processo de aquisição de linguagem, qualquer que seja a análise proposta, esta deverá levar em conta dados de outras línguas, pois pouco adianta avançar uma análise que dê conta única e exclusivamente da aquisição de uma língua: é preciso buscar o que há de geral e comum às línguas, em detrimento das particularidades de cada uma. Esta tem sido uma das bases da Teoria Gerativo-Transformacional desde a sua fundação, e se traduz na busca por adequação explicativa que, segundo Chomsky (1986, entre outros), deve ser perseguida por qualquer teoria que trate dos fenômenos da linguagem.

Assim, o segundo objetivo deste trabalho é avançar uma hipótese unificada para o tratamento da concordância interna ao DP (especificamente, uma hipótese sobre o parâmetro da concordância nominal) a partir do exame de dados translingüísticos adultos e infantis. A hipótese a ser investigada é a de que a interação entre os traços formais, a categoria em que estes são interpretáveis e as possíveis manifestações morfológicas destes traços nas diferentes línguas são os responsáveis pela variação interlingüística na manifestação gramatical de número e também pelas diferenças verificadas no processo

de aquisição da concordância nominal. Os dados do PB serão, assim, confrontados com dados do italiano, do inglês e de algumas variedades do espanhol; também serão explorados dados do francês, do Português Europeu e do alemão, sendo, todos estes, dados disponíveis na literatura.

Fazendo o contraponto do PB adulto com línguas como o inglês (5) e o italiano (6), percebemos que os padrões de marcação de plural são ainda mais variáveis:

(5) The red houses

D-sg vermelha-sg casa-pl

(6) a. Le case rosse

D-fem-pl casa-fem-pl vermelha-fem-pl

b. La casa rossa

D-fem-sg casa-fem-sg vermelha-fem-sg

c. Il piccolo letto

D-masc-sg pequeno-masc-sg cama-masc-sg

d. I piccoli letti

D-masc-pl pequeno-masc-pl cama-masc-pl

Nos exemplos (5) e (6) acima, vemos que o inglês apresenta o determinante no singular, o nome no plural e o adjetivo no singular; não há indicação morfológica de gênero. Já no italiano há ocorrência de marcação redundante de número, ou seja, a marca se manifesta em todos os elementos flexionáveis do sintagma; além disso, a marcação de gênero e número nessa língua é expressa pelo mesmo morfema. No caso do PB, temos dois padrões: em (1a), o padrão redundante, semelhante ao italiano (ou seja, com marcação redundante de número), porém com morfemas diferentes para gênero e número; e em (1b), temos marcação de número apenas no determinante, mas sempre com marcação redundante de gênero.

Finalmente, os exemplos de (7) a (9) abaixo apresentam padrões agramaticais (não atestados na fala adulta) nas línguas em questão.

(7) *A casas vermelha(s)

- (8) a. *Le casa rossa
D-fem-pl casa-fem-sg vermelha-fem-sg
- b. *La case rosse
D-fem-sg casa-fem-pl vermelha-fem-pl

- (9) *Thes reds houses
D-pl vermelha-pl casa-pl

Com relação à aquisição, o que se observa é que, conforme já mencionado, crianças adquirindo o PB produzem padrões do tipo exemplificado em (7); além disso, pode haver alternância entre padrões até a fixação da gramática adulta (incluindo a variação aí permitida). Crianças adquirindo o italiano, por sua vez, não produzem padrões como (8), e a morfologia de concordância “entra no lugar” muito cedo (por volta de 1;10 a 2;0 anos). Finalmente, crianças adquirindo o inglês demoram mais a produzir determinantes preenchidos (por volta dos 3 anos apenas).¹ Um outro dado relevante sobre o PB consiste na hipótese de que as crianças adquirindo esta língua dependeriam crucialmente da informação presente no determinante para identificar o sistema de número do português (cf. Ferrari Neto, 2003).

Os trabalhos de Scherre (1988; 1991; 1996) mostram que a variação aumenta ainda mais quando consideramos DPs mais complexos, com 4 ou mais elementos. Entretanto, para os fins do presente trabalho, consideraremos um DP “abstrato”, composto apenas de determinante, nome e um eventual modificador (adjetivo, quantificador ou possessivo). Esta escolha não é ingênua, muito menos livre de implicações. Todavia, ao observarmos os dados apresentados até aqui, percebemos que estes são suficientemente movediços e ricos em diversidade. Não estamos, portanto, ignorando a existência empírica de outros tipos de DPs; a restrição advém, entre outras coisas, do fato de que crianças em fases iniciais de aquisição dificilmente produzem DPs mais complexos do que os que serão aqui considerados.

¹ Como veremos no capítulo 1, este tipo de observação levou, em um determinado ponto do desenvolvimento da teoria, à suposição de que a gramática infantil inicialmente não contaria com as projeções funcionais, mas apenas com a estrutura léxico-temática (Radford, 1990). As categorias funcionais seriam disponibilizadas paulatinamente a partir de um determinado nível de maturação da GU (de acordo com a hipótese de construção de estrutura, de Guilfoyle & Noonan (1988)).

Desse modo, a estrutura do trabalho é a seguinte: no capítulo 1, apresentaremos uma discussão das teorias tradicionais sobre aquisição da literatura gerativista, bem como evidenciaremos de que forma o advento do Programa Minimalista viabilizaria uma maior compreensão dos fenômenos de aquisição de linguagem, não apenas no plano mais geral, devido à mudança no entendimento do que seja a Faculdade da Linguagem,² mas também em relação aos fenômenos gramaticais específicos, dada a granularidade obtida a partir de uma noção de parâmetro vinculada aos traços formais nas categorias funcionais.

No segundo capítulo, exporemos algumas propostas para o tratamento da concordância sentencial e no DP – estas últimas envolvendo também debates sobre a estrutura funcional dos DPs e a relação entre marcação morfológica de número e a interpretabilidade deste traço na interface semântica. Finalmente, discutiremos, na seção 2.2, os prós e contras de cada proposta e apresentaremos aquela(s) que servirão como base para a análise dos dados infantis, que consistirá no capítulo 3 do presente trabalho.

No capítulo 3, além da análise dos *corpora*, apresentaremos resultados de outros trabalhos sobre aquisição de concordância de número. Serão também incluídas discussões mais recentes sobre a influência da frequência de determinados tipos de dados no *input* disponível à criança, como os trabalhos de Yang (2004) e de Fodor & Sakas (2004), e sobre a noção de bilingüismo universal trazida por Roeper (1999). Por fim, o capítulo 4 será dedicado à discussão dos dados translingüísticos; buscaremos “amarrar as pontas” das discussões dos demais capítulos e evidenciar, ainda que tentativamente, a influência da hipótese da interação de traços no processo de aquisição, e também qual é o parâmetro relevante para a concordância nominal e quais os seus dados acionadores.

² No PM, a chamada tese minimalista forte é a de que a FL é uma solução ótima, um “sistema perfeito” que responde a condições externas, impostas pelas interfaces com outros sistemas da mente/cérebro, da melhor maneira possível.

CAPÍTULO 1

AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM: UM PASSEIO PELA TEORIA GERATIVA

*Como decifrar pictogramas de há dez mil anos
se nem sei decifrar
minha escrita interior?*

*Interrogo signos dúbios
e suas variações calidoscópicas
a cada segundo de observação.*

*A verdade essencial
é o desconhecido que me habita
e a cada amanhecer me dá um soco.
(Carlos Drummond de Andrade – O Outro)*

1.1 PONTO DE PARTIDA: A FACULDADE DA LINGUAGEM

Desde o seu surgimento, com a obra *The Logical Structure of Linguistic Theory* (LSLT; Chomsky, 1955), a Teoria Gerativo-Transformacional deslocou o foco de interesse das teorias lingüísticas de uma descrição das línguas particulares para uma descrição da *competência*³ lingüística, ou seja, do que o falante sabe quando sabe uma língua. Num movimento de ruptura com o empirismo então vigente, a Teoria Gerativo-Transformacional se coloca como uma teoria lingüística racionalista, na qual se busca, para além da adequação descritiva característica dos modelos empiristas, adequação explicativa.⁴ Nesse sentido, o termo *gramática* passa a ser sinônimo de teoria da linguagem. E *gramática gerativa*, uma gramática que, a partir de meios finitos, é capaz de gerar todas as sentenças gramaticais de uma língua, e apenas as sentenças gramaticais. Assim, nas palavras de Chomsky,

The grammar of L is a theory of L, incorporating the linguist's hypotheses concerning the elements and rules of L. This grammar is an account of knowledge of L that has been attained by the speaker-hearer who has mastered L. The theory of transformational generative grammar (or some other general linguistic theory) expresses a hypothesis concerning the 'essence of language', the defining properties of human language. We may regard a general linguistic theory, so construed, as a theory of the *innate, intrinsic*

³ Os termos *competência* e *performance* não aparecem em LSLT; no entanto, a distinção entre ambos já é clara desde lá.

⁴ Como a criança passa do estado inicial ao estado final (ou estado estável) da Faculdade da Linguagem (o conhecimento de sua língua). A citação de Chomsky já revela essas idéias, que serão retomadas e esclarecidas no decorrer do capítulo.

language faculty that provides the basis for the acquisition of knowledge of language. The child, in his 'initial state', is uninformed as to the language of the speech community in which he lives. Plainly, he is endowed with some set of mechanisms (what we may call his 'language faculty') for determining this language, that is, for achieving a 'final state' in which he knows the language. General linguistic theory describes his initial state; the grammar of his language describes its final state. General linguistic theory can appropriately be regarded as an explanatory theory, in that it keeps to explain how a child in a speech community comes to know the language of this community, and to know innumerable particular facts with regard to the form and meaning of particular expressions, and much else (1955, p. 9, grifo nosso).

A existência de uma Faculdade da Linguagem (FL), um componente da mente humana, uma espécie de "órgão mental"⁵ inato responsável pela linguagem, é uma das grandes inovações da teoria proposta por Chomsky. O esquema abaixo, retirado de Chomsky (1964, p. 26), ilustra o processo de aquisição da linguagem:

(1) Primary Linguistic Data (PLD) → B → Generative Grammar

A partir do contato entre os dados lingüísticos primários (PLD), ou *input*, com o dispositivo B (o estado inicial da FL), emerge a gramática da língua a que a criança está exposta, gramática esta que será capaz de gerar todas e apenas as sentenças gramaticais dessa língua. A teoria lingüística visa, portanto, especificar o caráter do dispositivo B, ou seja, do estado inicial da Faculdade da Linguagem.⁶

Nessa primeira versão da teoria, a FL era um conjunto de possíveis regras gramaticais somado a um procedimento de avaliação, e a criança, um "pequeno lingüista", cuja tarefa no processo de aquisição da linguagem era a de construir uma representação mental da gramática da língua a partir da análise dos dados disponíveis, selecionando (via procedimento de avaliação), dentre as gramáticas possíveis permitidas pela FL, aquela que fosse a mais elegante (isto é, que não sobregerasse nem incluísse

⁵ Chomsky (2000, p. 4) explica que a FL é um órgão no mesmo sentido em que os cientistas falam sobre o sistema visual, ou o sistema imunológico, ou o sistema circulatório, como órgãos do corpo. Assim entendido, um órgão não é algo que pode ser removido do corpo deixando o restante intacto, mas sim um subsistema de uma estrutura mais complexa. Igualmente, o órgão da linguagem tem como característica básica ser uma expressão dos genes.

⁶ É importante destacar que a existência de algo inato que guia o processo de aquisição não implica uma visão determinista deste processo, pois é apenas a partir da experiência lingüística que a gramática poderá emergir; caso contrário, não haveria, no limite, diferenças entre as línguas.

regras desnecessárias) compatível com os dados. Crucial para que se entendam as mudanças posteriores do modelo é compreender que, nessa época, a teoria ainda era essencialmente descritiva. Descreviam-se as línguas particulares por meio de regras de reescritura do tipo $S \rightarrow NP VP^7$ (*P(hrase) S(tructure) rules*) e regras *transformacionais* dependentes de estrutura, sendo essas últimas a grande inovação formal da Teoria Gerativo-Transformacional em relação às demais teorias da linguagem. Nesse quadro, a única semelhança real entre as línguas era a natureza das regras, uma vez que, por exemplo, a formação de estruturas interrogativas é consideravelmente diferente nas diferentes línguas, e, portanto, de acordo com o modelo então vigente, não podia ser explicada translingüisticamente por meio de uma mesma regra.

A partir da metade da década de 60, com a publicação de *Aspects of the Theory of Syntax* (Chomsky, 1965), a teoria gerativa entra num segundo momento, a chamada Teoria Padrão, na qual se entendia que a criança possuía um dispositivo de aquisição de linguagem (LAD, do inglês *language acquisition device*), que, a exemplo do modelo anterior, “avaliava conjuntos diferentes de regras para ver a que conjunto correspondiam melhor os dados do *input*” (Kato, 1995, p. 60).

No início da década de 70, inicia-se um movimento que vislumbra algumas características “gerais” da linguagem que logo passarão a ser chamadas de *princípios*;⁸ tem início também um movimento de incorporação da semântica à teoria gerativa, visto que a estrutura profunda (DS, do inglês *Deep Structure*) era tida como o lugar da interpretação semântica. Essas duas tendências constituíram a chamada Teoria Padrão Estendida (EST, do inglês *Extended Standard Theory*), cujo marco inicial é o texto *Remarks on Nominalization* (Chomsky, 1970).

Com o desenvolvimento da EST, a FL passa a ser entendida, paulatinamente, como um sistema de regras e *princípios*. Mas esses princípios eram restritivos, “diziam mais sobre o que nenhuma língua natural pode ter do que sobre o que elas devem apresentar. [...] Sistemas que violam tais princípios não são aprendíveis. E por serem

⁷ Leia-se: reescreva S como NP VP. As regras de reescritura foram sendo substituídas pela Teoria X-Barra a partir da Teoria Padrão Estendida (EST).

⁸ Alguns exemplos são o trabalho de Ross (1967) sobre ilhas sintáticas e Emonds (1976) sobre preservação de estrutura, entre muitos outros.

parte da herança genética, [...] a criança não precisa de dados para adquiri-los” (Kato, *op. cit.*, p. 64).

No modelo de Princípios e Parâmetros (P&P), inaugurado por Chomsky em 1979 durante uma série de palestras em Pisa,⁹ há uma mudança na concepção de gramática e também na concepção do que seja a FL. A partir desse momento, a FL passa a ser tomada não mais como um conjunto de regras,¹⁰ mas sim como um conjunto de princípios invariáveis e um conjunto (restrito) de parâmetros com valores binários, os quais devem ser fixados pela criança¹¹ durante o período de aquisição, com base em evidência positiva (ou seja, com base no PLD). Essa mudança de perspectiva foi bastante desejável, pois a visão da criança como um pequeno lingüista que devia analisar os dados, formular hipóteses e confrontá-las com as possíveis regras da FL fazia com que a explicação da aquisição da linguagem em tempo real fosse algo praticamente impossível.

Com a visão da FL inaugurada a partir de P&P, a adequação explicativa,¹² colocada desde sempre como objetivo principal da teoria lingüística, pôde ser definida e perseguida de forma mais viável. É o que Chomsky nos mostra em sua obra *Knowledge of Language* (1986).¹³ Aí, evidencia-se de forma mais clara o *problema lógico da aquisição da linguagem*, também conhecido como *problema de Platão* ou *argumento da pobreza de estímulo*:¹⁴

O problema consiste em caracterizar a especificidade e a riqueza dos sistemas cognitivos que se desenvolvem no indivíduo com base na limitada informação disponível. [...] O problema reside, então, em determinar o equipamento inato que serve para preencher a lacuna entre experiência e conhecimento atingido (Chomsky, 1994, p. 15-16).

⁹ A obra resultante, *Lectures on Government and Binding*, foi publicada em 1981.

¹⁰ O que tínhamos anteriormente como regras, p. ex. passivização ou formação de interrogativas, são na verdade epifenômenos, cuja nomenclatura é mantida apenas para fins expositivos. Nas palavras do próprio Chomsky: “There are no rules at all, hence no necessity to learn rules” (1987, p. 15).

¹¹ Isso não quer dizer que a criança tenha um papel ativo na fixação paramétrica. Segundo Chomsky, ao contrário, “language acquisition seems much like the growth of organs generally; it is something that happens to a child, not that the child does” (2000, p. 7).

¹² Retomando: como a criança passa do estado inicial S_0 da FL para a gramática particular da língua sendo adquirida? Evidentemente, essa investigação pressupõe conhecimento do estado estável a ser atingido, isto é, é necessário que a teoria seja também descritivamente adequada.

¹³ Traduzido para o português em 1994.

¹⁴ Thomas (2002) traça um histórico do desenvolvimento do conceito da pobreza do estímulo, mostrando que, apesar de as preocupações com a aquisição da linguagem sempre terem estado presentes na teoria, apenas a partir do trabalho de Baker (1979), o papel do *input* na aquisição passou a ser questionado de forma mais clara e o conceito de pobreza de estímulo firmou-se e se estabeleceu mais explicitamente como um dos pilares da teoria.

A resposta é a Gramática Universal (GU), “uma teoria do ‘estado inicial’ da faculdade da linguagem, anterior a qualquer experiência lingüística” (*ibidem*, p. 23). GU é geneticamente determinada, e a idéia da aquisição da linguagem baseada na formulação de hipóteses é substituída pela idéia de “‘formatação’ da faculdade da linguagem através da fixação dos parâmetros abertos em GU” (Moino, 1994, p. 127). A GU “deve refletir de maneira universal a estrutura ou organização da mente humana e não mais as regularidades entre as línguas” (*ibidem*, p. 127).¹⁵ Retomando a ilustração em (1), podemos tomar B como sendo GU,¹⁶ que, ao entrar em contato com os dados do *input*, resultará na gramática internalizada pela criança, ou Língua-I, a partir da fixação dos parâmetros, língua aqui entendida como individual, interna e intensional.

1.2 SOBRE PARÂMETROS

1.2.1 DEFININDO PARÂMETRO

Com o surgimento da Teoria de Princípios e Parâmetros, a pesquisa em aquisição de linguagem ganhou novas perspectivas e, por isso mesmo, desenvolveu-se sobremaneira. Entretanto, o novo modelo trouxe uma questão fundamental para que a pesquisa pudesse avançar: afinal, o que é um parâmetro?

Inicialmente, dizia-se que os princípios eram parametrizáveis; com o avanço da pesquisa, essa hipótese mostrou-se problemática e foi substituída pela idéia de parametrização lexical: dado que os parâmetros são os responsáveis pela variação encontrada entre as línguas, e sendo o léxico o *locus* das idiossincrasias de uma língua, nada mais natural do que vincular um ao outro. Contudo, como ressalta Kato,

¹⁵ A diferença entre a concepção de GU no modelo de P&P e o que se entendia por LAD nos modelos anteriores, então, é esta: ambos são tidos como “acionadores” do processo de aquisição; entretanto, o LAD refletia as regularidades entre as línguas, enquanto GU reflete a organização da mente humana. Além disso, os mecanismos possíveis para a aquisição em um modelo e outro são distintos (regras e procedimento avaliativo vs. princípios e parâmetros). Atualmente os termos têm sido usados como sinônimos por alguns autores.

¹⁶ Na verdade, GU é a teoria do procedimento B; no entanto, eventualmente toma-se um pelo outro.

o conceito de parâmetro foi introduzido para responder ao problema lógico da aquisição, mas considerar que a variação entre as línguas é uma função do léxico nos leva à estaca inicial, pois as línguas, nesse caso, poderiam variar de forma infinita e as crianças não teriam um espaço finito para definirem sua gramática. Estudos matemáticos têm mostrado que os parâmetros têm que ser em número bastante pequeno, do contrário a criança levaria a vida inteira aprendendo a sua língua (2002, p. 317).

A partir de constatações como estas, passou-se a investigar a vinculação dos parâmetros (e, conseqüentemente, da variação lingüística) ao léxico funcional das línguas, hipótese que permanece na teoria até hoje. Mais especificamente, a partir do trabalho de Borer (1984), acredita-se que a variação paramétrica esteja ligada majoritariamente à morfologia flexional das línguas e suas propriedades.

Em decorrência dessa idéia, observou-se um inchaço na quantidade de categorias funcionais postuladas pelos sintaticistas em suas análises das línguas particulares.¹⁷ Com isso, corre-se o risco de perda do poder explicativo dos parâmetros, tornando-os meros artefatos descritivos (tais como eram as regras anteriormente). É preciso considerar sempre que um parâmetro atua num nível mais abstrato da gramática, e por isso, segundo Kato (1995, p. 68), "constitui uma propriedade que é responsável por um ou mais tipos concretos de construção". Isso leva a previsões fortes, por exemplo, que "a criança não precisa ser exposta a todas as construções que o valor do parâmetro prediz. Algumas poderiam ser dedutivamente adquiridas e isso responderia ao problema lógico da aquisição" (*ibidem*, p. 68). Para além disso, visto que os parâmetros são os responsáveis pela variação lingüística, sua conexão com a mudança lingüística fica evidente. Sendo assim, ainda segundo Kato (1995), prevê-se que qualquer mudança em alguma das propriedades morfológicas envolvidas em um parâmetro acarretará mudanças nas demais construções.

As idéias de parâmetros ligados à morfologia flexional e suas conseqüências para a aquisição de linguagem e para a mudança lingüística serão fundamentais para a

¹⁷ Conforme veremos na seção 1.4 e no capítulo 2, o Programa Minimalista "enxuga a máquina", entre outras coisas, restringindo o inventário de categorias funcionais das línguas naturais e vinculando a existência de uma categoria funcional a uma motivação semântica na interface.

pesquisa a ser desenvolvida neste trabalho. Nas subseções seguintes, discutiremos como se dá a fixação paramétrica e algumas questões relacionadas.

1.2.2 FIXANDO UM PARÂMETRO, OU LIGANDO O INTERRUPTOR

A metáfora mais empregada para descrever um parâmetro e sua fixação é a de um interruptor acionado automaticamente pelos dados do *input*. Essa metáfora pressupõe aprendizagem dedutiva, ou seja, o papel dos dados é determinista e a criança não desempenha nenhum papel ativo no processo de seleção do valor de um parâmetro. Essa visão, contudo, não é unânime.

O debate sobre o papel do *input* na fixação dos parâmetros é, segundo Meisel (1997, p. 34), pouco freqüente na literatura. Haider (1993, *apud* Meisel, *op. cit.*) afirma que o ajuste paramétrico requer três atos distintos: reconhecimento de uma propriedade no *input*, identificação dessa propriedade como relevante para a fixação de um parâmetro, e acionamento do valor do parâmetro. Se de fato o segundo e o terceiro passos são distintos, isso acarreta algum grau de indução por parte da criança, diminuindo o papel dos dados. Ainda de acordo com Meisel (*op. cit.*), há autores, como Valian (1988), que defendem que a mera exposição aos dados não seria suficiente para que o valor de um parâmetro seja fixado; é necessário que a criança desempenhe algum papel, ainda que inconsciente, como a testagem de hipóteses.

Para Meisel, há vários motivos para se preferir a hipótese da aprendizagem dedutiva, principalmente porque essa perspectiva tem mais a ver com o próprio modelo de P&P, o qual foi adotado justamente para superar dificuldades de adequação explicativa colocadas pelos modelos precedentes (lembrando: a idéia de que a criança fosse um pequeno lingüista que testa hipóteses). Isso porque o desencadeamento de um valor paramétrico, nessa concepção, requer dados menos consistentes do que uma aprendizagem indutiva, conformando-se melhor ao argumento da pobreza de estímulo.

Desse modo, enquanto não se encontre evidência convincente do contrário, a visão determinista¹⁸ do papel dos dados deve ser privilegiada.

1.2.3 PUXANDO O GATILHO

Vimos na seção anterior que até prova em contrário deve-se preferir uma abordagem na qual os dados relevantes acionem os parâmetros automaticamente. Em vista disso, a próxima pergunta inevitável é: o que é um dado relevante?

A natureza dos chamados dados acionadores (*triggers*: Lightfoot, 1989; Gibson & Wexler, 1994) tem sido tema de constante debate na literatura em aquisição, e ainda não há consenso; no entanto, as considerações que apontaremos no que segue, discutidas em Meisel (*op. cit.*), nos ajudam a restringir consideravelmente as possibilidades.

1.2.3.1 O tipo de evidência

Em primeiro lugar, deve-se considerar que a criança conta apenas com evidência positiva no processo de aquisição. É consenso entre os gerativistas que a criança normalmente não tem acesso à evidência negativa¹⁹ (esse é, por sinal, um dos argumentos usados para demonstrar a pobreza do estímulo), conforme podemos perceber no exemplo a seguir, em que a criança não só não é corrigida, como inclusive recebe reforço positivo (exemplo retirado de Marcus *et. al.*, 1992, *apud* Uriagereka, 1998, p. 6):

(2) Adulto: Where is that big piece of paper I gave you yesterday?

Criança: Remember? I *writed* on it.

¹⁸ Na nota 6, afirmamos que o inatismo não é sinônimo de determinismo. Não deve haver confusão entre tal afirmação e a afirmação aqui presente sobre o papel determinista dos dados; ao contrário: aquela justamente garante que os dados do *input* terão efeito para o estado estável atingido, enquanto essa prevê que os dados serão os “responsáveis” pelo acionamento dos parâmetros, sem interferência consciente da criança em processo de aquisição.

¹⁹ Evidência negativa é a indicação de que determinado dado ou construção é agramatical na língua.

Adulto: Oh, that's right, don't you have any paper down here, buddy?

Mesmo que algumas crianças sejam corrigidas pelos pais, tais correções normalmente dizem respeito ao "conteúdo" (valor de verdade, ou à moral, ética e adequação pragmática) das sentenças, e não aos seus aspectos estruturais (Cook & Newson, 1996, p. 97, ex. 28):

(3) Criança: Find some more.

Adulto: Please. Ask him properly and he might.

Nas poucas vezes em que os adultos tentam corrigir a agramaticalidade na fala infantil, o resultado não parece ser efetivo, como ilustram os exemplos abaixo, retirados, respectivamente, de Cazden (1972, *apud* Uriagereka, 1998, p. 6) e de Pinker (1994, p. 281):

(4) Criança: My teacher *holded* the baby rabbits and we patted them.

Adulto: Did you say your teacher *held* the baby rabbits?

Criança: Yes.

Adulto: What did you say she did?

Criança: She *holded* the baby rabbits and we patted them.

Adulto: Did you say she *held* them tightly?

Criança: No, she *holded* them loosely.

(5) Criança: Want other one spoon, daddy.

Pai: You mean, you want THE OTHER SPOON?

Criança: Yes, I want other one spoon, please, daddy.

Pai: Can you say "the other spoon"?

Criança: Other... one... spoon.

Pai: Say... "other".

Criança: Other.

Pai: "Spoon".

Criança: Spoon.

Pai: "Other... spoon".

Criança: Other... spoon. Now give me the other one spoon?

Pinker (1994) é ainda mais severo ao afirmar que, mesmo que haja uma correção implícita por parte dos pais, não necessariamente esta seria efetiva, como mostra o exemplo (4) acima. Ainda segundo Pinker (p. 280), Brown & Hanlon (1970) dividiram os enunciados de Adam, Eve e Sarah, as três crianças estudadas por Brown no clássico *A first language* (1973), em gramaticais e agramaticais e, para cada enunciado, checaram se a resposta dos pais expressava aprovação ou desaprovação. A proporção foi a mesma para ambos os casos, o que significa que os pais não forneceram às crianças informação sobre a (a)gramaticalidade de suas sentenças. Exemplos em (6) abaixo (Pinker, 1994, p. 280).

- (6) a. Criança: Mamma isn't boy, he a girl.
Adulto: That's right.
b. Criança: And Walt Disney comes on Tuesday.
Adulto: No, he does not.

Chouinard & Clark (2003) também discutem a existência de evidência negativa no *input*, tomando como base a teoria do contraste (Clark, 1987; 1993). Elas afirmam que o fato de estudos como o de Brown & Hanlon (*op. cit.*) apontarem que não há relação entre desaprovações explícitas e os enunciados agramaticais das crianças não implica que não existam outras fontes de evidência negativa para a criança.

Para as autoras, desaprovações explícitas não seriam empregadas pelos pais porque quebram a conversação. Portanto, os pais prefeririam corrigir a fala infantil usando estratégias menos prejudiciais à estrutura conversacional.²⁰ Alguns pesquisadores investigaram os diferentes tipos de resposta (expansão, repetição, recolocação, pedidos de esclarecimento) dados pelos pais às crianças e sua relação com as sentenças infantis bem ou mal-formadas. Segundo Chouinard & Clark (*op. cit.*), o problema com esse tipo de associação é que nem sempre um determinado tipo de

²⁰ No entanto, o que se observa é que há, sim, correções por parte dos pais, porém não de questões de gramaticalidade, como vemos nos exemplos em (6). E, independente do seu conteúdo, devemos assumir que qualquer correção gera o mesmo tipo de quebra conversacional.

resposta está intrinsecamente associado à correção; além disso, mesmo que estivesse, a criança só poderia identificar tais associações se já conhecesse, *a priori*, cada tipo de resposta e analisasse, comparando estatisticamente os tipos de resposta, quais deles tendem a apresentar correções de seus próprios enunciados.

Chouinard & Clark (*op. cit.*) propõem que o que leva a criança a identificar correções nas respostas dos adultos é o Princípio de Cooperação de Grice (1975), especialmente a Máxima do Modo, segundo a qual os falantes devem escolher as formas apropriadas para expressar o significado pretendido. Como, de acordo com as autoras, as crianças violam com frequência essa máxima, os adultos precisam “checar” o que exatamente a criança pretendia dizer. É essa “checagem”, que se dá por meio de correções encaixadas nas respostas, que fornece à criança o local exato do erro cometido e a forma adequada de se veicular o sentido pretendido.

Speakers and addressees rely on the conventions of the language; they communicate by virtue of languages being conventional systems, such that all members of the community know the conventions, and infer speakers' meanings on the basis of that knowledge. Speakers are assumed to choose those terms and constructions appropriate to the meaning they intend to convey, and they do this so that their addressees can make the appropriate inferences about their meaning on each occasion (Clark & Clark, 1979; Clark, 1993). If the meaning to be expressed is captured by a conventional expression, then the speaker must use that. If he uses some other term for that particular meaning, the addressee will infer that the speaker must mean something else. As a result, each choice a speaker makes contrasts with all other possible expressions that could have been used for other meanings.

This is particularly important in the context of language acquisition. Children are novices who have to learn the conventional expression for conveying each meaning. This takes time, and since children make many errors along the way, adults spend a lot of time checking up on what their children intended to say. We will call the utterances adults use in checking up REFORMULATIONS since they contain conventional forms in lieu of any child errors, and so offer children adult versions of how to say what they intended to say. These conventional adult versions CONTRAST with the erroneous forms produced by children.

But how does this contrast help children find and correct errors in their own speech? Once an adult has reformulated an erroneous utterance, the child is presented with two forms to express THE SAME MEANING – the child's and the adult's. Since these two forms do NOT contrast in meaning (they express the same intention), the one that is conventional has priority (Clark & Clark, 1979). Like adults, children observe the general pragmatic principle of contrast and do not use or accept two forms for the same meaning, but defer instead to adult speakers, the experts on the conventional

forms for expressing specific meanings. They do this by giving precedence to adult forms over their own non-conventional forms (Chouinard & Clark, 2003, p. 642-643).

Há vários problemas nessa abordagem. O primeiro deles é a definição de pobreza de estímulo, argumento refutado pelas autoras. Nas palavras das próprias autoras, “this position has been undermined by the finding that parents actually make very few errors in speaking to their children” (Chouinard & Clark, *op. cit.*, p. 638); todavia, o argumento da pobreza de estímulo nada tem a ver com a existência de erros na fala adulta,²¹ mas sim com o fato de a criança, a partir de uma experiência lingüística finita e fragmentada, atingir, em pouco tempo, uma gramática capaz de produzir um número infinito de sentenças.

A definição de evidência negativa adotada pelas autoras também é problemática. Evidência negativa, para a teoria gerativa, é uma sentença agramatical e o julgamento sobre ela, ou seja, algo que indique “esta sentença é agramatical”, como uma correção *explícita*. O tipo de correção estudado pelas autoras constitui, no máximo, um tipo de evidência negativa indireta²² (e ainda assim muito sutil), cujo *status* na teoria é controverso.

Mesmo que se assuma que o tipo de correção tratado por Chouinard & Clark (*op. cit.*) seja evidência negativa, ainda restam algumas questões por explicar. A mais evidente é: a criança em fase de aquisição supostamente tem consciência das máximas conversacionais de Grice, mas não é capaz, na mesma idade, de identificar diferentes tipos de resposta dos adultos? Como a criança toma consciência das máximas conversacionais? As autoras não levantam a possibilidade de que isto seja algo inato, portanto explicações mais aprofundadas se fazem necessárias, principalmente porque (1) as autoras descartam a existência de um dispositivo de aquisição de linguagem inato e

²¹ Segundo Thomas (2002), “in the 1960s and 1970s references were sometimes made in passing to potentially misleading irregularities or messiness in natural language. In response, work [...] sought to show that the data to which children are exposed are more well-formed than many generativists assumed. [...] In any case, around 1980 the center of the debate about the poverty of the stimulus shifted away from this issue” (p. 58-59, nota 6). Chomsky (1980) distingue esse tipo de *input* (degenerado) de *input* pobre, afirmando que apenas o *input* pobre constitui obstáculo para uma teoria de aquisição guiada pelos dados.

²² O fato de certos dados nunca aparecerem na língua deveria levar a criança a deduzir que tal tipo de dados é agramatical na língua sendo adquirida. O problema é quanto tempo a criança deve esperar até decidir se uma estrutura específica faz parte da língua ou não. Retornaremos a esse ponto.

(2) a pragmática da conversação determina se a sentença adulta será entendida como evidência negativa ou não.

Seguindo o mesmo raciocínio, para Chouinard & Clark (*op. cit.*) o processo de identificação das correções é instantâneo, mas apenas no sentido de que a criança monitora e reconhece a correção, repetindo ou concordando. Todavia, nem sempre a criança é capaz de mobilizar esse conhecimento instantaneamente em sua fala – o resultado de uma correção pode se mostrar efetivo somente meses depois. Em primeiro lugar, os exemplos apresentados em (4) e (5) mostram que nem sempre a criança repete ou concorda com a correção. Além disso, quando a criança elimina de sua gramática algo que foi corrigido meses antes, não é óbvio que essa eliminação seja fruto da suposta correção; pode perfeitamente ser fruto de fixação paramétrica.

Finalmente, as autoras examinaram em sua pesquisa dados do inglês e do francês; contudo, sabe-se, a partir de estudos como o de Ochs & Schieffelin (1984), que em povos como o samoano e o kaluli, os adultos não se engajam em conversações com as crianças enquanto essas não atingem a competência de um falante adulto. Chouinard & Clark (*op. cit.*) admitem que esses fatos exigem investigação, mas ressaltam que a estratégia dos adultos nesses povos é dizer à criança exatamente como ela deve falar, falando *por* ela, e isso poderia, também, constituir evidência negativa para a criança. Novamente, o que se entende por evidência negativa não inclui esse tipo de dados; mais ainda, talvez os efeitos pragmáticos de um tipo e outro de evidência não sejam os mesmos (assumindo-se que a criança esteja atenta e consciente da pragmática conversacional). Dessa forma, não parece possível assumir que todas as crianças recebam evidência negativa de forma sistemática, tampouco que esta, quando acessível, tenha algum efeito sobre a fixação paramétrica.

1.2.3.2 A confiabilidade do *input*

O segundo ponto levantado por Meisel (*op. cit.*) relaciona-se ao primeiro e diz respeito à confiabilidade dos dados do *input*. Vimos que a criança só tem à sua

disposição evidência positiva. E os dados do *input* podem, segundo o autor, levar a um ajuste equivocado do valor de um parâmetro, pois as propriedades superficiais de uma sentença podem ser ambíguas em termos de valores paramétricos aos quais elas possam estar relacionadas. Além disso, a linguagem adulta nem sempre é gramatical. Meisel enfatiza que “não se trata somente da ocorrência de erros de desempenho; os adultos utilizam enunciados que eles próprios julgam não gramaticais” (*op. cit.*, p. 27). O pressuposto de que apenas alguns poucos exemplos são suficientes para o ajuste do parâmetro, somado ao fato de a criança não ter evidência de que alguns enunciados presentes no *input* são agramaticais, torna a fixação paramétrica bastante complicada.

Valian (1988, 1990), ao discutir essas questões, afirma que a criança deve estar equipada com um mecanismo avaliador que lhe permita fazer experiências, lançando um enunciado e comparando-o com a resposta do adulto.²³ Para Meisel,

Essa hipótese ganha em plausibilidade pela observação de que os adultos tendem a responder às crianças utilizando um enunciado que é lexical e estruturalmente semelhante à frase da criança, e eles parecem fazê-lo com mais frequência do que ao responder a outros adultos. [...] A idéia é que *o processo de comparação permitirá à criança identificar o input não gramatical*, evitando o problema normalmente relacionado ao uso do *input* negativo indireto de não ser possível determinar quando parar de procurar evidências. Presumindo um processo de comparação, a criança pode esperar, com razão, que o fenômeno em questão ocorra em um curto espaço de tempo (1997, p. 28, grifo nosso).

No entanto, Meisel também argumenta que, embora a testagem de hipóteses pela criança seja uma possibilidade concreta, deve-se sempre tentar buscar uma explicação gramatical, mais condizente com a própria noção de parâmetro, em lugar de privilegiar uma abordagem que insere um artifício a mais no processo de aquisição, baseado em mecanismos gerais de aprendizagem.

Para além disso, não é claro de que forma essa comparação proposta por Valian permitiria à criança reconhecer o *input* não gramatical, uma vez que, se a criança de fato confiar nos dados de resposta do adulto como a “forma gramatical”, o máximo que

²³ A idéia é semelhante à de Chouinard & Clark (*op. cit.*); no entanto, a abordagem de Valian é claramente paramétrica e parece um processo mais “consciente” da criança.

poderia acontecer é a criança perceber que o *seu* próprio enunciado é agramatical,²⁴ mas isso nada tem a ver com o julgamento dos possíveis dados agramaticais que ela eventualmente ouve.

Outra possível solução para lidar com a ambigüidade dos dados do *input* é assumir que a fixação paramétrica é desencadeada por propriedades dos dados definidas de modo estrito, e não por todas as propriedades possivelmente relacionadas ao parâmetro. Por exemplo, em relação ao já famoso parâmetro do sujeito nulo, a existência de expletivos nas línguas que não permitem sujeito nulo poderia servir como evidência indiscutível para a escolha do valor negativo do parâmetro.

A decisão entre uma possibilidade e outra deve ser feita empiricamente. Como bem aponta Meisel (*op. cit.*), caso algum tipo de testagem de hipóteses esteja envolvido na fixação paramétrica, espera-se variação interindividual. Também é provável que haja variação intraindividual, pois a criança pode inicialmente selecionar a hipótese errada e depois refixar corretamente o parâmetro. O modelo do fator exclusivo não faz esse tipo de previsão, embora seja possível que, devido à ambigüidade do *input*, a criança faça uma escolha inicial equivocada. Mesmo assim, não se espera que haja oscilação entre os valores do parâmetro, mas antes mudança na escolha via aprendizagem lexical.²⁵

Em vistas do que foi apresentado até o momento, a idéia de um único fator desencadeante exclusivo parece mais alinhada com a própria noção de parâmetro e com a idéia de aprendizagem dedutiva, além de não acrescentar à teoria nenhum procedimento externo adicional.

1.2.3.3 Frequência e duração da exposição

Assumir a perspectiva da aprendizagem dedutiva acarreta que um mínimo de exposição aos dados é suficiente para o ajuste do valor do parâmetro. Idealmente, um único exemplo do dado acionador encontrado no *input* deveria bastar. É evidente que tal

²⁴ E mesmo isso não parece acontecer de forma sistemática; ver 1.2.3.1.

²⁵ Esta idéia será fundamental para a análise dos dados a ser apresentada no capítulo 3 desta dissertação.

idealização não se sustenta em condições realistas, mas o fato é que pouco se sabe sobre o quanto é, de fato, necessário. Clahsen (1991) afirma que a criança precisa de uma certa quantidade de evidência positiva antes de fixar o parâmetro; já Randall (1992) pressupõe um “limiar de desencadeamento”, isto é, a criança precisa de um número suficiente de indícios. Lightfoot (1991), por sua vez, assume que os dados acionadores devem ser consistentes e freqüentes.

Meisel (*op. cit.*, p. 29) aponta que nem toda forma presente no *input* desencadeia o parâmetro para o qual parece ser relevante; além disso, não há nos dados infantis evidência de constante troca de parâmetros; e finalmente, a aquisição parametrizada é mais rápida que a aprendizagem indutiva, mas também leva algum tempo. Ainda segundo esse autor, não há critérios empíricos para definir concretamente o que seria o limiar ou a quantidade de evidência positiva necessária para que um parâmetro seja fixado, e nada nos obriga a aceitar critérios quantitativos.²⁶ A robustez ou consistência advogada por Lightfoot (1991) não tem relação com freqüência, mas antes “o que realmente importa é que os fatores desencadeantes não deveriam aparecer somente no que Lightfoot (1991) chama de contextos ‘exóticos’” (Meisel, *op. cit.*, p. 29); isto é, os dados acionadores devem ser plausivelmente acessíveis a toda criança. Ainda segundo o autor, “na atual estrutura teórica, sua deficiência [dos dados] com respeito à confiabilidade não pode ser remediada de modo satisfatório com requisitos de freqüência” (*ibidem*, p. 29).

A solução mais plausível para manter a questão dentro dos limites da gramática parece ser, então, definir a acessibilidade dos dados em termos estruturais. Nesse sentido, a proposta de Lightfoot (1989; 1991) parece ser a mais difundida. De acordo com Meisel (*op. cit.*, p. 30), para este autor, é suficiente que a criança tenha acesso à oração principal mais a parte anterior da oração encaixada (o complementizador e o

²⁶ Yang (1999, 2004) propõe um modelo de aprendizagem variacional no qual a freqüência de determinados tipos de dados no *input* é relevante, e o papel da GU é determinar quais são esses dados: “to be effective, a learning algorithm – or any algorithm – must have an appropriate representation of the relevant (learning) data. A classic argument for innateness comes from the fact that syntactic operations are defined over specific types of representations – constituents and phrases – but not over, say, linear strings of words, or numerous other logical possibilities. Although infants seem to keep track of statistical information, any conclusion drawn from such findings must presuppose that children know what kind of statistical information to keep track of. After all, an infinite range of statistical correlations exists” (Yang, 2004, p. 453).

sujeito) para decidir sobre a fixação paramétrica. Antes dele, outros autores haviam proposto que a criança precisaria de evidências disponíveis em orações com um (grau-1) ou dois (grau-2) encaixamentos. A fórmula proposta por Lightfoot não leva em conta o número de orações; a extensão estrutural é definida em termos de domínios obrigatórios.

Apesar de a proposta de Lightfoot ser bastante difundida, Meisel (*op. cit.*) aponta alguns autores, como Baker (1989), que afirmam que o grau-1 é mais adequado, o que não diminuiria nem reforçaria a hipótese de Lightfoot. Muitos outros autores (p. ex. Roeper, 1973) têm lançado propostas sobre a extensão estrutural que deve estar necessariamente acessível à criança para fins de fixação paramétrica. Ainda segundo Meisel (*op. cit.*, p. 30), parece evidente que a criança não necessite de informações para além do grau-1; no entanto, há controvérsias sobre a capacidade da criança de explorar a distinção entre oração matriz e oração encaixada desde o início. De qualquer forma, a definição de acessibilidade em termos estruturais é, sem dúvida, mais condizente com a noção de parâmetro.²⁷

1.2.4 REFIXANDO UM PARÂMETRO, OU DE INTERRUPTORES E APARELHOS BIVOLT

Na seção 1.2.2, dissemos que uma metáfora comum para descrever um parâmetro é a metáfora do interruptor. Isso implica que, no estado inicial da gramática (GU), antes de qualquer contato com o *input*, o parâmetro já esteja marcado para um dos dois valores: afinal de contas, um interruptor binário não possui algo como uma “posição intermediária”, neutra, que poderia representar o estado inicial dos parâmetros.²⁸

A idéia de um valor *default* é, possivelmente, a mais difundida na literatura, e representa justamente isso: o parâmetro viria “pré-fixado” em um valor, que poderá ser

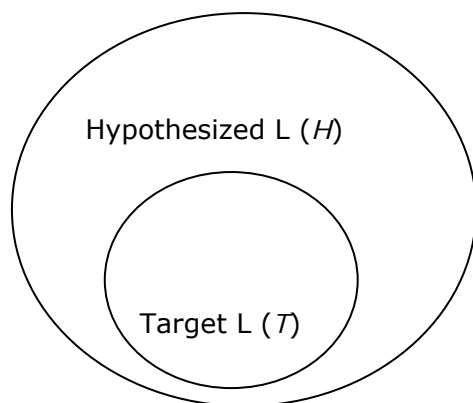
²⁷ No capítulo 4, falaremos sobre o método de decodificação paramétrica de Fodor (1998, 2001), o qual assume que cada valor paramétrico está associado a alguma propriedade estrutural detectável.

²⁸ Mesmo que possuísse, usando uma metáfora computacional, para que um sistema possa rodar é necessário algum *software* mínimo, que permitirá, no caso em questão, o *parsing* das estruturas percebidas. A discussão sobre o *parsing* e sua relação com valores *default* será retomada no final da seção.

refixado caso a língua a que a criança esteja exposta ofereça evidência positiva motivando o reajuste do valor. A adoção do *default* levanta duas questões: como definir qual dos valores será o *default* e quais são as conseqüências de se permitir a refixação paramétrica?

A determinação do valor *default* liga-se, para Meisel (*op. cit.*), à questão de existirem dois tipos de parâmetros, aqueles com valores aninhados e os com valores desconexos. Um exemplo de parâmetro com valores aninhados é o parâmetro do sujeito nulo: a opção [+pro-drop] resulta numa gramática que gera mais estruturas do que a opção [-pro-drop]; isso porque as línguas de sujeito nulo permitem também a ocorrência de sujeitos lexicalmente preenchidos em certos contextos, ao passo que as línguas de sujeito preenchido dificilmente permitem omissão de sujeito.²⁹ Desse modo, a gramática gerada pelo valor positivo parece “conter” aquela gerada pelo valor negativo; dito em outras palavras, a gramática gerada por [-pro-drop] é um subconjunto³⁰ apropriado da gramática gerada por [+pro-drop]. A figura abaixo, retirada de Lasnik (1989, p. 89), ilustra a situação:

(7)



Nas palavras de Lasnik,

here the target language is a proper sublanguage of the hypothesized language. Every structure of *T* is also a structure of

²⁹ Haegeman (1990) mostra que no inglês pode haver omissão de sujeito em registros informais, como num contexto de redação de diário. É, no entanto, uma possibilidade marginal na língua.

³⁰ O primeiro autor a falar sobre a hipótese do subconjunto para a aquisição da linguagem foi Berwick (1985).

H, but there are structures of *H* that are not in *T*. Thus, the learner would, contrary to assumption, need the information that the "excess" structures are impossible. In principle, no other relationship between *H* and *T* raises this problem (1989, p. 89).

Desse modo, para que exista a possibilidade de refixação, o valor *default* deve ser aquele que gera o menor conjunto de estruturas, ou seja, no caso do sujeito nulo, [-pro-drop]. Assim, uma criança adquirindo uma língua [+pro-drop], como o italiano, terá somente que perceber que seu *input* conta com orações sem sujeito (o que é possível a partir de evidência positiva) para refixar o parâmetro. Se o valor *default* fosse [+pro-drop], uma criança adquirindo o inglês não teria a mesma facilidade em refixar o parâmetro, pois o fato de a criança nunca ouvir uma oração sem sujeito não implica necessariamente que a possibilidade não exista na língua. A idéia é que a gramática inicial deve se expandir (*grow into*) até a gramática-alvo.

Como já discutido anteriormente, as crianças não contam com evidência negativa. "Caso a evidência positiva não seja suficiente, a criança teria que se tornar consciente do fato de que uma das opções oferecida pela gramática na verdade nunca aparece no *input*" (Meisel, *op. cit.*, p. 25). Essa é a chamada *evidência negativa indireta*, já mencionada na seção anterior, quando dissemos que o problema é determinar até quando a criança deve esperar para concluir que tal estrutura não faz parte da gramática de sua língua.

Lasnik (*op. cit.*) discute a existência de evidência negativa indireta também tomando como exemplo o parâmetro do sujeito nulo. O próprio autor ressalta que o assunto não é simples; por exemplo, em que circunstâncias a ausência de um tipo de estrutura no *input* poderia ser tomada pela criança como evidência para sua agramaticalidade? No caso do sujeito nulo, caso o valor *default* fosse [+pro-drop], ou mesmo caso a ambigüidade dos dados levasse uma criança adquirindo uma língua [-pro-drop] a uma escolha inicial equivocada, o que a faria levar em consideração a evidência negativa indireta? Lasnik delinea uma solução baseada no princípio "Evite Pronome" (Chomsky, 1981), segundo o qual toda língua deveria preferir um sujeito nulo a um sujeito fonologicamente realizado. Visto que os sujeitos nulos são esperados, sua

ausência no *input* é evidência relevante e seria suficiente para que a criança refixasse o valor do parâmetro.

Todavia, é possível que nem todos os parâmetros tenham associados a si tamanha evidência. Além disso, segundo Fodor (2001), por mais que as línguas naturais estejam de fato em relações de sub e superconjunto umas com as outras, e por mais que a lógica do argumento seja interessante e pertinente, "it emerged that the subset principle is too strong to match the behavior of human learners"³¹ (p. 731).

Em relação aos parâmetros desconexos, o problema do subconjunto não se coloca,³² pois os valores do parâmetro geram gramáticas opostas; um exemplo é o parâmetro da direção do núcleo, cujos valores são [núcleo final] e [núcleo inicial]. Em casos como esse, fica ainda mais difícil determinar qual seria o *default*, pois não há motivos concretos para escolher entre um valor ou outro, além do que não parece realmente necessário postular um *default*, visto que não há problemas de aprendizibilidade como há com os parâmetros aninhados.

Quanto à possibilidade de refixação, cremos que esta deva ser encarada com um certo cuidado, especialmente em vista da ambigüidade dos dados do *input*. Afinal o que impediria a criança de refixar constantemente um dado valor para um parâmetro cada vez que encontrasse nos dados algum tipo de evidência que entrasse em conflito com a escolha paramétrica previamente efetuada?³³ Haveria algum mecanismo interno à GU que restringiria o número de refixações? Como defini-lo?

Clahsen (1991) afirma que não se observa na fala infantil mudanças de um valor a outro do parâmetro; esse autor apresenta dados de alguns fenômenos do alemão que

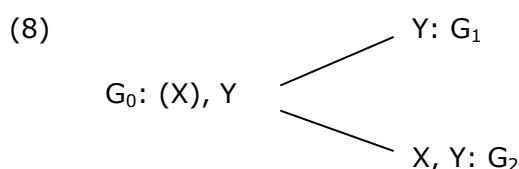
³¹ Esse princípio surge na teoria da computação e é adaptado como teoria de aprendizagem para a linguagem humana, aparentemente gerando mais problemas do que soluções, conforme aponta Fodor. Por exemplo, no caso do parâmetro do sujeito nulo, há sentenças nas línguas [- pro-drop] que não são possíveis nas línguas [+ pro-drop]: as sentenças com pronomes expletivos. O argumento lógico, todavia, não deixa de ser interessante.

³² Ao menos na opinião de Meisel (*op. cit.*); é possível pensar que coloca problemas não para a hipótese do subconjunto, mas para a análise dos próprios parâmetros, por pressupor a existência de parâmetros com comportamentos não-homogêneos.

³³ A hipótese do bilingüismo universal, de Roeper (1999), apresenta uma solução alternativa para esse tipo de problema. Essa hipótese será retomada no capítulo 3.

podem ser explicados via aprendizagem lexical,³⁴ sem necessidade de recurso à refixação paramétrica.

Uma visão alternativa é trazida por Lebeaux (1988), cuja proposta prevê que a criança inicialmente tem acesso a todos os valores de um parâmetro simultaneamente. Isso não significa que haja a possibilidade de fixações múltiplas; segundo Meisel (*op. cit.*), significa apenas que a criança tem acesso tanto aos valores *default* quanto aos valores alternativos de cada parâmetro antes que eles sejam ajustados. É como se, em lugar de um interruptor, tivéssemos um aparelho *bivolt* automático, que disponibiliza as opções 110 e 220V, e seleciona uma delas ao entrar em contato com a corrente elétrica.³⁵ A figura abaixo, retirada de Meisel (*op. cit.*, p. 26), ilustra o modelo:



G_0 conserva o estado inicial, em que o valor X é ordenado antes do *default* Y (os parênteses indicam opcionalidade). Em G_1 , o valor X é eliminado, restando apenas o *default*, ao passo que em G_2 a opcionalidade é eliminada e X se aplica, sobrepondo-se a Y. A fixação paramétrica, sob esse ponto de vista, é uma “desaprendizagem”, uma eliminação de alternativas; mas enquanto isso não ocorre, a criança “cai” na gramática *default*, ou seja, o valor Y encontra-se ativo como um valor *default*, ao invés da G_0 ser especificada para o Y, e opções alternativas permanecem disponíveis” (*ibidem*, p. 26).

³⁴ Tanto a aquisição de itens lexicais específicos quanto uma especificação mais refinada dos traços das categorias funcionais, que podem, inicialmente, estar subespecificadas na gramática infantil (ver, p. ex., a abordagem de Hoekstra, Hyams & Becker (1997) para o fenômeno das infinitivas-raiz). “Subespecificação”, aqui, deve ser entendida da seguinte forma: há um traço relevante presente numa determinada categoria, que a criança não confunde com outro traço; mas tal traço pode estar subespecificado durante um certo período do processo de aquisição, manifestando-se sempre na forma não-marcada (por exemplo, há um traço de número, que a criança não confunde com o traço de gênero, mas cujo valor inicialmente é, por *default*, sempre singular). A subespecificação das categorias funcionais na gramática infantil gera uma série de fenômenos de superfície que levaram pesquisadores como Radford (1990) e Rizzi (1993, 1994) a postular, com abordagens um pouco diferentes, a não-existência de categorias funcionais na representação gramatical infantil. Essas hipóteses de aprendizagem serão tratadas com mais detalhe na seção 1.3, e a proposta da subespecificação, na seção 2.2.

³⁵ Diferente do aparelho *bivolt*, no entanto, uma vez selecionado o valor, não há mais possibilidade de mudança. Ver a discussão prévia sobre refixação. A metáfora do aparelho *bivolt* é utilizada pela minha orientadora Ruth Lopes.

Vale a pena ressaltar que a existência de valores *default* não implica que um parâmetro já venha pré-fixado para o *default*. A existência de valores *default* – ao menos para os parâmetros aninhados – parece advir logicamente da noção de subconjunto, o qual, como vimos anteriormente, apesar de não ser um modelo adequado da aprendizagem humana, parece ser uma forma válida de relacionar as propriedades das línguas (Fodor, 2001). Já uma fixação prévia ao contato com o *input* não é algo tão óbvio, pelos problemas anteriormente apontados.

A vantagem imediata da alternativa proposta por Lebeaux é a eliminação da possibilidade de refixação. Além disso, Valian (1988) argumenta que é preciso que todas as opções paramétricas estejam disponíveis inicialmente para fins de *parsing*: se os parâmetros são inicialmente fixados num determinado valor, seja ele o *default* ou não, o *parser* não conseguirá lidar com dados potencialmente desconfirmadores do valor escolhido inicialmente. O modelo proposto por Fodor (2001) para a fixação paramétrica (chamado STL, do inglês *Structural Triggers Learner*) também pressupõe acesso inicial a todas as possibilidades dadas pela GU para que se possa identificar e selecionar, via *parsing*, os *treelets*³⁶ relevantes para cada língua.³⁷ Exploraremos esse modelo com mais detalhe no capítulo 4.

Tendo em vista a discussão feita até o momento, parece possível afirmar que existem valores *default* para alguns parâmetros, mas a idéia de uma pré-fixação *default* é bastante problemática, seja por abrir espaço para uma refixação para a qual nem sempre a criança terá evidência disponível, seja por questões de *parsing*.

³⁶ Conforme ficará mais claro no capítulo 4, um *treelet* é, literalmente, um “pedaço de árvore”, ou seja, um pedaço de estrutura sintática.

³⁷ Fodor (*op. cit.*) trabalha com mais de um STL, em versões determinísticas e não-determinísticas, tentando dar conta de dados de *input* ambíguos; cada versão do STL tem estratégias diferentes para lidar com ambigüidade, mas ao menos em algumas delas o *parser* deve ser capaz de identificar estruturas que não pertencem à gramática existente, processá-las e identificar a(s) possível(is) gramática(s) que conseguirá(ão) dar conta dos dados. Essa identificação só é possível se todos os valores disponibilizados pela GU estiverem acessíveis. Esse é também o espírito da competição entre gramáticas proposta no modelo de aprendizagem variacional de Yang (2004).

1.3 AS TEORIAS DE APRENDIZAGEM

Conforme mencionado na seção anterior, o advento da noção de parâmetro impulsionou as pesquisas em aquisição de linguagem dentro do quadro gerativista, bem como as tentativas de atingir adequação explicativa e fornecer uma resposta para o problema lógico da aquisição de linguagem. A hipótese empírica assumida por Chomsky sobre a aquisição de linguagem é a de que esta se daria de forma instantânea, isto é: dado que a ordem de exposição ao PLD é irrelevante para a fixação paramétrica, no limite, o primeiro contato da criança com o *input* seria suficiente para que a criança atingisse o estado estável da FL, ou seja, a gramática da língua a qual está exposta. Essa hipótese vem sendo criticada por diversas correntes empiristas como sendo algo irreal; entretanto, o próprio Chomsky frisa que tal idealização é necessária para fins de adequação explicativa, mas que “podem-se imaginar várias posições intermediárias” (1994, p. 69).

De fato, à medida que a pesquisa em aquisição foi se desenvolvendo, os gerativistas passaram a atentar para o problema da aquisição em tempo real. Ao examinarmos os dados de fala infantil, percebemos que a aquisição de linguagem não é instantânea, mas antes que se trata de um processo. Tal percepção levou à postulação de hipóteses de aprendizagem delineadas para resolver o que se chamou de *problema psicológico da aquisição de linguagem*, ou seja, os estágios pelos quais a criança passa no “percurso” entre S_0 (estado inicial) e S_s (estado estável). Chomsky, ao falar sobre o assunto, levanta algumas das “possibilidades intermediárias”:

É importante ser-se claro acerca do que está e do que não está envolvido na idéia de aprendizagem instantânea [...]. Há uma série de possibilidades empíricas consistentes com esta hipótese. Por exemplo, é possível que alguns dos princípios de E_0 só sejam acessíveis ao aprendiz da língua num estado posterior da aquisição dessa língua; é também possível que a faculdade da linguagem amadureça durante a infância, tornando acessíveis vários princípios em estados particulares do processo. Para além disto, pode acontecer que, dadas as restrições da memória ou de qualquer outra coisa, só as partes “mais simples” da evidência E que permite atingir o estado estável sejam acessíveis à criança em estados precoces da aquisição da linguagem. Pode ainda acontecer que uma

opção permitida pela GU seja fixada de determinada forma num estado precoce da aquisição e a escolha seja invertida num estado posterior, com base em evidência não disponível ou não utilizada no estado anterior. Estas possibilidades não são em si mesmas inconsistentes com a hipótese empírica de que o estado estável atingido é, de facto, idêntico ao resultado da aplicação “instantânea” dos princípios de E_0 à evidência E disponível [...]. Aquilo que é afirmado na hipótese empírica é que, a não considerarmos as questões da maturação, da ordem da apresentação ou da acessibilidade selectiva da evidência, o resultado da aquisição da linguagem é como se fosse instantâneo: em particular, os estados intermédios atingidos não alteram os princípios disponíveis para a interpretação dos dados nos estados posteriores de um modo que afecte o estado atingido.

Se certos princípios operarem apenas em estados mais tardios de maturação, não fica provado que eles não devam ser atribuídos ao estado inicial E_0 . O processo de maturação é geneticamente determinado, embora seja influenciado em vários aspectos pelo decorrer da experiência. [...] É evidente que os factores geneticamente determinados no desenvolvimento não devem ser identificados com os que são operativos no nascimento.

Há boas razões para se acreditar que a faculdade da linguagem sofre um processo de maturação – de facto, a ordem e o tempo desta maturação parecem ser bastante uniformes, apesar de existir uma variação considerável de experiências e de outras faculdades cognitivas – mas tal não vai contra a correcção da assunção empírica contida na ideia de aprendizagem instantânea, que parece ser, pelo menos, uma boa primeira aproximação aos factos [...] (Chomsky, 1994, p. 69-70).

Essas possibilidades representam algumas ideias das duas hipóteses de aprendizagem mais difundidas: a hipótese maturacional e a hipótese continuísta, sobre as quais trataremos brevemente a partir de agora.

1.3.1 A HIPÓTESE MATURACIONAL

A hipótese maturacional explica o processo de aquisição da linguagem como sendo vinculado a um calendário maturacional. Segundo Lopes (2001a, p. 116), existem duas interpretações possíveis para tal afirmação, cada uma delas correspondendo a uma versão da hipótese. A versão forte, também chamada de Hipótese da Descontinuidade, lançada por Felix (1984), afirma que nem todos os princípios se encontram prontos na GU. Isto significa que as crianças em fase inicial de aquisição podem produzir estruturas que violam as restrições da GU, enfraquecendo o papel da mesma. Já a versão fraca vem

de Borer & Wexler (1987), cuja visão é a de que os princípios estariam prontos na GU, mas estariam inicialmente subespecificados (isto é, a criança não teria acesso a eles desde o início por questões maturacionais). Essa proposta é considerada mais branda por dar à GU um papel desde o início da aquisição.

O próprio Felix, em artigo publicado em 1992, parece adotar uma posição mais branda: toda a argumentação é construída de forma a responder à pergunta “como a GU interage com a experiência lingüística da criança?”. De acordo com o autor, a visão continuísta defende que a GU seja a única responsável por restringir as gramáticas intermediárias da criança: o desenvolvimento seria guiado pelos dados, ou seja, pela mudança na percepção da criança em relação às evidências externas; a implicação mais visível dessa hipótese é que as gramáticas infantis, não importando o quão diferentes da gramática adulta, são sempre gramáticas possíveis, ou seja, não violam os princípios de GU. Já na visão maturacional, GU é responsável não apenas pelos tipos de gramáticas intermediárias, como também pela própria natureza temporal do desenvolvimento: a linguagem é guiada por mecanismos internos e biologicamente determinados. Para defender sua adesão à hipótese maturacional, o autor apresenta exemplos de violações de princípios da GU presentes na fala de crianças em fase de aquisição em quatro domínios principais: Teoria X-Barra, Teoria Temática, Teoria do Caso e Teoria da Ligação, além de argumentos relacionados às estruturas licenciadas pelas crianças na formulação de negações e perguntas *wh*. Adicionalmente, o autor destaca repetidas vezes que a adequação de uma hipótese inclui uma explicação satisfatória para o “problema da mudança de estágio” (*stage-transition problem*): para os continuístas, conforme já mencionado, a mudança se dá com base na alteração da percepção dos dados pela criança; Felix afirma que, por basear-se numa substituição de estruturas agramaticais por outras gramaticais, tal hipótese pressuporia a existência de evidência negativa nos dados de *input*.³⁸ A maturação, portanto, seria mais adequada sob esse ponto de vista, pois a motivação para a mudança não partiria de uma percepção alterada dos dados

³⁸ Contudo, tendo em vista a literatura continuísta, tal hipótese não parece fazer esse tipo de previsão. Além disso, parece consenso que não é possível falar em estágios na gramática infantil. Um exemplo disso será apresentado no capítulo 3 desta dissertação, quando da análise dos dados.

externos, mas antes dar-se-ia de dentro para fora (ou seja, a maturação e conseqüente emergência de novos princípios provocariam uma reacomodação dos dados).

Segundo Lopes (*op. cit.*, p. 117), os trabalhos maturacionistas passaram cada vez mais a adotar a perspectiva da parametrização ligada às categorias funcionais. Com isso, admite-se que haja uma fase pré-sintática na fala das crianças, durante a qual estas não contam com as categorias funcionais. Há várias explicações possíveis para isso: Meisel (1994), por exemplo, defende que as crianças, nessa fase, utilizem o módulo pragmático da linguagem; Bickerton (1989, 1990), por sua vez, aproxima a linguagem inicial da criança a um *pidgin*; já Radford (1990) e Guilfoyle & Noonan (1988) apresentam a chamada fase léxico-temática, semelhante à tese do truncamento de Rizzi (1993, 1994).³⁹ O próprio Radford, em seu trabalho de 1990, não chega a se posicionar claramente a respeito da corrente adotada, mas se coloca mais próximo da maturação; já em seu trabalho de 1997, após sofrer várias críticas, promove uma pequena reformulação de modo a possibilitar a inserção de seu trabalho sob o rótulo do continuísmo. Guilfoyle & Noonan (1988), por sua vez, apresentam seu modelo (a Hipótese da Construção de Estrutura) como uma terceira hipótese.

As críticas mais freqüentes à hipótese maturacional são reportadas por Lopes (*op. cit.*, p. 119-120) e podem ser resumidas em três pontos principais: a possibilidade de violação de GU, o fato de que determinados princípios maturam antes de outros em línguas diferentes, e a vinculação biológica do modelo. Quanto ao primeiro problema, Guilfoyle & Noonan (1988, p. 5) afirmam que admitir a possibilidade de gramáticas não pertencentes às línguas humanas possíveis reduz a importância de GU e o poder explicativo da teoria, uma vez que se torna necessária a presença de um mecanismo adicional superior a ela, que seria o calendário maturacional. Além disso, a hipótese não esclarece como a criança lida com o imenso número de hipóteses presente sem a ajuda das restrições. Nas palavras de Lopes, isso "coloca um fardo bem maior sobre o processo

³⁹ Embora para Rizzi a hipótese seja bem mais fraca, pois uma dada categoria pode ou não estar presente, mas não estará se estiver em primeira posição na estrutura.

de aquisição (ou sobre a criança adquirindo uma língua), além de, obviamente, diminuir consideravelmente o papel da GU" (*op. cit.*, p. 116).

Quanto ao fato de não haver correspondência entre a ordem de maturação de determinados princípios nas diferentes línguas, Borer & Wexler (1987) advogam em favor de um acesso ordenado ao *input*, idéia que vai contra o argumento da pobreza de estímulo. Já Guilfoyle & Noonan (1988) apresentam um argumento continuísta: "o que determina a emergência das categorias funcionais é a sensibilidade da criança em relação ao *input*, ou seja, a criança passa por um amadurecimento perceptivo a que segue o surgimento de uma estrutura" (Lopes, *op. cit.*, p. 120). Lopes chama a atenção para a circularidade do argumento dessas autoras: "é preciso haver um amadurecimento para que a criança consiga lidar com os dados que são, no fundo, reveladores das propriedades das categorias. Ela precisaria da categoria para lidar com os dados ou dos dados para chegar à categoria?" (*ibidem*, p. 120). No entanto, também a hipótese continuísta parece apresentar uma explicação circular para a mudança da percepção, pois explicam-na como dirigida pelos dados. Conforme Felix (1992, p. 45), "the child's perception changes as a result of specific input data becoming available, and these data become available, because the child's perception changes".

Já a questão do vínculo biológico diz respeito à maturação como propriedade física, ou seja, a linguagem seria um fenômeno sujeito à maturação assim como os demais sistemas biológicos. No entanto, conforme reitera Lopes (*op. cit.*, p. 120), toda a argumentação que sustenta a maturação é baseada em fenômenos lingüísticos, afastando consideravelmente o paralelo com a maturação biológica. Em relação a isso, Lebeaux (1987, *apud* Lopes, *op. cit.*) esclarece que a maturação é interna à gramática, não tendo relação com a maturação física dos indivíduos. Felix, no entanto, afirma que "Universal Grammar is subject to a (biologically determined) maturational process, which makes the various principles emerge in a specific temporal order" (1992, p. 27).

Ao final de sua argumentação, Lopes (*op. cit.*) ressalta que a hipótese maturacional em si não é absurda, especialmente se partirmos do pressuposto de que aquilo que é postulado teoricamente com base em evidência de ordem lingüística

encontre, de algum modo, um correlato em termos de mecanismos e processos cerebrais (p. 121). Assim sendo, restaria aos adeptos dessa hipótese buscar corroboração biológica para suas idéias.

Meisel (1997) fornece uma possível evidência em favor dos maturacionistas: o trabalho de Greenfield (1991). Neste trabalho, a autora investiga a neurofisiologia e a neuroanatomia e conclui que

o desenvolvimento das conexões cerebrais constitui a base para o desenvolvimento estrutural da linguagem. [...] Circuitos específicos que conectam diversas zonas corticais desenvolvem-se como resultado da diferenciação gradual através da qual "zonas corticais múltiplas são 'podadas' para se chegar a um número menor de conexões mais específicas e de maior alcance" (Greenfield, 1991, p. 544). No caso da área de Broca, o crescimento dendrítico leva a uma diferenciação de duas áreas adjacentes funcionalmente distintas, e isto ocorre exatamente durante o período em que estruturas gramaticais complexas surgem na linguagem da criança, começando em torno dos dois anos de idade (Meisel, 1997, p. 33).

Resultados como esses, se confirmados em relação à linguagem, podem indicar que a hipótese maturacional está correta. No entanto, conforme Meisel (1997), esse tipo de descoberta só explica por que GU não limitaria os usos iniciais da linguagem (antes dos 2;0 anos). Para que se confirme um calendário maturacional dos princípios de GU, outro tipo de evidência se faz necessário.

1.3.2 A HIPÓTESE CONTINUÍSTA

A hipótese continuísta defende a idéia de que as crianças, desde o início, apresentam estruturas sintáticas semelhantes às dos adultos: a linguagem inicial da criança já se encontra restringida pelos princípios da GU. O próprio termo "continuísmo" indica que há uma continuidade entre a gramática infantil e a adulta.⁴⁰ Existem duas

⁴⁰ Isto quer dizer que os símbolos disponíveis na representação gramatical infantil são os mesmos da representação adulta; por exemplo, não há um período em que a criança não conte com a projeção das categorias funcionais. O que pode haver é uma subespecificação dos traços dessas categorias, a qual gera superficialmente efeitos que foram analisados como ausência de estrutura funcional por alguns autores, conforme já mencionado na nota 34. Numa abordagem como a do Programa Minimalista, na qual as categorias funcionais devem ser semanticamente motivadas, a ausência das mesmas implicaria uma lacuna na

vertentes da hipótese, a continuísta fraca e a continuísta forte. Para os continuístas mais radicais, a idealização empírica de Chomsky de que a aquisição da linguagem se dá de forma instantânea é válida também em tempo real, ou seja, além de não admitir gramáticas “selvagens”, a versão forte do continuísmo também não admite desvios em relação à gramática adulta da língua sendo adquirida. Assim como a versão forte da maturação, essa vertente não possui muitos adeptos, uma vez que os dados empíricos não condizem com essas previsões. Já para os moderados, a fala da criança pode, nas fases iniciais, licenciar estruturas não correspondentes à gramática que está sendo adquirida, desde que tais estruturas não violem GU, o que equivale a dizer que tais estruturas devem pertencer a alguma gramática existente nas línguas humanas. E aqui reside outra diferença fundamental entre continuísmo e maturação: os continuístas moderados creditam essas diferenças entre as gramáticas adulta e infantil não a uma diferença na competência, mas sim a dificuldades de processamento, memória e/ou percepção. Essa visão, também chamada Hipótese da Competência Plena, ganha força por conseguir, por um lado, explicar fenômenos que não parecem mudar abruptamente (como seria o caso em uma hipótese maturacional), e por outro, dar conta das diferenças entre as gramáticas adulta e infantil (Lopes, *op. cit.*, p. 125).

Assim como na hipótese maturacional, existem algumas subcorrentes derivadas do continuísmo; algumas delas, inclusive, são as mesmas citadas anteriormente como alinhadas à maturação. Existe uma, no entanto, sobre a qual não parecem repousar dúvidas: é a Hipótese da Aprendizagem Lexical, apresentada por Clahsen em 1989, segundo a qual a hipótese continuísta isoladamente não seria capaz de dar conta da questão do desenvolvimento da aquisição de linguagem. Assim sendo, o autor apresenta evidências de que a aprendizagem de itens lexicais desencadearia a aplicação dos princípios da GU: “the acquisition of lexical properties induces restructurings in the children’s grammars, and [...] UG principles, while being present from the beginning,

interpretação na interface com a Forma Lógica (LF). Roeper (2006) explora a noção de composicionalidade semântica a partir da sintaxe e procura mostrar como se dá a aquisição das categorias funcionais no DP. Para esse autor, todo nó de um marcador sintático está ligado a uma distinção semântica, e a tarefa da criança adquirindo uma língua é mapear a estrutura hierárquica *default* disponibilizada pela GU para a língua sendo adquirida, a partir das distinções semânticas percebidas na fala adulta.

must await the prior acquisition of lexical triggers” (Clahsen, 1989, p. 77). O autor conclui que a hipótese continuísta deve ser mantida até que os dados não nos deixem outra alternativa; restaria, assim, aos maturacionistas o ônus da prova.

Segundo Lopes (*op. cit.*), para os continuístas “a transição gradual [...] é vista como dependente do desenvolvimento de capacidades de processamento da criança e não com a visão de que há uma mudança em sua competência lingüística” (p. 126), o que estaria de acordo com a idealização empírica de Chomsky, anteriormente mencionada: só há defasagem entre o sistema adulto e infantil por interferência de outros fatores; a gramática em si é a mesma desde o início.

As principais críticas dirigidas aos continuístas são, além da já mencionada circularidade do argumento do desenvolvimento, a contradição em relação à chamada “idade crítica”, evidenciada por Lenneberg (1967, *apud* Menuzzi, 2001, p. 147-152), e a necessidade de demonstrar de que formas as questões de processamento realmente interferem no processo de aquisição da linguagem (o “ônus da prova” para os continuístas, nas palavras de Lopes (*op. cit.*)).

Guilfoyle & Noonan (1988, p. 3-4) colocam duas questões importantes em relação ao assunto: a primeira diz respeito a uma maneira eficaz de identificarmos quais dados são cruciais ao desencadeamento de mudanças na gramática infantil; a segunda, aos motivos que levam a criança a prestar atenção em dados que estão disponíveis desde sempre no processo de aquisição, mas que ela ignorou até então. De acordo com essas autoras, a necessidade de que os dados sejam freqüentes⁴¹ no *input* torna ainda mais intrigante o fato de que a criança os ignore.

1.3.3 À GUIZA DE POSICIONAMENTO

As questões levantadas nesta seção ainda estão longe de serem resolvidas e o debate está aberto. Em vista disso seguiremos Meisel (1997), lançando mão da navalha

⁴¹ Conforme já dito na seção 1.2.3.3, os dados acionadores não necessariamente precisam ser freqüentes; na visão de Lightfoot (1991), estes devem ser robustos, ou seja, não devem ocorrer apenas em contextos “exóticos” (*sic*), e devem ser estruturalmente acessíveis.

de Occam, isto é, nos posicionando ao lado da hipótese que não traz dispositivos adicionais. Assim sendo, esta dissertação assumirá os pressupostos da hipótese continuísta, uma vez que a hipótese maturacional acrescenta à teoria um calendário de maturação extrínseco à linguagem. Conforme veremos no capítulo 3, os dados analisados corroboram a hipótese continuísta e a hipótese de aprendizagem lexical.

1.4 O PROGRAMA MINIMALISTA

A passagem de um sistema de regras para um sistema de princípios e parâmetros, no início da década de 80, bem como as mudanças na concepção do que seja um parâmetro, ilustram uma característica importante do estudo da linguagem: a interdependência entre a investigação empírica das gramáticas particulares de cada língua (adequação descritiva) e o desenvolvimento de uma teoria lingüística (adequação explicativa). Já em LSLT (1955, p. 78-79), Chomsky chamava a atenção para essa aparente circularidade: a descrição de um subconjunto finito de dados empíricos (um *corpus*) é impossível sem que se assuma previamente alguma teoria lingüística ou concepção de estrutura lingüística; e a teoria lingüística, por sua vez, deve ser adequada à descrição dos dados. Isso significa que há uma retroalimentação constante entre os dois pólos. A mudança na teoria pode vir de duas formas: por um refinamento no formalismo (que seja compatível com os dados), ou através de novas descobertas empíricas.

A resposta gerativista para essa tensão foi desafiar a concepção tradicional, presente inclusive nas primeiras formulações da Teoria Gerativa, de que uma língua é um sistema complexo de regras, cada uma delas específica para um tipo particular de construção gramatical, pois as considerações de adequação explicativa indicavam que isso não podia estar correto. Os esforços em torno dessa resposta culminaram no advento do modelo de P&P, que permitiu um avanço significativo da investigação lingüística. Na opinião de Chomsky (2000), pela primeira vez foi possível delinear uma verdadeira teoria da linguagem, uma teoria que satisfizesse as condições (conflitantes)

de adequação descritiva (tomando-se as gramáticas particulares como teorias dos estados estáveis atingidos) e explicativa (tomando-se a GU como teoria do estado inicial).

Ainda de acordo com Chomsky (2000), dentro do modelo de P&P, importa descobrir quais são os princípios e parâmetros e como estes interagem entre si, bem como ampliar o quadro de forma a englobar outros aspectos da linguagem e seu uso. Embora ainda haja muito a ser feito, houve progresso suficiente para que se coloquem novas questões, mais abrangentes, sobre o *design* da linguagem; especificamente, podemos nos perguntar quão bom é esse *design*, quão “perfeita” é a linguagem. São essas as questões que o Programa Minimalista (PM) visa explorar.

Dessa forma, o PM é um programa de pesquisa inserido em P&P, que toma a abordagem da Teoria da Regência e Ligação (GB, do inglês *Government and Binding*) como essencialmente correta, não obstante “enxugue a máquina”, na busca de uma concepção de gramática que tenha as mesmas conseqüências da GB em termos de adequação descritiva, porém reduzindo o aparato técnico em vista das questões de *design* que busca responder. Nesse sentido, o PM é fortemente guiado pelo princípio de *Occam's Razor*. Esse é o chamado minimalismo metodológico, alinhado aos *desiderata* científicos de simplicidade, elegância e parcimônia de qualquer teoria, e dele se deriva a chamada Tese Minimalista Fraca (WMT, do inglês *weak minimalist thesis*).

No entanto, o PM não é uma “conseqüência natural”, nem uma tentativa de solucionar eventuais problemas da GB. Tampouco se restringe a um mero novo formalismo. O PM consiste antes numa nova forma de conceber a FL, que diz respeito à relação desta com os demais sistemas cognitivos. Mais especificamente, o PM envolve a investigação de quão bom é o *design* da FL, ou seja, em que medida a FL é uma solução ótima para especificações mínimas de *design*. Em outras palavras, que condições devem ser satisfeitas pela FL para que a linguagem seja utilizável? Segundo Chomsky (1999, p. 1), pode-se pensar em tais especificações como sendo “condições de legibilidade”: as expressões geradas por cada língua (sendo cada língua um estado da FL) devem ser legíveis para os sistemas que as acessam nas interfaces entre a FL e os sistemas

externos.⁴² A tese minimalista forte (SMT, do inglês *strong minimalist thesis*) consiste em assumir que a FL é, de fato, uma solução ótima para as condições de legibilidade impostas pelas interfaces.⁴³

De acordo com Chomsky (1998), a FL é composta por um léxico e um sistema computacional (C_{HL}). GU disponibiliza um conjunto F de traços (propriedades lingüísticas) e operações do C_{HL} . A aquisição de uma língua L envolve a seleção (de uma vez só) de um subconjunto [F] desse conjunto de traços universal F disponibilizado pela GU; esse subconjunto será arranjado (também de uma vez só) em um léxico LEX.⁴⁴ Além disso, a aquisição envolve um refinamento do C_{HL} – a fixação paramétrica. A cada derivação lingüística, uma seleção de itens lexicais será feita a partir do léxico,⁴⁵ e os itens lexicais selecionados serão mapeados em uma expressão lingüística ($EXP = \langle PHON, SEM \rangle$, em que PHON fornece informações para o sistema A-P e SEM, para o sistema C-I) pelo C_{HL} . A expressão convergirá no nível da interface se for legível nesse nível, ou seja, se for composta apenas por elementos que lhe forneçam instruções; do contrário, a expressão implodirá (*crash*) na interface. Se a expressão converge em todas as interfaces, dizemos que a computação é convergente. Dentre todas as expressões convergentes, o sistema C_{HL} seleciona aquelas ótimas, ou seja, as expressões formadas de modo mais econômico, por exemplo, apenas com movimentos locais e sem passos supérfluos na derivação.

Chomsky (1998) assume que o sistema computacional executa três operações: *Merge* (que toma dois objetos sintáticos X e Y e os conecta), *Move* (que toma um objeto sintático X e um objeto sintático Y que é parte de X, e conecta Y a X) e *Agree* (que

⁴² Em princípio, assume-se que são dois os sistemas externos a fazer interface com a FL: o sistema articulatorio-perceptual (A-P), através do nível de representação PF, e o sistema conceptual-intencional (C-I), através do nível de representação LF. A idéia, colocada por Chomsky como uma “fábula evolucionária” (1998, p. 6), é a seguinte: suponha-se que tenha havido uma reorganização cerebral cujo resultado tenha sido a emergência da FL, inserida entre os sistemas externos com os quais interage. Para que possa ser usada, a FL deve satisfazer às chamadas condições de legibilidade impostas por tais sistemas. Tudo o que se propõe na teoria deve, portanto, ser motivado pelas condições das interfaces, ou então por condições de economia do C_{HL} .

⁴³ Nesse contexto, faz-se necessário procurar as “imperfeições” da linguagem, isto é, aquelas propriedades que a linguagem não deveria ter. No capítulo 2, exploraremos a relação entre duas dessas aparentes imperfeições, que estão no centro de boa parte da investigação atual: a propriedade de movimento e os traços não-interpretáveis dos itens lexicais.

⁴⁴ Um item lexical será, portanto, um conjunto de traços semânticos (instruções para a interface LF), fonológicos (instruções para a interface PF), formais (ou ϕ : gênero, número e pessoa, interpretáveis ou não a depender da categoria em que se manifestem) e, nas formulações até 1995, também traços categoriais ($\pm N$, $\pm V$).

⁴⁵ Esta seleção é chamada de Numeração, e consiste em itens lexicais com índices numéricos que indicam quantas vezes cada item deverá ser utilizado na derivação. A cada seleção de um item para a derivação pelo C_{HL} , o índice desse item é diminuído em 1. A derivação termina quando todos os índices tiverem valor 0.

elimina os traços não-interpretáveis dos itens lexicais estabelecendo relações à distância, segundo determinadas condições estruturais, conforme veremos em detalhe no capítulo 2 desta dissertação).⁴⁶

A discussão dos detalhes técnicos do PM relevantes para este trabalho será feita no capítulo 2. Para finalizar este capítulo, apontaremos as conseqüências dessa nova concepção da FL para a aquisição de linguagem; uma discussão mais detalhada dessas questões será introduzida nos capítulos 3 e 4.

Sobre o papel das interfaces, Lopes (2001b, p. 8) aponta que

visto que a FL responde aos requerimentos das interfaces, pode-se imaginar que o papel destas será crucial também para a aquisição. No entanto, teremos que as condições externas – condições de legibilidade – são as únicas a ditar o funcionamento da Faculdade da Linguagem e devem refletir, sobretudo, uma correlação otimizada entre as interfaces também. Isso, por outro lado, abre uma janela para a aquisição, por trazer também a Forma Lógica para a discussão, mas coloca uma responsabilidade ainda maior sobre a área, na medida em que os fenômenos relevantes para o processo de aquisição devam, pelo menos idealmente, refletir essa correlação.

Ainda segundo Lopes (2001b), Van Kampen (1997), trabalhando com a aquisição do holandês, propõe, a partir da idéia de que LF é uniforme entre as línguas,⁴⁷ que a criança começaria com estruturas mais próximas de LF do que de PF; o processo de aquisição consistiria na diminuição das discrepâncias entre as duas representações. Essa hipótese prevê exatamente o contrário da hipótese do subconjunto, uma vez que a criança passaria de uma gramática “maior” pra uma “menor” “à medida que percebesse que as opções que ela tem em Forma Lógica estão restritas pelas representações encontradas em Forma Fonética para a sua língua” (Lopes, 2001b, p. 8).

Já em relação aos parâmetros, a idéia básica continua sendo a mesma vista na seção 1.2.1: o espaço de variação se limita ao léxico funcional das línguas. Há, no entanto, pelo menos duas novidades relevantes: primeiramente, como já apontado na nota 17, Chomsky (1995) restringe a existência de categorias funcionais àquelas que

⁴⁶ A operação *Merge* “substitui” as regras sintagmáticas (*PS rules*) dos modelos pré-P&P; a operação *Move* faz o mesmo com as regras transformacionais (Chomsky, 2000, p. 13).

⁴⁷ Ou, ao menos, mais uniforme do que PF.

tenham relevância para a interpretação de uma estrutura em LF (a saber: DP, TP, CP e, posteriormente, vP); em segundo lugar, a visão de um item lexical como um feixe de traços recoloca o espaço de variação mais especificamente como uma função das diferenças nos traços formais das categorias funcionais, trazendo uma certa granularidade bastante bem-vinda para a investigação do processo de aquisição, conforme veremos com mais detalhe nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

DP: ESTRUTURA E CONCORDÂNCIA

*“Há máquinas terrivelmente complicadas para as coisas mais simples.”
(Carlos Drummond de Andrade – O Sobrevivente)*

No presente capítulo, primeiramente exporemos alguns modelos de análise para os fenômenos de concordância sentencial (Chomsky, 1998, 1999; Frampton & Gutmann, 2000^a); a seguir, discutiremos propostas para o tratamento da concordância interna ao DP, que englobam também questões sobre a estrutura funcional do DP e as manifestações morfológicas de traços formais e suas implicações para a interpretação semântica. Na seção final, procuraremos estabelecer, a partir do confronto entre as idéias até então apresentadas, a proposta de análise que guiará a subsequente análise dos dados.

2.1 A CONCORDÂNCIA NO PROGRAMA MINIMALISTA

2.1.1 A CONCORDÂNCIA SENTENCIAL

Conforme visto na seção 1.4, a tese minimalista forte (SMT) consiste em assumir que a FL é, de fato, uma solução ótima para as condições de legibilidade. A partir disso, faz-se necessário procurar as “imperfeições” da linguagem, isto é, aquelas propriedades que a linguagem não deveria ter; tais propriedades podem mostrar-se imperfeições de fato, podem não ser propriedades reais da linguagem, ou podem ainda ser imperfeições aparentes, sendo essa última a possibilidade mais interessante na opinião de Chomsky (1998).

Os processos do componente fonológico, por exemplo, violam a condição de interpretabilidade (os itens lexicais não devem ter traços além daqueles interpretáveis na

interface) e a condição de inclusividade (nenhum traço novo é introduzido pelo sistema computacional). Deixando de lado os problemas trazidos pelo componente fonológico, uma vez que as imperfeições aí observadas provavelmente são motivadas por condições de legibilidade na interface, Chomsky define da seguinte forma o requerimento de inclusividade/interpretabilidade:

- (1) Inclusiveness holds of *narrow syntax*, and each feature is interpreted at the level LF or associated with phonetic features by the phonological component (Chomsky, 1998, p. 33, grifo nosso).

Todavia, também na sintaxe estrita encontramos duas propriedades tidas como grandes imperfeições: os traços não-interpretáveis dos itens lexicais (cujas existência também viola o requerimento em (1)) e a propriedade de deslocamento. Visto que nenhuma delas aparece em outros sistemas simbólicos (p. ex. linguagens de programação), podemos suspeitar que tenham a ver com condições de legibilidade impostas pelas interfaces, sendo, portanto, imperfeições aparentes, desenhadas, na verdade, para satisfazer requerimentos externos à FL. A investida do PM é investigar de que forma essas duas aparentes imperfeições caminham juntas, ou seja, em que medida são duas faces da mesma moeda.

A primeira hipótese oferecida por Chomsky nesse sentido é a chamada operação *Move F* (1995, cap. 4). Nessa abordagem, todo movimento tem como alvo apenas traços formais; numa situação ideal, os traços movidos se adjungem ao núcleo atrator, formando uma cadeia que consiste no conjunto de traços formais (F[FF]) e seu vestígio.⁴⁸ Entretanto, o que se observa muitas vezes é o deslocamento de todos os traços do item lexical, ou mesmo da categoria mínima que o contém. Segundo Chomsky (1995, p. 262-265), o *pied-piping* dos demais traços ocorre por requerimentos morfofonológicos da interface PF, requerimentos que ainda devem ser explicitados pela teoria.⁴⁹ Nesse caso, a primeira opção (a opção ótima) é adjunção do item lexical ou categoria movida ao núcleo

⁴⁸ O emprego do termo “vestígio” é, segundo Chomsky, apenas um artifício didático, dado que de acordo com a condição de inclusividade nenhum elemento deve ser inserido na derivação pelo sistema computacional.

⁴⁹ Por exemplo, a existência de um traço forte que precisa ser checado por um item lexical completo.

atrator; no entanto, devido às restrições morfológicas existentes em relação ao que pode figurar em posição de núcleo, a configuração *Spec-Head* é empregada para fins de checagem, sendo considerada a segunda melhor configuração para tal.

A abordagem de *Move F* é lexicalista; isso implica que todos os itens lexicais entram na derivação com seus traços especificados, e a idéia é que os movimentos existem para viabilizar a checagem e apagamento⁵⁰ dos traços não-interpretáveis dos itens lexicais.⁵¹ Não se sabe por que deveria existir algo como os traços não-interpretáveis; no limite, as condições de bom *design* excluiriam sua existência. No entanto, visto que eles existem, a FL oferece o deslocamento como solução ótima para o requerimento de interface de que esses traços sejam eliminados.

Em trabalhos mais recentes, Chomsky (1998, 1999) apresenta uma proposta diferente para dar conta da existência dos traços não-interpretáveis e da propriedade de deslocamento: a operação *Agree*. Nessa abordagem, a operação *Agree* e os traços não-interpretáveis existem como uma solução ótima para a implementação da propriedade de deslocamento, a qual tem possível motivação externa em termos de interpretação semântica e questões de processamento. Dessa forma, o deslocamento é uma imperfeição aparente, tanto quanto os mecanismos que o implementam.

Os movimentos são motivados pela existência de um traço EPP que deve ser satisfeito através do *Merge* de um elemento nominal (um expletivo ou um elemento nominal já existente na derivação, caso não haja um expletivo disponível na Numeração) na posição de especificador do elemento que carrega tal traço. Desse modo, há uma dissociação entre movimento e checagem de traços- ϕ ; de acordo com Chomsky (1998, p. 41-42), a configuração *Spec-Head* não tem mais um estatuto especial para checagem de traços; esta se dá via *Agree*, e não mediante o *Merge* de um elemento no especificador da categoria relevante.

⁵⁰ Na verdade, a idéia é que os traços não-interpretáveis não desaparecem da computação, mas sim se tornam invisíveis nas interfaces. A manutenção desses traços na estrutura gera os efeitos (esperados) de interveniência e também permite que as operações morfológicas do componente fonológico os acessem (cf. Hornstein, Nunes & Grohmann, 2006, p. 283).

⁵¹ Traços de Caso abstrato, EPP e os traços- ϕ não-nominais.

A principal diferença entre as duas operações é, segundo Hornstein, Nunes & Grohmann (2006), a análise dada aos traços não-interpretáveis. Chomsky (1998) descarta a abordagem *Move F* por não haver evidência para postular a existência de cadeias de traços;⁵² contudo, a operação *Agree* também apresenta a desvantagem metodológica da postulação de uma operação a mais no sistema computacional. Visto que ambas as abordagens discutidas (ainda que brevemente) acima parecem cobrir aproximadamente o mesmo campo empírico, o debate ainda está aberto, sendo possível, inclusive, que nenhuma delas esteja correta. Para fins desta dissertação, exploraremos com mais detalhe a operação *Agree* e algumas reformulações desta, propostas principalmente por Frampton & Gutmann (2000a).⁵³

A abordagem de *Agree* é não-lexicalista; a interpretabilidade dos traços é determinada já no léxico, com distinção de valores: traços não-interpretáveis (por exemplo, Caso) entram na derivação sem valor especificado, enquanto os traços interpretáveis (por exemplo, gênero em N) entram com valores especificados. A operação *Agree* valora e apaga os traços não-interpretáveis da sonda e o Caso do alvo da seguinte forma: uma sonda (*Probe*) com traços- ϕ ⁵⁴ não-interpretáveis ([u]) valora seus traços contra um alvo (*Goal*) com traços- ϕ interpretáveis ([i]). A operação *Agree* permite, através da valoração de traços, o apagamento (*erasure*) dos traços não-interpretáveis da sonda e do traço não-interpretável de Caso do alvo, evitando que a derivação imploda em LF.⁵⁵

As condições para que *Agree* aconteça são as seguintes:

- a sonda α deve possuir traços- ϕ não-interpretáveis e c-comandar o alvo β (o alvo deve estar no domínio de complemento da sonda);

⁵² Nas palavras do autor: “the extension of these notions to features raises difficulties, not insuperable but better avoided, as seems possible” (1998, p. 34, nota 73).

⁵³ A escolha de *Agree* é motivada pelo fato de que, conforme ficará claro nas próximas páginas, esta operação tem a relação de núcleo-complemento como configuração relevante para o estabelecimento da concordância, e esta é a relação encontrada no DP entre D e NP (ou entre D e NumP e entre este e NP).

⁵⁴ Relembrando que os traços- ϕ são os traços formais (pessoa, número e gênero); Chomsky propõe que estes são não-interpretáveis semanticamente nas categorias funcionais (mais especificamente, são interpretáveis apenas em N), das quais devem ser eliminados antes que a derivação atinja a interface semântica (LF).

⁵⁵ A implementação técnica dos pontos relevantes para esse trabalho será detalhada no que segue.

- os traços de sonda e alvo têm que combinar (traços não distintos⁵⁶);
- não deve haver um alvo alternativo γ tal que α c-comande γ e γ c-comande β ; e, finalmente,
- o alvo β deve estar ativo para o sistema, isto é, deve possuir um traço não-interpretável de Caso a ser checado.

Ao ser inserida na derivação, a sonda α sonda seu domínio de complemento em busca de um elemento nominal β ativo; ao encontrá-lo, α entra em relação de *Agree* com β , valorando e apagando seus próprios traços não-interpretáveis; ao mesmo tempo, α valora e apaga o traço de Caso de β ,⁵⁷ que é não-interpretável e também deve ser eliminado antes de *Spell-out*.

Em nota de rodapé, Chomsky (1999) sugere, em relação à concordância no DP, que “there is presumably a similar but distinct agreement relation, concord, involving Merge alone” (p. 34, nota 5). Assim, *Agree* seria a concordância descrita acima, no nível da sentença, enquanto *Concord* funcionaria *in situ* (isto é, via *Merge*) apenas no nível do sintagma. Vale ressaltar que em nenhum momento o autor entra em detalhes sobre o funcionamento de *Concord*, mas parece claro que ele não toma este mecanismo como uma operação sintática *strictu sensu*, e sim como um mecanismo morfológico de concordância. Além disso, Chomsky assume que os traços- ϕ são interpretáveis em N (ou seja, a concordância no DP aparece sobre modificadores e D, mas é regida por N).

Em (2)⁵⁸ abaixo, temos um exemplo de como o modelo funcionaria, retirado de Frampton *et. al.* (2000), trabalho em que são discutidas duas grandes inconsistências nas análises do islandês apresentadas em *Derivation by Phase* (DbP): a (não) valoração do traço não-interpretável de pessoa do expletivo *there* (2a) e a (não) valoração de Caso nos particípios (2b):⁵⁹

⁵⁶ Chomsky (1999) afirma que “match is not strictly speaking identity, but nondistinctness: same feature, independently of value” (p. 4).

⁵⁷ Apenas se α for ϕ -completo.

⁵⁸ Os detalhes irrelevantes para a presente discussão foram omitidos.

⁵⁹ As derivações dos exemplos em (2) foram integralmente retiradas de Frampton *et. al.* (2000, p. 1-4); os traços grifados são os traços valorados no passo derivacional em questão.

(2) a. Max expected *there* to be killed(acc, sg) someone(acc)

a¹. [PRT [kill someone]]
 Num [] Num [sg]
 Case [] Per [3]
 Case []

a². [PRT [kill someone]]
 Num [sg]
 Case []

a³. [T_r [be [PRT [kill someone]]]]
 Per [] Num [sg] Num [sg]
 EPP [] Case [] Per [3]
 Case []

a⁴. [there T_r [be [PRT [kill someone]]]]
 Per [] Per [] Num [sg] Num [sg]
 EPP [✓] Case [] Per [3]
 Case []

a⁵. [Max v* [expect [there T_r [be [PRT [kill someone]]]]]]
 Per [3] Per [] Per [3] Num [sg] Per [3]
 Num [sg] Num [] EPP [✓] Case [] Num [sg]
 Case [] Case []

a⁶. [Max v* [expect [there T_r [be [PRT [kill someone]]]]]]
 Per [3] Per [] Per [3] Num [sg] Per [3]
 Num [sg] Num [] EPP [✓] Case [acc] Num [sg]
 Case [] Case []

a⁷. [Max v* [expect [there T_r [be [PRT [kill someone]]]]]]
 Per [3] Per [3] Per [3] Num [sg] Per [3]
 Num [sg] Num [sg] EPP [✓] Case [acc] Num [sg]
 Case [] Case [acc]

b. Max expected someone(acc) to be killed(acc, sg)

b¹. [someone_i T_r [be [PRT [kill someone_i]]]]
 Per [3] Per [3] Num [sg]
 Num [sg] EPP [✓] Case []

b². [v* [expect [someone_i T_r [be [PRT [kill someone_i]]]]]]
 Per [] Per [3] Per [3] Num [sg]
 Num [] Num [sg] EPP [✓] Case []

b³. [v* [expect [someone_i T_r [be [PRT [kill someone_i]]]]]]
 Per [3] Per [3] Per [3] Num [sg]
 Num [sg] Num [sg] EPP [✓] Case []

No exemplo (2a), temos em (2a¹) que o particípio tem condições de sondar. Ao fazê-lo, encontra *someone*; como ambos estão ativos para o sistema, o traço de número do PRT é valorado, gerando (2a²).

A derivação segue até o ponto (2a³). Aí, temos a entrada na derivação de T_r, que é o T das construções de alçamento.⁶⁰ T_r sonda seu domínio de complemento e encontra *someone*, cujos traços combinam com os da sonda. Entretanto, visto que há na Numeração um expletivo *there*, o sistema prefere fazer o *Merge* deste, pois a operação *Merge* é menos complexa do que a operação *Move*,⁶¹ que moveria *someone* para o especificador de T_r para satisfazer o EPP deste. O expletivo *there* possui apenas um traço [u] de pessoa, que não é valorado, a exemplo do traço de pessoa de T_r, visto que ambos os traços são [u]. O resultado é o mostrado em (2a⁴).

T_r ainda possui um traço de pessoa não-valorado, portanto segue sondando. Encontra então *someone*, com o qual entra em relação de *Agree*, valorando finalmente seu traço de pessoa. A seguir, entram na derivação *expect* e v*, que possui traços- ϕ [u]. Este último seleciona *Max* da Numeração, gerando (2a⁵).

Depois disso, v* sonda seu domínio de complemento e entra em relação de *Agree* com o expletivo; todavia, os traços de pessoa de ambos permanecem não-valorados. A sondagem continua até v* encontrar o PRT;⁶² v* valora o traço de Caso⁶³ do PRT, mas este não é capaz de valorar o traço de número de v*, pois não é ϕ -completo. Temos então (2a⁶). Em (2a⁷) vemos que v* continua sondando, pois ainda possui traços não-valorados. Esta sondagem é possível porque o PRT também é defectivo, não gerando efeitos de interveniência. Finalmente, v* encontra *someone*, com o qual estabelece *Agree*, valorando seus traços- ϕ e o traço de Caso do elemento nominal.⁶⁴ O problema desse exemplo é justamente o fato de que o expletivo *there* permanece com seu traço de

⁶⁰ Para Chomsky, T_r é defectivo, possuindo apenas um traço não-valorado de pessoa, diferente do T finito, que é ϕ -completo. Apesar desta diferença, assume-se que T_r, assim como T finito, possui um traço EPP que é satisfeito através de um *Merge* extra (além dos *Merges* semânticos requeridos).

⁶¹ *Move* não é uma operação independente, mas sim uma combinação das operações *Copy* e *Merge*. Por isso é considerada uma operação mais complexa do que *Merge*.

⁶² Vale ressaltar que aqui não há efeito de interveniência, pois o expletivo é defectivo, possuindo apenas um traço de pessoa.

⁶³ Os traços de Caso também não são valorados da mesma forma que os traços- ϕ ; o estabelecimento de concordância- ϕ entre um nominal e um atribuidor de Caso pode valorar o Caso do primeiro como um "efeito colateral".

⁶⁴ A derivação seguiria com o fechamento da fase de v*. Em seguida, ocorreria a entrada na derivação de um T finito que entraria em relação de *Agree* com *Max*, valorando o traço de Caso deste como nominativo e seus próprios traços- ϕ , além de atrair o elemento nominal para o seu especificador, satisfazendo seu EPP.

pessoa não-valorado, o que deveria causar a implosão da derivação (fato não observado em islandês, em que a sentença (2a) é considerada boa).⁶⁵

Já em (2b), temos que a derivação corre de forma idêntica à de (2a) até o ponto em que T_r entra na derivação e sonda seu domínio de complemento (2a³). Não há nesse caso um expletivo na Numeração, devendo o EPP de T_r ser satisfeito via *Move*, gerando (2b¹). A derivação segue até a entrada de v^* , conforme (2b²). Em (2b³), temos que v^* deve sondar seu domínio de complemento para satisfazer seus traços- ϕ . De acordo com a formulação do *Minimal Link Condition* (MLC) em Chomsky (1999), v^* deve primeiro entrar em relação de *Agree* com *someone*. Assim, os traços- ϕ de v^* e o Caso de *someone* são valorados, gerando (2b³). Após esta operação, v^* fica inativo, restando a ser valorado o traço de Caso do PRT. Em islandês, o que se observa é que este participípio aparece com marca morfológica de Caso acusativo.

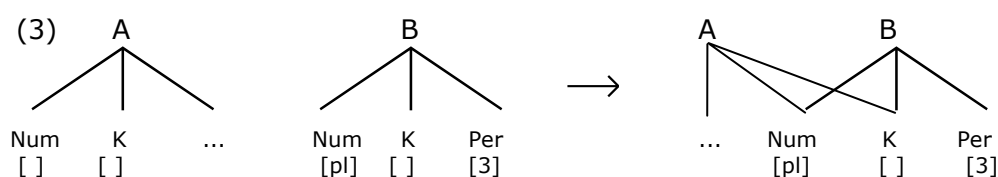
Em Frampton *et. al.* (2000), a solução apresentada para estes dois problemas reside num princípio de transitividade de concordância- ϕ ; colocando de maneira informal: se α concorda com β e β concorda com γ , então α concorda com γ . No entanto, os autores afirmam que a incorporação de tal princípio requer a invenção de novos mecanismos, pois é necessário especificar como a derivação registra em sua memória os pares de núcleos que entraram em relação de *Agree*. Além disso, também é preciso especificar de que forma tal registro é utilizado a cada estágio da derivação para induzir a valoração que está implicada na noção de transitividade.

A partir destas idéias, Frampton & Gutmann (2000a) (doravante F&G) apresentam uma proposta que consiste na visão de que a valoração de traços (Chomsky, 1999) é mais bem entendida como compartilhamento de traços: em lugar de um traço valorado dando seu valor a um não-valorado, ocorrerá o compartilhamento de um mesmo traço entre dois terminais sintáticos.

⁶⁵ Chomsky (1995) ainda adota a idéia de que em construções como *there is someone here* o associado se adjungiria ao expletivo em LF. Todavia, naquele momento Caso era entendido de forma distinta (era atribuído por regência pelos núcleos Agr numa configuração *Spec-Head* que dependia de movimentos). Chomsky (1999) propõe que o expletivo *there*, em casos como (2a), pode funcionar como uma sonda; mas T_r , que é o elemento que poderia funcionar como alvo da sondagem de *there*, já teve todos os seus traços valorados e portanto estaria inerte, não podendo participar de relações de *Agree*. A solução oferecida por Frampton & Gutmann (2000a) é que o expletivo vem do léxico com traço de 3ª pessoa do singular como *default*. Essa proposta parece mais elegante, pois assume Caso como não-primitivo e resolve o problema da valoração do traço de pessoa do expletivo sem criar novos movimentos, mesmo em LF, através do compartilhamento de traços.

A noção de concordância como compartilhamento de traços vem, assim, como sugestão de um novo mecanismo que supra as necessidades trazidas pelo princípio da transitividade. Nesse sentido, o modelo de F&G não difere muito do *Agree* chomskiano. É um modelo independente, sim, pois se soma a outros trabalhos⁶⁶ dos mesmos autores cujo objetivo principal é retornar à ciclicidade da computação dos primórdios da teoria gerativa (pré-GB) mantendo os *insights* do Programa Minimalista;⁶⁷ entretanto, justamente por seguir o PM, não está muito distante do espírito da proposta de Chomsky para a concordância.

Para esses autores, concordância sintática significa que dois nós terminais distintos incluem um mesmo traço. Nessa visão, *Agree* induz compartilhamento de traços; traços interpretáveis ou não-interpretáveis entre os quais há identidade (*matching features*) se juntam em um único traço compartilhado, que é valorado se um dos traços combinados tiver valor. Essa idéia substitui aquela em que um traço valorado dá seu valor a uma contraparte não-valorada. Outra diferença importante é que traços [u] se juntam entre si tanto quanto um traço [u] se junta com um [i]; a operação *Agree* é induzida por traços [u] e é cega aos valores dos traços. Os exemplos a seguir, retirados de Frampton & Gutmann (2000a, p. 4-5), mostram o funcionamento do sistema:

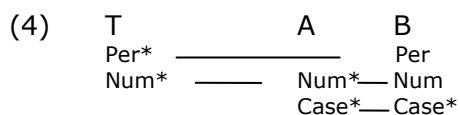


A representação em (3) acima permite visualizar o compartilhamento dos traços de número e Caso entre A e B. Note-se que os traços de Caso não estão valorados nem em A, nem em B; mesmo assim, eles se unem em um único traço, compartilhado entre os dois nódulos.

⁶⁶ P. ex. Frampton & Gutmann (1999), Frampton & Gutmann (2000b).

⁶⁷ As principais questões endereçadas pelos autores nesta empreitada são a comparação entre derivações e a eliminação de uma Numeração, além das noções de *look ahead* e *backtracking*, justamente por representarem anti-ciclicidade para o modelo.

Já a representação em (4) abaixo consiste na notação “oficial” empregada pelos autores. Nesta, temos que os traços assinalados com um asterisco são os traços inicialmente não-valorados no núcleo sob os quais aparecem. As linhas indicam os traços compartilhados.⁶⁸



Uma observação importante: não existem efeitos de interveniência como concebidos em Chomsky (1998; 1999), pois os traços de número de T, A e B, por exemplo, se juntam em *um só* traço, que no exemplo em questão recebe o valor de B. Há, sim, uma reformulação desses efeitos, que será exposta mais adiante.

Nesse modelo, há dois tipos de traços relevantes para o sistema de Caso e concordância sintática: traços- δ e traços- ϕ . Os traços- ϕ são os mesmos assumidos por Chomsky (os usuais traços de gênero, número e pessoa); já os traços- δ serão os principais responsáveis pela especificação dos movimentos que ocorrerão ao longo de uma derivação.⁶⁹ Em relação aos valores dos traços, temos que elementos nominais⁷⁰ vêm do léxico com seus traços- δ e ϕ valorados, enquanto os atribuidores de Caso vêm sem valor. Os autores não especificam quais os valores tomados por δ , mas indicam que um candidato natural seria um marcador de definitude.⁷¹ De fato, o que interessa para a sintaxe não são os valores específicos tomados pelos traços- ϕ e δ , mas sim um determinado cálculo de traços- ϕ e δ e os *links* que estes estabelecem entre núcleos.⁷² Ou seja: aparentemente, o cálculo- δ é também um cálculo semântico. De acordo com os

⁶⁸ Mais adiante, veremos que a notação é ainda mais compacta, pois o traço de Caso deixa de ser indicado na sintaxe.

⁶⁹ Se pensarmos em termos de funcionamento do DP, temos propostas como as de Longobardi (1994, 2001), que parametriza as línguas em relação aos tipos de movimento que ocorrem internamente ao DP. Retornaremos a esse ponto.

⁷⁰ Designação usada pelos autores para sintagmas que entram no sistema de Caso/concordância, argumentos e expletivos nominais do tipo *it*.

⁷¹ Esta idéia será crucial no que segue para a implementação de um modelo análogo relativo à concordância interna ao DP.

⁷² Este ponto ficará mais claro ao longo da descrição do modelo.

autores, os valores assumidos pelos traços somente serão relevantes no mapeamento da estrutura sintática para a estrutura morfológica.⁷³

Além disso, não há indicação direta de Caso na sintaxe; Caso é atribuído após a sintaxe (no mapeamento para a morfologia) com base no compartilhamento de traços:⁷⁴ elementos nominais recebem marcação de Caso quando compartilham um traço- ϕ com um atribuidor de Caso.⁷⁵ O requerimento de que um nominal seja marcado para Caso é, portanto, morfológico. Os autores argumentam que a eliminação do Caso como traço sintático remove da teoria uma assimetria estranha: traços- ϕ não-valorados são valorados via concordância com uma contraparte valorada, enquanto traços de Caso não-valorados são valorados como um subproduto do estabelecimento de concordância- ϕ entre dois núcleos.⁷⁶

As derivações neste modelo são estritamente cíclicas e são construídas por duas operações: *Select* e *Attract*. A operação *Select* introduz os núcleos (*pivot*) na sintaxe; logo após, a operação *Attract* satisfaz os traços [u] do *pivot* conduzindo uma busca *top-down* e uma busca externa (caso a primeira não seja suficiente para satisfazer o *pivot*); as operações *Select* e *Attract* de cada *pivot* constituem um ciclo. O efeito de interveniência é, assim, traduzido nos seguintes termos: a busca *top-down* não continua após o encontro de um *matching feature*, mesmo que este seja [u] e, conseqüentemente, os traços do *pivot* continuem sem valor.

A noção de cadeia também tem um papel importante no modelo. Segundo F&G, vários dispositivos já foram propostos com o intuito de restringir a localidade da concordância no PM; a noção de inatividade, as fases e o *Minimal Link Condition* (MLC) são alguns exemplos, todos destinados a garantir que apenas um tipo particular de

⁷³ Em artigo anterior (Frampton & Gutmann, 1999), os autores assumem a existência de um componente ou módulo morfológico: "We assume that there is a *morphology*, which has the (recursive) capacity to build structures, morphological items, out of certain binary combinations of morphological items" (p. 4).

⁷⁴ Uma evidência apresentada pelos autores é o fato de o islandês atribuir Nominativo *default* pós-sintaticamente para nominais que nem são inerentemente marcados, nem estão numa relação de compartilhamento de traços com um núcleo adequado.

⁷⁵ Um núcleo-TE, cuja definição será dada a seguir. Vale ressaltar que a principal função de um núcleo-TE *não* é atribuir Caso; a atribuição de Caso é uma consequência morfológica do *link* entre um nominal e um núcleo-TE.

⁷⁶ Visto que a noção de inatividade desempenha um papel central na teoria conforme proposta por Chomsky, a eliminação do traço de Caso na sintaxe traz consigo implicações bastante significativas. No que segue, ficará mais clara a interpretação dada à inatividade no modelo de F&G. Para uma ampla discussão sobre essa questão, v. Nevins (2004).

cadeia seja construído pela sintaxe. De acordo com os autores, a preocupação com a boa formação das cadeias vem desde a GB, com postulados como (5):

(5) The head, and only the head, of an A-chain is in a case position.

A idéia de F&G é que algo como (5) (retirado de Frampton & Gutmann, 2000a, p. 12) desempenha um papel chave na sintaxe minimalista, apesar do fato de que

the thrust of the MP was to try to build the architecture of the theory in such a way that it was forced to produce chains of the kind that are found, and only this kind. The feature checking mechanism, in its original form, made it automatic that movement stopped when case was assigned. With the move to a theory of agreement based on attraction, the burden fell to the locality conditions mentioned above, a notion of "inactivity", and the idea that certain phrases were frozen by spellout which operated during the course of the derivation (Chomsky's notion of "phases").

The approach which we will take is a partial return to the GB idea that conditions on chain well-formedness play a direct role in the syntax. Well-formed chains are not simply an epiphenomenon, but the direct expression of core output requirements. Well-formed chains are part of the ontology of objects recognized by post-syntactic processes. Ill-formed chains are not. But there is a major difference between the role that conditions on chains play in the syntactic architecture we propose and the role they played in GB-theory, particular in its Move- α variant. In GB-theory, chain conditions were imposed as derivational constraints, in the sense that operations which introduced violations of the conditions were blocked (Frampton & Gutmann, 2000a, p. 13).

Ou seja, a abordagem desses autores pretende ser um retorno parcial à idéia da GB de que cadeias não são apenas um epifenômeno, mas sim a expressão direta de requerimentos de saída centrais (*core output conditions*). A diferença é que na GB as condições sobre cadeias consistiam em restrições derivacionais, enquanto aqui a idéia é que (6) seja uma condição de saída⁷⁷ (*output condition*) cujo efeito é o de obrigar uma correspondência de um para um entre traços- δ e núcleos-TE como uma condição de interpretabilidade na interface:

⁷⁷ Dito de outro modo, é uma questão de interpretação das cadeias nas interfaces, e não de economia derivacional. Se uma cadeia- δ não for encabeçada por um núcleo-TE, a derivação implodirá em LF.

- (6) Condição sobre cadeias: Cada cadeia- δ é encabeçada por um núcleo-TE e cada núcleo-TE é a cabeça de uma cadeia- δ .

Essa exigência é tida como fundamental para o sistema de Caso e concordância, apesar de geralmente não apresentar reflexo morfológico.

Os autores propõem ainda a existência de uma classe de núcleos, já citados anteriormente, chamados núcleos-TE (*TE-heads*), relacionados às cadeias- δ e ϕ .⁷⁸ O papel principal desses núcleos diz respeito à visibilidade dos argumentos para o componente interpretativo (garantida por (6) acima); além disso, eles também desempenham um papel na atribuição de Caso, como é possível perceber pela citação a seguir:

Some nominals, inherently case-marked, enter the derivation associated with a morphological case feature. Morphological case is assigned to other nominals in the post-syntactic mapping to morphology if they are in a ϕ -chain with a TE-head, the particular morphological case being determined by the type of that TE-head. This is structural case assignment. There is no syntactic requirement that a nominal be in a ϕ -chain with a TE-head. Other nominals, neither inherently nor structurally case-marked, can be assigned default case post-syntactically (Frampton & Gutmann, 2000a, p. 11).

Uma ressalva: ao contrário do que acontece com as cadeias- δ , não há um requerimento sintático estrito de que um nominal esteja numa cadeia- ϕ com um núcleo-TE.⁷⁹ Isso se dá justamente porque os autores eliminam o Caso como traço sintático. Neste modelo, as cadeias- ϕ que estiverem em relação com um núcleo-TE receberão Caso no mapeamento para a morfologia. Entretanto, se o nominal em questão não estiver em uma cadeia- ϕ com um núcleo-TE (se não for um argumento de um predicado, por

⁷⁸ Um núcleo-TE que tenha tanto traços- δ quanto traços- ϕ encabeçará ao mesmo tempo uma cadeia- δ e uma cadeia- ϕ , que poderão ser distintas. Essa é uma ressalva importante, pois as cadeias- δ têm efeitos semânticos desvinculados de traços- ϕ .

⁷⁹ Pode causar estranhamento o fato de a condição (6) (toda cadeia- δ deve ser encabeçada por um núcleo-TE) ser um requerimento *sintático*, dado que a função principal dessa condição tem relação com a interpretação das cadeias em LF. Esse parece ser um modelo que leva muito a sério a noção de interpretação composicional diretamente mapeada a partir do que a sintaxe aponta.

exemplo), não receberá Caso, ou receberá Caso *default* caso essa seja uma exigência do componente morfológico da língua.

Quanto à definição do que seriam esses núcleos-TE, temos a seguinte afirmação:

It would be highly desirable to be able to characterize the class of TE-heads independently, then go on to describe the role played in the case/agreement system. Unfortunately, this is beyond our abilities, and we are forced to simply list the TE-heads (finite T, v_{trs} ...). The prefix "TE" indicates that we have some hope that their characterization can be connected with the temporal/event structure (Frampton & Gutmann, 2000a, p. 11).

Desse modo, os autores simplesmente listam os núcleos-TE e passam a apresentar o funcionamento do sistema. Os exemplos discutidos pelos autores são relacionados a expletivos, casos de *quirky case* no islandês e T_r . Não os reproduziremos aqui por estarem muito distantes do escopo deste trabalho. Fechamos a apresentação deste modelo com uma breve discussão sobre o papel do Caso nos sistemas de concordância.

No modelo de Chomsky, o traço [u] de Caso dos nomes é o que os torna "ativos" para o sistema, ou seja, passíveis de serem sondados. Isso significa que, naquele modelo, esse traço faz a sintaxe rodar. Todavia, há cada vez mais evidências de que o Caso, mesmo num sistema como o de Chomsky, é mera consequência de efeitos- ϕ , e não um primitivo do modelo. F&G, em trabalho anterior (1999), discutem a questão e apresentam evidências disso; entretanto, por conta de questões mecânicas do sistema, são forçados a assumir algo diferente. A partir dos avanços trazidos por DbP, passa a ser possível um sistema como o presente, que roda a partir de traços- ϕ e traços semânticos, sendo o resto relacionado às necessidades morfológicas de cada língua.

We [...] assume that the correlation between full ϕ -features and the ability to assign case is not direct. [...] We assume that T and T_r both have (initially unvalued) both δ and ϕ -features, where here (and henceforth) T denotes finite T and T_r denotes raising T. [...] In the theory we develop, T and T_r have identical syntactic behaviors. They are distinguished not by their syntactic behavior, but by their role in determining the interpretability of the chains they appear in (Frampton & Gutmann, 2000a, p. 12).

As implicações da proposta de compartilhamento de traços,⁸⁰ bem como de *Agree* conforme originalmente proposto por Chomsky, para os fins da presente investigação, serão debatidas na seção 2.2, quando serão confrontadas com as propostas relativas à estrutura e concordância do DP, a serem discutidas na próxima seção.

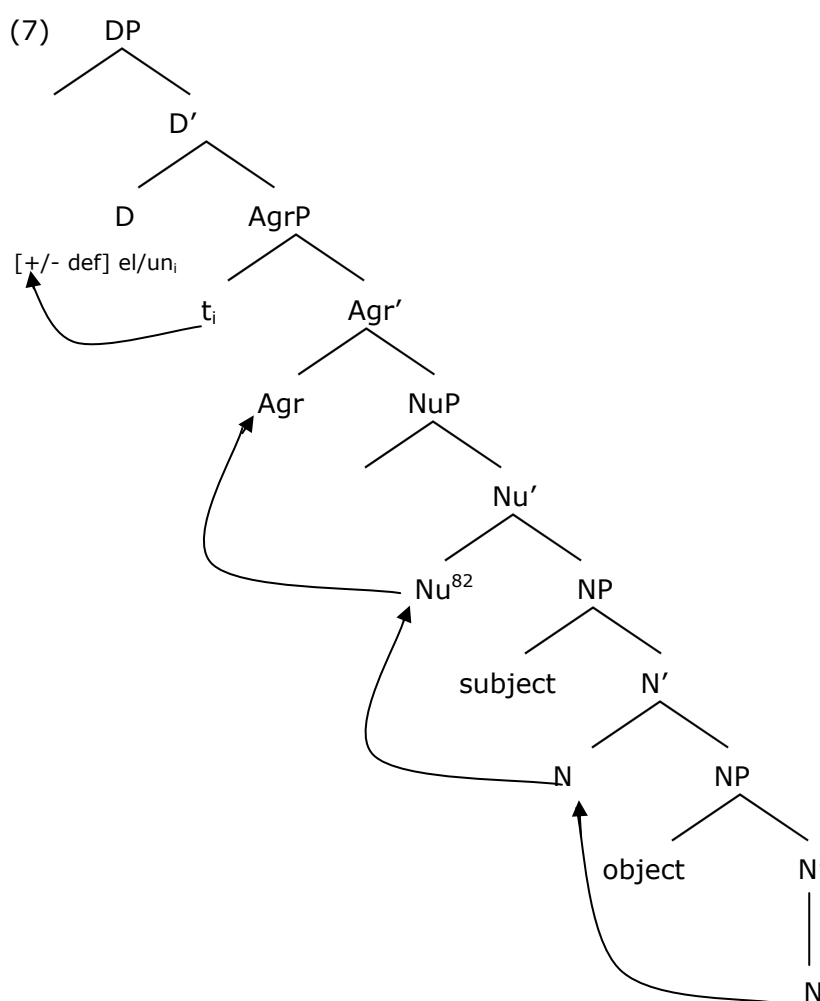
2.1.2 A CONCORDÂNCIA NO DP

Conforme já mencionado, a concordância interna ao DP não vem recebendo grande atenção nos trabalhos de Chomsky. Mesmo assim, alguns autores têm se dedicado a explorar as conseqüências da adoção de *Move F*, *Concord* e *Agree* no tratamento da concordância no DP. Abordaremos a seguir alguns trabalhos que trazem propostas para o tratamento da concordância interna ao DP, sua estrutura funcional e também a (possível) relação entre a marcação morfológica de número e a interpretabilidade deste traço.

O primeiro trabalho, de Parodi (1994), aposta num tratamento da concordância interna ao DP entre D e N baseado na relação *Spec-head*, no espírito da operação *Move F*. A estrutura de DP assumida pela autora encontra-se exemplificada em (7) abaixo (Parodi, 1994, p. 404):⁸¹

⁸⁰ O trabalho de Frampton & Gutmann não é o único a propor o compartilhamento de traços; Pesetsky & Torrego (2004) utilizam-se de um mecanismo semelhante. Todavia, a implementação é diversa, pois estes autores, entre outras coisas, dissociam traços não-valorados de traços não-interpretáveis. A proposta desses autores não será abordada aqui.

⁸¹ Esta é a estrutura de um DP cujo NP complemento seleciona um argumento interno e um externo.



Para ela, o artigo é um constituinte de concordância que se adjunge a D, via movimento de núcleo a partir de Spec,AgrP, após checar seus traços de concordância com o núcleo N. Assim, o núcleo N deve se alçar via movimento de núcleo até Agr. A autora corrobora a argumentação com exemplos como (8) (ibid., p. 405):

- (8) a. $[_{DP} El_k [_{AGRP} t_k \text{ retrato/cuadro}_j [_{Nu} t_j [_{NP} \text{ de Picasso } t_j [_{NP} \text{ de los niños } t_j]]]]]$
 b. $[_{DP} \text{ Picasso}_k\text{'s} [_{Nu} \text{ portrait/picture}_i [_{NP} t_k t_i [_{NP} \text{ of the children } t_i]]]]]$

A autora explica as diferenças entre o DP do inglês e do espanhol a partir da proposta de Abney (1987) de que o DP é um elemento ao mesmo tempo [+F] (funcional)

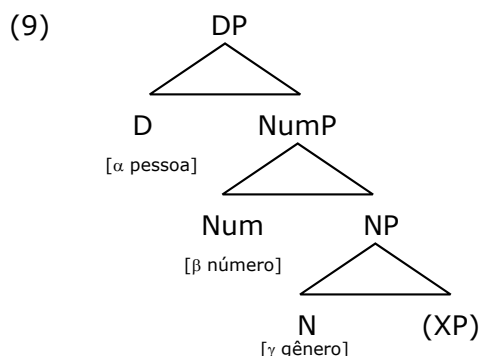
⁸² Para a autora, NuP é parte da hierarquia temática do DP, e não parte da estrutura funcional. A autora não justifica essa escolha.

e [+N] (nominal). Entretanto, ela assume que o núcleo D é um traço abstrato [+/- definido] ou um morfema de Caso genitivo 's. Assim, a presença do morfema 's exclui a realização de artigos, possessivos ou demonstrativos, devido ao fato de que aquele ocupa a posição para a qual estes devem se alçar para receber o traço [+/- definido]. Parodi assume ainda que esses traços são obrigatórios em todos os DPs, inclusive nos nomes próprios e nomes nus, que também se alçam até D (cf. também Longobardi, 1994). Dessa forma, os exemplos em (7) mostram que o inglês apresenta um movimento a mais: o alçamento do argumento mais alto (em Spec,NP) para Spec,DP, posição na qual o argumento alçado checa o genitivo estrutural também através de uma relação *Spec-head*.

Sobre a existência de manifestação morfológica da concordância entre D e N em espanhol, porém não em inglês, a autora propõe que, visto que ambas as línguas projetam uma estrutura em que há um AgrP, é necessário assumir que os traços-N de cada língua funcionam como seus traços-V. Desse modo, seguindo-se Chomsky (1995), é possível afirmar que o espanhol possua AGR forte, que força o alçamento de V e N na sintaxe aberta, enquanto o inglês possuiria AGR fraco, o que, segundo o princípio *Procrastinate*, adiaria o alçamento para a sintaxe encoberta.⁸³ Visto que Chomsky, em suas obras pós-1995, motiva a eliminação do componente encoberto por questões de ciclicidade e pelo princípio de uniformidade, bem como a eliminação das categorias Agr, mantendo apenas aquelas categorias funcionais que apresentem propriedades intrínsecas que se manifestem nas interfaces, uma reformulação dessa proposta seria necessária.

Já a proposta de Carstens (2000) endossa a existência de uma categoria funcional Num que seria responsável pelo número, seguindo autores como Ritter (1991), entre outros; a estrutura de DP proposta pela autora é a seguinte (Carstens, 2000, p. 328):

⁸³ Parodi coloca ainda que as diferenças entre espanhol e inglês são relacionadas à ordem das palavras e à concordância. Como a estrutura dos DPs seria a mesma para ambas as línguas, a diferença na ordem seria explicada por requerimentos de Caso, visto que o inglês possui Caso inerente e estrutural, em oposição ao espanhol, que possui apenas Caso estrutural. A diferença na concordância é aquela recém apresentada. Com isso, a autora busca corroborar a sugestão de Chomsky (1995) de que menos marcação de Caso seria compensada por mais marcação de concordância e vice-versa.



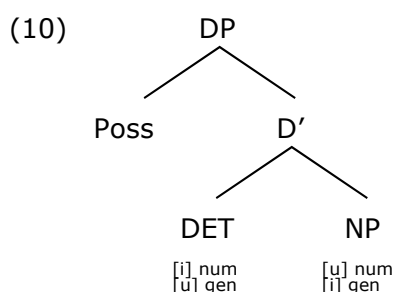
Para ela, D possuiria traços interpretáveis de pessoa e não-interpretáveis de gênero e número; Num possuiria traço interpretável de número e N, traço interpretável de gênero. Essa autora assume ainda que a concordância no DP se dá através do mecanismo *Concord*; todavia, diferente da proposta original de Chomsky (1995), na qual Carstens (2000) se baseia, tal mecanismo envolveria movimento (alçamento de N a Num e a D motivado pelos traços não-interpretáveis deste último), coberto ou encoberto a depender da língua analisada.⁸⁴

A terceira proposta consiste em postular um mesmo mecanismo de concordância para os níveis da sentença e do DP, a saber, a mesma operação *Agree*. Magalhães (2004) retoma o trabalho de Chomsky (1999) sobre a valoração de traços em construções de particípio e propõe que “a valoração dos traços formais do DP se dá da seguinte maneira: primeiro, os traços- ϕ dos concordantes são valorados entre eles e em seguida, o DP tem seu Caso valorado por uma sonda” (Magalhães, 2004, p. 156).

Além disso, a autora apresenta uma inovação ao discutir em que núcleo do DP o traço de número seria interpretável. Baseada nas análises de Abney (1987), Olsen (1989) e Longobardi (1994), Magalhães (2004) afirma que há evidências de que o traço de número seja interpretável nos determinantes, diferente do que prevê a hipótese chomskiana, segundo a qual, conforme já mencionado, o traço de número é interpretável nos nomes. Assim, partindo da estrutura do DP proposta por Abney (1987), a autora

⁸⁴ Não discutiremos aqui os detalhes da proposta, pois esta é consideravelmente extensa e se baseia no modelo de 1995. Além disso, conforme apontado por Magalhães (2004), as reformulações sugeridas por Carstens (2000) para *Concord* envolvem movimento e checagem múltipla de traços, podendo assim ser entendidas como algo próximo à operação *Agree*. Manteremos apenas a sugestão de um núcleo funcional Num dominando NP, responsável pelos traços de número, a qual, conforme veremos, é interessante para o tratamento dos fenômenos em questão.

teoriza que D tenha traço interpretável de número e não-interpretável de gênero; os demais elementos do sintagma teriam todos os seus traços não-interpretáveis. Segundo Magalhães (2004), mesmo no inglês, em que o morfema de plural aparece manifesto no nome apenas, há evidências de que o traço seja interpretado em D (o exemplo oferecido é o plural em itens como os demonstrativos *these, those*). É importante salientar que esta autora não assume a projeção Num como o núcleo de uma categoria funcional independente, conforme podemos perceber a partir da estrutura a seguir (Magalhães, 2004, p. 159):



A proposta de Magalhães (2004) busca explicar os fenômenos de concordância no PB respaldando-se em Abney (1987); a autora afirma que, para este autor, há uma relação de s-seleção entre D e N semelhante à existente em IP entre sujeito e verbo:

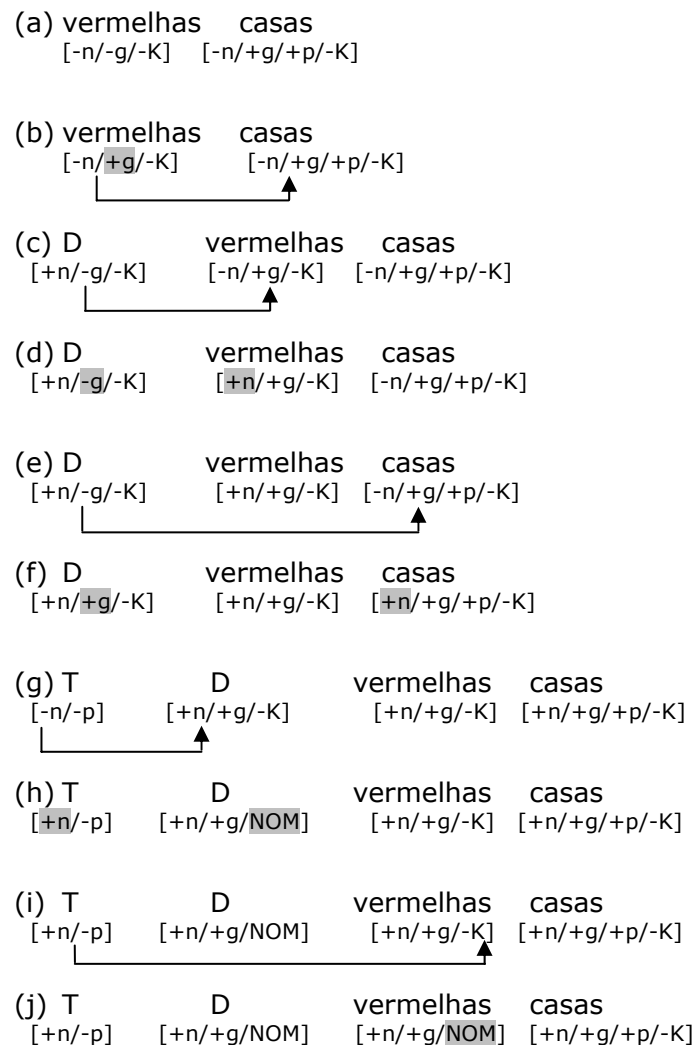
No DP, D é o núcleo que seleciona o NP como complemento do mesmo modo que o VP funciona como complemento para Infl. Temos assim uma relação argumento/predicado entre D e N no sintagma nominal e sujeito e verbo no sintagma verbal. Na sentença, os traços de número são interpretáveis no sujeito (argumento) e não-interpretáveis no verbo (predicado). O mesmo acontece no DP: traços de número são interpretáveis no D (argumento de N) e não-interpretáveis em N (predicado). (Magalhães, 2004, p. 161).⁸⁵

⁸⁵ Pode-se questionar a comparação estabelecida pela autora entre a relação D-N (núcleo-complemento) e sujeito-verbo (especificador-núcleo). Apesar de tanto N quanto o sujeito serem argumentos, respectivamente, de D e do verbo, sabe-se que a relação entre núcleo e complemento é mais local e mais forte do que qualquer outra relação estabelecida no interior dos sintagmas (veja-se, por exemplo, o fato de que um complemento jamais viola o Princípio de Extensão). Colocada dessa forma, a comparação leva a entender que D ocuparia a posição de Spec,NP.

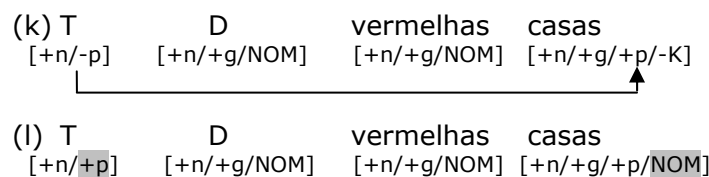
Com isso, tem-se, segundo a autora, uma explicação para o desaparecimento ou enfraquecimento da flexão nos predicados no PB, gerando estruturas como “Nós vai” ou “As casa velha” em algumas variedades. Nos dois exemplos, o traço de número só se manifesta no argumento; no momento em que se perde a redundância da realização da flexão nos sintagmas, esta só se realiza no item no qual é interpretável.⁸⁶

A seguir, apresentamos um exemplo de derivação segundo o modelo de Magalhães (2004):

(11) As casas vermelhas



⁸⁶ Conforme veremos mais adiante, essa análise apresenta problemas se pensarmos em línguas como o inglês, em que não há redundância na marcação de número e este aparece manifesto morfologicamente apenas em N.



Em (a), o nome *casas* entra na derivação com seus traços de número e Caso não valorados, enquanto o adjetivo *vermelhas* entra na derivação com todos os seus traços não-valorados. Em (b), *vermelhas* sonda e entra em relação de *Agree* com *casas*, valorando seu traço de gênero. Em (c), vemos que D entra na derivação, sonda e entra em relação de *Agree* com *vermelhas*, valorando o traço de número do último, mas não o traço de gênero de D; isso faz com que D sonde *casas* (passo (e)), valorando seu traço de gênero e o traço de número do alvo. Por fim, uma sonda T entra na derivação e sonda cada um dos elementos do DP, valorando os traços de Caso dos mesmos. Ao sondar D (q), a sonda T valora seu traço de número e ao sondar *casas* (k), seu traço de pessoa.

⁸⁷ O modelo conforme proposto pela autora exige que o adjetivo entre na derivação depois do nome por uma série de razões, a maioria delas relacionadas a efeitos de interveniência.

O fato de a marca morfológica de número ser expressa em N no inglês também parece representar um problema, pois Magalhães (2004) associa a interpretabilidade do traço ao núcleo em que a marca morfológica é realizada. A autora propõe que a interpretabilidade do traço de número seja um parâmetro,⁸⁹ mas apresenta evidências de que, no caso do inglês, tal traço seria interpretável em D. Evidências apresentadas por Simioni (2006) indicam que os dados de aquisição parecem refutar essa hipótese: os dados aí analisados mostram que os determinantes definidos surgem mais tardiamente na fala da criança (por volta dos 2;3), e majoritariamente em contextos de elipse.⁹⁰ Antes disso, a maior parte das ocorrências é de numeral + N (“dois palhaço”, “dois peixe”, “vinte anos”, “duas orelhinha”).⁹¹ Lopes (2006) também aponta que, apesar de os sujeitos por ela analisados produzirem determinantes preenchidos desde o primeiro inquérito disponível, o que se observa é um incremento significativo do uso desses elementos entre os 2;1 e os 2;3 anos de idade. Se número é interpretável em D em PB, o que a criança faz com esse traço durante o período em que não produz D preenchido? Se o traço de número estiver inicialmente subespecificado, torna-se difícil explicar as ocorrências de DPs plurais na produção infantil, levando-se em conta que nesse período

sentido. Outra possibilidade seria um tratamento do Caso nos moldes de Frampton & Gutmann (2000a), mas isso implicaria um “compartilhamento encaixado”, cujas conseqüências são de difícil previsão.

⁸⁹ Essa proposta vai contra a idéia da universalidade de LF (para detalhes ver, p. ex., Chierchia (2003), cap. 1).

⁹⁰ Esses dados serão retomados com maior detalhe no capítulo 3, quando sugeriremos, seguindo Roeper (2006), que os primeiros usos de determinantes definidos da criança são, na verdade, expletivos.

⁹¹ É preciso reconhecer que este não é um padrão comum nas fases iniciais da aquisição (ver, p. ex., os dados analisados em Lopes, 2006), e merecerá maior atenção no capítulo 3, quando procuraremos mostrar que essa pode ser uma estratégia inicial da criança, vinculada à existência de uma categoria funcional específica para número. Além disso, é possível que a criança, apesar de manifestar um D preenchido, ainda não tenha capturado todas as nuances pragmáticas de seu emprego e suas conseqüências para a interpretação da referência em LF. Karmiloff-Smith (1981) mostra, através de experimentos, que as crianças ainda apresentam certas dificuldades com a pragmática dos determinantes no mínimo até os seis anos. Para dar um exemplo, em um dos experimentos da autora, há três objetos idênticos (p. ex. sapos); uma boneca derruba um deles e a criança é questionada: “o que a boneca fez?”. Alternativamente, há apenas um objeto, que a boneca derruba, e pergunta-se à criança “o que a boneca fez?”. Crianças na faixa dos 5-6 anos dão 100% de respostas com D definido quando há apenas um objeto (p. ex. “the girl knocked over the pig”); já para a condição com três objetos idênticos, elas usam o definido aproximadamente 60% das vezes, ao passo que crianças na faixa dos 10 anos o fizeram apenas 13% das vezes nessa condição. A autora sugere que inicialmente a criança faz um uso dêitico do determinante definido. Também Maratsos (1976) fornece uma explicação nesse sentido, dizendo que a criança é egocêntrica e por isso teria dificuldades em assumir o ponto de vista do ouvinte; assim, é suficiente que ela tenha um referente saliente em mente para que o determinante definido seja empregado, não importando se a saliência desse referente é compartilhada pelo ouvinte. Wexler (2003) analisa esses fatos de forma diferente; para esse autor, que segue a vertente maturacional vista em 1.3.1, a semântica passa por um processo maturacional da mesma forma que o componente sintático. A criança, num primeiro momento, utilizaria um determinante definido diferente do adulto, crucialmente sem o princípio pragmático de maximização de pressuposição (Heim, 1991). Alternativamente, a criança teria o mesmo item lexical do adulto, porém teria dificuldades para computar *uniqueness*, ou maximalidade.

inicial observa-se ocorrências de marcação morfológica de plural apenas em N.⁹² Uma discussão mais aprofundada sobre esse ponto será encaminhada no capítulo 3.

Para além disso, se pensarmos que a interpretabilidade do traço de número é um parâmetro que deve ser fixado pela criança com base em evidência positiva no *input*, e que a criança tende a iniciar marcando plural e interpretando o traço de número em N (conforme proposta de Lopes, 2004), teríamos que necessariamente admitir uma posterior refixação do parâmetro, e isto não é trivial, como vimos no capítulo 1.⁹³ A idéia de que a criança comece interpretando o traço de número em N como um *default* também não parece se sustentar, uma vez que em línguas como o italiano, por exemplo, não se observa um estágio de marcação morfológica de número (e gênero) apenas em N.⁹⁴

Costa & Figueiredo Silva (2002) (doravante C&FS) apresentam uma proposta de análise da concordância verbal e nominal de número no Português Europeu (PE) e em duas variedades do PB tomando por base o arcabouço da Morfologia Distribuída. A principal motivação do trabalho é debater a noção de que a morfologia verbal deva ser explicada apenas em termos sintáticos (movimento do verbo). Para tanto, C&FS apresentam alguns argumentos presentes na literatura contra essa idéia (por exemplo, a noção de abaixamento de afixo (*affix lowering*) defendida por alguns autores para explicar a morfologia verbal do inglês, dado que esta língua não apresenta movimento de V para I) e discutem dados de concordância sujeito-verbo e de concordância interna ao DP relativos às variedades do português que servirão como base para a construção do argumento.

Os autores partem das seguintes generalizações:⁹⁵ no PE, a pluralidade é expressa em todas as categorias capazes de portar esse tipo de morfologia (nomes, determinantes, adjetivos, possessivos, quantificadores e demonstrativos). Já as duas

⁹² Cf. também Lopes (2006).

⁹³ Seção 1.2.4

⁹⁴ No espanhol (especialmente da Espanha), o que se observa é uma alternância inicial entre marcação em N ou D, a depender da criança analisada. No português europeu parece não haver um estágio de marcação apenas em um elemento do DP (cf. João Costa, c.p.). Retomaremos esses dados na seção final deste capítulo e também no capítulo 4.

⁹⁵ Para os fins deste trabalho, discutiremos apenas a análise proposta para a concordância interna ao DP.

variedades do PB⁹⁶ comportam-se de forma distinta do PE: a marca de pluralidade aparece somente sobre o determinante, ficando sem marca os nomes e os elementos pós-nominais. Além disso, em ambos os registros do PB os adjetivos pré-nominais podem aparecer marcados para plural; no entanto, não pode haver marcação de número no adjetivo se esta também não estiver presente no determinante (*os lindos carro(s)* vs. **o lindos carro(s)*). Os possessivos pré-nominais, ao contrário, quando presentes sempre recebem marca de plural, esteja ela manifesta também no determinante ou não (*o(s) meus carro* vs. *?o meus carros*).

A partir destes dados, as questões levantadas consistem na investigação de qual seja a diferença entre a marcação de plural no PE e no PB, bem como no porquê de, em PB, a marcação múltipla de número ser possível apenas no domínio pré-nominal, e, finalmente, no que condiciona a diferença entre adjetivos e possessivos pré-nominais em PB.

A explicação fornecida pelos autores baseia-se na noção de morfema dissociado e de morfema *singleton*: o morfema de plural no PE seria dissociado, aparecendo em todos os elementos capazes de portar esta marca, enquanto no PB tal morfema é um *singleton*, manifestando-se apenas no elemento que ancora a informação referente a número; no caso, D, que, segundo Enç (1991), é o núcleo que liga o DP à sua interpretação em LF⁹⁷ (e pode carregar a marca de número em PB⁹⁸). No que tange à possibilidade de concordância múltipla apenas nos elementos pré-nominais em PB, C&FS afirmam que são necessárias pesquisas adicionais, mas uma possível explicação diz respeito à conhecida assimetria entre elementos pré e pós-nominais (cf. Di Sciullo & Williams, 1987): enquanto os primeiros apresentam propriedades típicas de núcleos, os últimos comportam-se como XPs. Dessa forma, se a morfologia vê os itens pré-nominais como um conjunto complexo de núcleos, então estes serão os únicos elementos marcados com

⁹⁶ Em relação à concordância interna ao DP, os dados das duas variedades do PB comportam-se da mesma maneira; sendo assim, passaremos a unificá-las sob o rótulo de "PB" no restante do trabalho.

⁹⁷ Também Longobardi (1994, p. 620) afirma que "the crucial nature of the category D for argumenthood seems to be independently motivated by the fact that certain designation properties typical of arguments, such as the semantic import of grammatical number, lie precisely in the D position. [...] An empty D may yield semantic indeterminacy between singular and plural designation despite the plurality of the head noun".

⁹⁸ Esta observação é importante para a questão da diferença entre línguas como o PB e o inglês, que será levantada mais adiante.

plural (o plural poderia estar se espalhando para os demais itens a partir de D). Finalmente, a diferença entre possessivos e adjetivos pré-nominais é explicada em termos do *locus* de marcação do morfema de plural. Os autores seguem as observações de Castro (2001) relativas às construções com possessivos em português. Para esta autora, há dois fatos a serem notados: se o possessivo ocorre em posição pré-nominal, o DP é definido, ao passo que possessivos em posição pós-nominal constituem DPs indefinidos (cf. exemplo (12) abaixo). Além disso, o artigo definido em sentenças como (13) abaixo é expletivo, havendo uma correlação entre sua omissão diante de nomes próprios e de possessivos pré-nominais, conforme o exemplo (14) a seguir (todos os exemplos foram retirados de Costa & Figueiredo Silva, p. 26).

- (12) a. O meu livro
b. *O livro meu
c. Um livro meu
d. *Um meu livro

(13) A minhas casa

- (14) Português Brasileiro (dialetal)
a. (O) João
b. (O) meu livro é azul.

- (15) Português Europeu
a. *(O) João
b. *(O) meu livro é azul.

Conforme visto anteriormente, o morfema de plural, por ser *singleton* em PB, associa-se ao núcleo responsável pelo estabelecimento da interpretação semântica. Dado que o determinante nas construções com possessivos pré-nominais não é o marcador de definitude (é apenas um expletivo), e visto que o morfema de plural manifesta-se na

categoria relevante para a interpretação em LF, este morfema aparece sobre o possessivo e não sobre o determinante.⁹⁹

Os dados infantis parecem corroborar essa afirmação, como é possível perceber a partir dos exemplos (16) abaixo, retirados do *corpus* de E.:

- (16) a. vai molhá *o teus pezinho* (2;8.8)
b. vo(u) pôr lá *na minhas coisa* (3;6.10)
c. tá aqui no meio *das minhas perna* (3;6.10)

No entanto, os dados de E. também contam com ocorrências como (17), em que vemos a marca de plural sobre o possessivo e o nome, e (18), nas quais não há determinante realizado (o que não é um problema, visto que um determinante preenchido nesta construção seria necessariamente um expletivo segundo C&FS), e a marca de plural aparece não sobre o possessivo, mas antes sobre N.¹⁰⁰

- (17) *o meus alunos (2;10.19)¹⁰¹

- (18) a. meu brinquedinhos (2;9.18)
b. minha bóias (3;2.3)

A análise provida por estes autores também apresenta um ponto de difícil solução: por que em línguas como o inglês a marcação de plural ocorre apenas em N?¹⁰² Se o morfema fosse dissociado, deveria manifestar-se em todos os elementos do DP, e caso fosse um *singleton*, deveria aparecer sobre D, visto que esta categoria é responsável pela interpretação em LF. Uma hipótese possível é imaginarmos que o inglês apresente um morfema zero de plural nos determinantes. Vale lembrar que, conforme

⁹⁹ Ou em ambos; o que é relevante é o fato de que, segundo C&FS, nessas construções o morfema de plural jamais aparece apenas sobre o determinante.

¹⁰⁰ A tendência de marcar o plural apenas em N nas fases iniciais da aquisição pode estar condicionando o aparecimento de construções como (18). Essas questões serão discutidas em detalhe no capítulo 3.

¹⁰¹ O asterisco na fala infantil significa apenas que esta não é uma produção esperada na gramática-alvo. No entanto, Figueiredo Silva (c.p.) admite que (17) é uma sentença gramatical em PB, sendo necessária, portanto, uma reanálise dos fatos e uma explicação para a gramaticalidade do exemplo.

¹⁰² A mesma discussão se aplica em relação ao trabalho de Magalhães (2004).

apontado por Magalhães (2004), os demonstrativos em inglês apresentam marcação de plural; ou seja: seria possível supor que, nos itens em que há possibilidade de manifestação morfológica de plural,¹⁰³ esta ocorre; nos demais, teríamos o morfema zero. Esta hipótese, no entanto, carece de maior investigação.

Uma questão residual diz respeito à marcação de plural em itens pós-nominais: C&FS afirmam que estes não recebem marcação de plural em PB. No entanto, exemplos como (19), coletado em situação de fala espontânea, parecem demonstrar que isto não é categórico:¹⁰⁴

(19) Eles deviam botar umas novela mais velhas.

Após essa discussão sobre os pontos mais relevantes de cada proposta, resta-nos confrontá-las na próxima seção, e a partir de então delinear a proposta que guiará a análise dos dados nos próximos capítulos.

2.2 FORMULANDO UMA PROPOSTA

As hipóteses sobre a estrutura do DP tratadas na seção 2.1.2 apresentam algumas diferenças substanciais entre si: primeiramente, temos a presença, em Carstens (2000), da categoria funcional Num como responsável pelos traços de número e sua interpretação na interface semântica. Em relação à interpretabilidade do traço de número, temos ainda duas outras propostas: a idéia original de Chomsky de que este traço seja interpretável na categoria N, e a proposta de Magalhães (2004), que assume que o núcleo em que este traço é interpretável é D (ao menos no PB).

Seguindo a proposta de Chomsky, talvez fosse possível explicar o porquê de a criança produzir formas não atestadas na gramática adulta do PB (marcação de número

¹⁰³ Figueiredo Silva (c.p.) aponta que, em inglês, N é o único item capaz de sustentar a marca morfológica de plural, pois é o único elemento flexionável para número (à exceção dos demonstrativos, conforme já apontado).

¹⁰⁴ Nos trabalhos de Scherre (1988; 1991; 1996) também é possível encontrar esse tipo de ocorrências, ainda que em número baixo. Segundo esta autora, a intercalação de um elemento como “mais” quebra a coesão sintagmática, favorecendo o desaparecimento das marcas após o elemento interventor.

apenas em N). No entanto, as crianças não apresentam apenas uma gramática, que não corresponde à gramática-alvo; o que de fato ocorre é uma aparente opcionalidade, a qual é de difícil explicação, pois envolve a assunção de que há mais de uma gramática competindo na fala infantil.¹⁰⁵ Segundo Lopes (2006, p. 260),

A plausible explanation for the non-target like forms has to do with the fact that children seem to mark the plural morpheme in the category where it is interpretable, i.e., in the noun. However, this still does not explain why such forms appear together with the expected ones. Under the assumption that the number feature on D and Num is unspecified at first, they could get valued or not, but if not, one should expect the DP to be spelled-out as singular, [...] which is not the case at hand.

A idéia de Costa & Figueiredo Silva (2002) poderia também ser empregada na explicação dos fatos sobre aquisição de número no PB: uma vez que o morfema de plural é um *singleton*, e visto que a aquisição dos aspectos semântico-pragmáticos dos determinantes aparentemente representa uma certa dificuldade para a criança,¹⁰⁶ poder-se-ia imaginar que isto tenha alguma relação com o fato de a criança inicialmente empregar tal morfema em D ou em N. O problema com essa afirmação é que ela implica, em última análise, dizer que a criança tem dificuldades no estabelecimento da referência.¹⁰⁷ Uma outra questão diz respeito ao fato de que, apesar da aparente

¹⁰⁵ Scherre (1988) e Simões (2006), entre outros, mostram que o PB adulto apresenta variação de padrões em relação à concordância nominal de número; há teorias, como as de Roeper (1999) e Yang (1999, 2004), que prevêem a coexistência de gramáticas "opostas" na fala adulta (algo também previsto por Chomsky, ainda que de forma um pouco diferente, na distinção entre gramática nuclear e gramática periférica). No entanto, a criança adquirindo PB produz uma terceira gramática, não atestada nos dados adultos, a qual, teoricamente, só poderia ser descartada com base em evidência positiva. Miller (2007) mostra que no espanhol chileno, cuja marcação de plural nos DPs é variável, as crianças demoram mais a adquirir a representação gramatical de plural, tanto na compreensão quanto na produção, ao passo que crianças adquirindo o espanhol mexicano, homogêneo quanto à representação gramatical de número no DP, não apresentam a mesma demora. Evidentemente, o papel da variabilidade do *input* é fundamental; todavia, aparentemente as crianças adquirindo o espanhol do Chile não produzem representações agramaticais de plural no DP, levando a crer que o *input* variável do PB não seja o único responsável pelos padrões agramaticais encontrados na fala infantil. Essa discussão será aprofundada no capítulo 4.

¹⁰⁶ Cf. Karmiloff-Smith (1981). No entanto, veja-se Roeper (2006) e a idéia de que as crianças desde muito cedo percebem distinções semânticas refinadas no DP, cada uma delas vinculada ao cálculo da combinação de categorias funcionais diferentes (cf. também nota 40).

¹⁰⁷ Este foi o principal problema levantado em relação às teorias maturacionistas de aquisição da linguagem (Felix, 1984; Radford, 1990; entre outros). A idéia da violação de princípios, bem como da ausência ou subespecificação de categorias funcionais não se sustenta, uma vez que há línguas em que se observa muito cedo a ocorrência de fenômenos que dependem de categorias funcionais, como por exemplo o movimento do verbo em línguas V2 ou o movimento *wh-*, que pressupõem um CP. Cf. seção 1.3 e nota 34.

marcação “aleatória”,¹⁰⁸ há certos padrões que não são atestados, como, por exemplo, marca de plural apenas no adjetivo em seqüências determinante-nome-adjetivo.¹⁰⁹

A proposta de Magalhães também é baseada principalmente nos dados do PB, em que há presença de marca morfológica de plural apenas no determinante em algumas variedades. No entanto, conforme já mencionado, não podemos esquecer de que há línguas como o inglês, nas quais a marca de plural aparece apenas sobre os nomes; para estes casos, teríamos que admitir a existência de um morfema zero de plural nos determinantes (visto que os demonstrativos, por exemplo, apresentam formas plurais), ou então a parametrização do núcleo em que o traço de número é interpretável (uma idéia de difícil sustentação, conforme Simioni (*op. cit.*)).

Somando-se todos esses fatores, a idéia de uma categoria funcional como responsável pelo traço de número parece mais atraente, pois retira dos itens lexicais o fardo da associação entre interpretação semântica e marcação morfológica.¹¹⁰ Uma alternativa é, portanto, assumir a existência da categoria Num, proposta por Carstens (2000), entre outros.¹¹¹

Augusto, Ferrari Neto & Corrêa (2006) apresentam um argumento de natureza formal para justificar uma projeção independente dedicada a número: a necessidade de justificação de qualquer categoria funcional em termos de efeitos na interface semântica. Assim, os autores comparam NumP a TP, “uma vez que a noção de *número* constitui um traço semanticamente interpretável, assim como a presença da noção de *tempo* interpretável justifica T” (p. 256-257). Além disso, esses autores sugerem que se investigue em que medida é possível que se relacionem o caráter intrínseco ou opcional

¹⁰⁸ O termo “aleatória” é empregado aqui entre aspas porque não acreditamos que a marcação morfológica de número na fala infantil apresente aleatoriedade. Vide, por exemplo, o fato de que muitas “possibilidades combinatórias” não figuram de fato nos dados infantis, como se esperaria caso a marcação fosse efetivamente aleatória.

¹⁰⁹ A ausência desse tipo de dado pode ser explicada nos termos de C&FS, segundo os quais elementos pré-nominais têm características de núcleo, enquanto elementos pós-nominais possuem características de XPs, conforme já visto anteriormente.

¹¹⁰ Não pretendemos, com isso, excluir categoricamente a opção de que haja uma relação entre as duas coisas; no entanto, não parece possível, a partir das evidências empíricas disponíveis, selecionar essa hipótese, seja para o núcleo D, seja para o núcleo N.

¹¹¹ Sauerland (2003) provê outra possibilidade. O autor propõe a existência de um núcleo- ϕ que toma como complemento um DP e é o único núcleo com traços semânticos de número. Os traços de número do núcleo- ϕ seriam licenciados unicamente pela semântica e licenciariam traços de número não-interpretáveis em outros núcleos via concordância sintática. Assim, o plural nos nomes não é interpretado, mas sim um reflexo da concordância sintática com um núcleo- ϕ , da mesma forma como o plural nos adjetivos, verbos e determinantes.

dos traços à existência de projeções independentes: traços intrínsecos (como gênero gramatical) estariam associados às entradas lexicais¹¹² (junto aos traços semânticos e fonológicos), enquanto os traços opcionais (como número) fariam parte do léxico das línguas, porém sem associação direta com nenhum item lexical específico; esses traços seriam selecionados na formação da Numeração e constituiriam informação sintática independente, com uma projeção também independente (p. 257). A idéia é que traços formais com informação semântica relativa à referência constituiriam núcleos com projeções funcionais independentes.

A existência de uma categoria funcional responsável pela projeção do número deveria ser motivada independentemente; nesse sentido, temos que algumas línguas, como o tagalog¹¹³ e o miskitu,¹¹⁴ expressam número gramatical através de um morfema livre¹¹⁵ (exemplos retirados de Ferrari Neto, 2003, p. 27):

(20) bahay ("casa") – mga bahay ("casas") (tagalog)

(21) aras ("cavalo") – aras nani ("cavalos") (miskitu)

Quanto à concordância no interior do DP, os *desiderata* minimalistas sugerem que se deva procurar uma explicação unificada para os fenômenos da concordância sentencial e da concordância interna ao DP, a menos que as evidências empíricas nos forcem a abordagens distintas. A idéia de compartilhamento de traços parece apresentar vantagens, pois mantém algumas características da operação *Agree* conforme originalmente proposta por Chomsky, porém buscando corrigir alguns problemas fundamentais desta. Além disso, o *design* dessa proposta, ainda que venha a se revelar uma variante notacional apenas, permite que se entrevejam mais claramente as relações

¹¹² Para uma proposta nesse sentido, veja-se Harris (1991).

¹¹³ Língua oficial das Ilhas Filipinas.

¹¹⁴ Língua caribenha falada na Dinamarca.

¹¹⁵ Outra aparente evidência poderia ser o fato de as línguas Bantu apresentarem marcação morfológica de plural e de singular (Demuth, 2003); todavia, visto que o sistema dessas línguas é complexo, pois há o emprego de classificadores, e dele dependerá o tipo de morfologia a ser manifestada nos nomes, faz-se necessária uma investigação mais cuidadosa.

e interações entre os traços formais, interação esta que será crucial no que segue. Com isso, poder-se-ia defender a idéia de Magalhães (2004) de que a operação *Agree* atua também no nível do DP.

O funcionamento de *Agree* também no nível do sintagma pode ser concebido nos seguintes termos: suponha-se que D seja um núcleo-TE; há um requerimento sintático¹¹⁶ de que toda cadeia- δ precisa ser encabeçada por um núcleo-TE, e todo núcleo-TE precisa encabeçar uma cadeia- δ . Os traços- δ são, segundo Frampton & Gutmann (2000a), responsáveis pela definitude e pela indicação dos movimentos que ocorrerão ao longo da derivação.¹¹⁷

Pode-se, portanto, pensar que D é o núcleo TE do DP; é a cabeça da cadeia- δ . Essa hipótese pode ser ancorada no fato de que os traços de D constituem a ponte com a interpretação em LF.¹¹⁸ Autores como Schaeffer (1994) e Parodi (1994) assumem que D seja a manifestação morfológica (*spell-out*) do traço de definitude,¹¹⁹ justamente o traço- δ relevante segundo F&G.¹²⁰

Hyams (1996), discutindo a questão das infinitivas-raiz na fala infantil, propõe um paralelo entre I e D em termos de ancoragem discursiva: infinitivas-raiz não têm marca morfológica de tempo, ou seja, finitude; DPs infantis não têm D pronunciado,¹²¹ portanto, não têm definitude. A intuição é que a morfologia finita e a definitude compartilham a característica de serem pontos em que a sentença é ancorada ao discurso: T coloca o

¹¹⁶ Parece evidente que Frampton & Gutmann (2000a) tomam os núcleos-TE como operadores de evento; daí a necessidade sintática de correspondência de um para um entre núcleos-TE e cadeias- δ , e também a idéia de que o modelo é bastante sério em relação à noção de interpretação composicional diretamente mapeada a partir do que a sintaxe aponta. Uma tentativa de extensão disso para o DP virá a seguir.

¹¹⁷ Longobardi (1994), a partir do capítulo 3 de Chomsky (1995), sugere que os movimentos internos ao DP sejam motivados pela necessidade de checagem de um traço abstrato R (sugerindo referencialidade) em D. Não exploraremos em detalhe esta proposta, pois baseia-se na distribuição sintática e na interpretação semântica dos nomes nus e nomes próprios, bem como numa versão mais antiga do PM, que envolve o princípio *Procrastinate* e a possibilidade de checagem de traços em LF. Ressaltamos apenas que esse traço abstrato R poderia ser tomado como traço- δ , especialmente porque, para Longobardi (1994), o traço R é checado se D estiver em uma cadeia com algum elemento relevante (nome próprio ou pronome).

¹¹⁸ Cf. Enç (1991).

¹¹⁹ Outro candidato a traço- δ poderia ser o traço de especificidade, ou referencialidade; uma discussão pormenorizada dessa questão foge ao escopo deste trabalho.

¹²⁰ Apesar de F&G afirmarem que os traços- δ raramente apresentam manifestação morfológica. O exemplo oferecido por eles é a morfologia verbal do húngaro, que possui um marcador de definitude.

¹²¹ Ao menos em algumas línguas; v. Radford (1990) para o inglês e Schaeffer (1994) para o holandês. Segundo Lopes (2006, p. 257), não é possível afirmar que as crianças adquirindo PB passem por um estágio de produção de NPs apenas. É interessante notar que no PB infantil também não se observa o fenômeno das infinitivas-raiz, ao menos não com a mesma intensidade (Lopes (2003) indica que há menos de 4% de ocorrências; Magalhães (2006) também mostra que esse é um fenômeno incomum na fala infantil no PB e no PE). Esses dados sugerem que o paralelo proposto por Hyams (1996) possivelmente esteja no caminho certo.

evento ou estado denotado pelo verbo num tempo referente ao tempo do discurso, e D seleciona um referente no discurso. Para essa autora, a função pragmática paralela desses elementos sugere a possibilidade de que a opcionalidade de ambos na fala infantil seja efeito de princípios pragmáticos que mapeiam as sentenças à sua representação no discurso.

A solução de Hyams (1996) para a inconsistência no uso de certos elementos funcionais pela criança é a subespecificação;¹²² a gramática infantil tem o conjunto completo de categorias funcionais disponíveis, mas estas podem estar inicialmente subespecificadas. Para dar conta de como a criança interpreta semanticamente os NPs subespecificados, a autora sugere que se adote a mesma solução usada por ela para explicar as infinitivas-raiz: a proposta de Guerón & Hoekstra (1989, 1995).

Our basic assumption with respect to finite clauses is that they are grammatically anchored. By this we mean that the temporal location of the eventuality denoted by the VP is fixed through a temporal operator, which we assume is located in C, following Eng (1987) and Guerón & Hoekstra (1989). The notion of finiteness refers to this fixation, as finiteness makes visible a chain between the operator and the verb or, more specifically, the Tense position. Tense itself is taken to be a pronominal, which receives the status of pronominal variable if it is connected to a tense operator (TO) through a visible tense-chain (Hoekstra & Hyams 1998, p. 86-87).

Segundo Heim (1982), um NP introduz na sentença uma variável que deve ser ligada. NPs definidos introduzem variáveis *familiares*, que precisam encontrar um antecedente no discurso que o ligue, ou então devem ter um referente saliente no contexto. Assim, Hyams (1996) propõe que, paralelo ao TO de Guerón & Hoekstra, exista também um DO (*Det Operator*) que tem como *default* os NPs contextualmente salientes e pressupostos, i. e., o domínio do discurso.¹²³ No sistema adulto, o núcleo do DP pode ser definido (significando que ele receberá um índice do DO, selecionando um NP familiar) ou indefinido (contraindexado, isto é, introduzindo um DP novo). No sistema infantil, assume-se que a criança tem, a exemplo do que ocorre com tempo, uma terceira

¹²² Conforme já mencionado na nota 34, cap. 1.

¹²³ Segundo Hyams (op. cit.), DO é análogo ao espaço de sinalização das línguas de sinais: ele inclui o falante, o ouvinte e um conjunto de referentes no discurso, cada um dos quais é indexado, da mesma forma como a cada referente das línguas de sinais é atribuído um ponto no espaço.

opção, que consiste em deixar D sem índice. Embora D possa estar subespecificado, os NPs devem, mesmo assim, ser interpretados semanticamente. Como no caso das infinitivas-raiz, a autora assume que NPs sem índice recebem uma interpretação familiar *default*. Há, assim, duas formas de se chegar a uma interpretação familiar na gramática infantil: coindexação ou atribuição *default*. A última não representa um caso de ligação, mas sim de correferência.¹²⁴

Nesse ponto, pode-se também evocar o paralelo entre DP e CP proposto por autores como Horrocks & Stavrou (1985), Szabolcsi (1987, 1989) e Siloni (1990, 1997), e, mais recentemente, Svenonius (2003) e Hiraiwa (2005): CP é o responsável pela ilocucionaridade da sentença, da qual os eventos dependem. Da mesma forma, D existe para dar conta da referencialidade das expressões nominais em LF, para posterior interpretação pelo sistema C-I, relacionado à pragmática – que se relaciona com ilocucionaridade.¹²⁵

Em relação a Num, existe mais de uma possibilidade, a depender de como se conceba este núcleo. Uma idéia seria defender que a relação entre D e Num é a mesma existente entre T e T_r.¹²⁶ Para isso, D e Num deveriam apresentar comportamentos sintáticos idênticos. No entanto, não parece ser este o caso, uma vez que Num possui apenas traço de número (é, portanto, ϕ -defectivo – lembrando que pra F&G T_r não é

¹²⁴ Segundo Hyams (1996) e Hoekstra & Hyams (1998), a diferença entre a fala adulta e infantil não é gramatical, mas sim uma diferença na interface entre gramática e discurso; as crianças teriam mais opções disponíveis para satisfazer requerimentos de interface. As categorias funcionais C, D, e I ancoram a sentença numa representação discursiva, e há, na opinião desses autores, uma tensão entre mecanismos gramaticais e extra-gramaticais em relação a essa ancoragem. No sistema adulto, a gramática normalmente vence essa tensão, ao passo que no sistema infantil haveria uma confiança maior no discurso e nas pressuposições. Assim, a interpretação *default* não estaria disponível na gramática adulta por conta de um requerimento pragmático semelhante àquele originalmente proposto por Reinhart (1983) de que as variáveis devem ser ligadas quando possível, por exemplo. Wexler (2003) também apresenta uma análise da diferença no uso dos determinantes definidos pela criança e pelo adulto que depende fortemente do princípio pragmático de maximização pressuposicional proposto por Heim (1991).

¹²⁵ Chomsky (2001, p. 5, nota 16; 2004, p. 9) admite a possibilidade de que DPs sejam fases, a exemplo de CP e vP. Chomsky (2004) assume que C é o que Rizzi (1997) chama de periferia esquerda, e possivelmente envolve *feature spread*; v é um núcleo funcional associado à estrutura argumental plena, e também pode ser o elemento que determina que a raiz selecionada é verbal, seguindo-se Marantz (1997). D se assemelha a C, conforme já colocado, e também se assemelha a v, pois o N por ele subcategorizado pode ter estrutura argumental completa (note-se, entretanto, que muitos autores assumem um núcleo *nP* selecionado por D que determinaria a natureza nominal da raiz selecionada e sua estrutura argumental). Não entraremos em detalhes aqui; apenas gostaríamos de destacar, ainda numa tentativa de estabelecer um paralelo entre DP e CP, que C e v geram efeitos discursivos e prosódicos, e por isso são fases. D parece também gerar efeitos de interface, e por isso poderia também ser uma fase. Já Num, por sua vez, não parece ter o mesmo tipo de efeito.

¹²⁶ Conforme exposto na seção 2.1.1, F&G assumem que T e T_r possuem os mesmos traços e se comportam sintaticamente de maneira idêntica. O que faz com que T_r não seja um núcleo-TE (e portanto não desempenhe nenhum papel na atribuição de Caso, por exemplo) não é o fato de este ser ϕ -defectivo (como afirma Chomsky), mas sim o fato de não desempenhar nenhum papel em relação às cadeias- δ .

defectivo). Além disso, se seguirmos Carstens (2000) em afirmar que Num tem traço interpretável de número, então além de tudo este núcleo jamais funcionará como sonda. Caso assumamos, como Lopes (2006), que este núcleo possui traço não-interpretável de número, então ele funcionará como uma sonda, mas isto não é suficiente para afirmarmos que tenha o mesmo comportamento sintático de D (por ser defectivo). Para além disso, qualquer que seja o papel que Num possa desempenhar na interface semântica, não será equivalente ao papel desempenhado por D.¹²⁷ Ou seja: Num não tem o mesmo comportamento sintático, nem a mesma função na interpretabilidade das cadeias. Portanto, não é um núcleo-TE.

Quanto à interpretabilidade do traço de número, também há algumas considerações a fazer. Para Chomsky, os traços- ϕ são não-interpretáveis nas categorias funcionais; assim, o traço de número em Num seria não-interpretável, como assumido por Lopes (2006). No entanto, parece estranho que o traço de número não seja interpretável em uma categoria que existe em função dele.¹²⁸ Pode-se pensar inclusive em um paralelo com T, que possui traço de tempo interpretável (cf. Augusto, Ferrari Neto & Corrêa, op. cit.), mas traços- ϕ não-interpretáveis. Todavia, a comparação não é tão direta quanto possa parecer; isto porque o traço de tempo tem apenas papel semântico, enquanto o traço de número, além de papel semântico, tem também efeitos sintáticos (p. ex., concordância) por ser um traço- ϕ .¹²⁹ Conforme dito na nota 78, F&G prevêem que as cadeias- δ e ϕ encabeçadas por um mesmo núcleo-TE podem ser distintas, pois as cadeias- δ têm efeitos semânticos desvinculados de traços- ϕ (por exemplo, movimento). Da mesma forma, número é um traço- ϕ que tem também efeitos semânticos. Para o momento, assumiremos que número é interpretável em Num, pois a adoção de uma ou outra hipótese não parece trazer muitas conseqüências para a mecânica de concordância aqui proposta. No entanto, a análise dos dados a ser

¹²⁷ Na verdade, não é simples julgar se uma categoria terá um papel “menor” ou “maior” na interface; em termos lógicos, ou uma categoria desempenha um papel, ou não, e se não o fizer, não será uma categoria motivada.

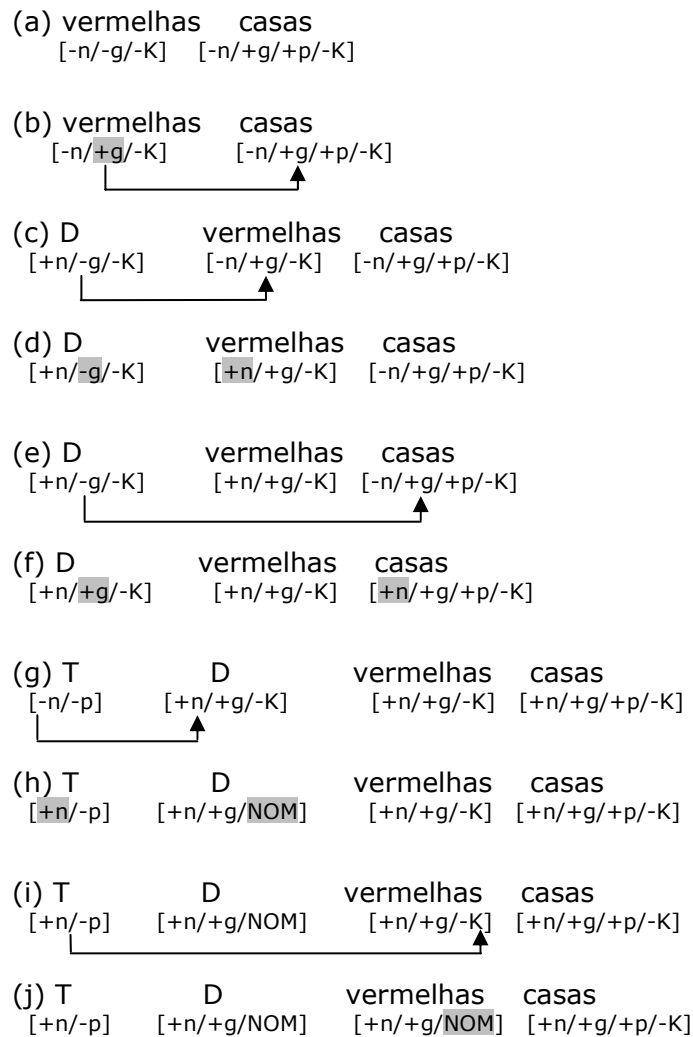
¹²⁸ Essa idéia é problemática também em termos de motivação da existência da categoria na interface; cf. nota 17 e seção 1.4. Por outro lado, Ruth Lopes (c.p.) sugere que raciocínios como este talvez nos levem a descobrir que a associação biunívoca entre traço interpretável e não-interpretável não é suficiente para dar conta da interpretação semântica, da mesma forma que a associação biunívoca entre a interpretabilidade de um traço e sua realização morfológica.

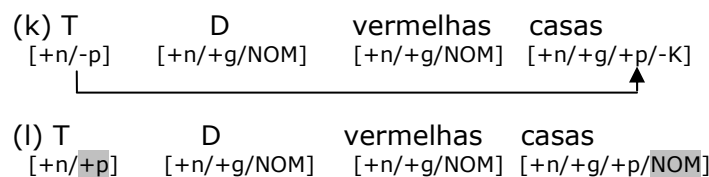
¹²⁹ Vide também a comparação recém estabelecida entre T_r e Num.

desenvolvida no próximo capítulo possivelmente trará mais elementos para a escolha entre as hipóteses.

Retomando o exemplo de derivação em (11) (repetido abaixo como (22)), a partir da proposta de compartilhamento de traços, teríamos a eliminação dos passos (e) e (f), uma vez que D, ao estabelecer uma relação de *Agree* com o adjetivo, estaria estabelecendo automaticamente uma relação também com o nome, que já compartilha seus traços com *vermelhas*. Com isso, desapareceria o problema da não-valorização do traço de gênero de D no passo (c). Além disso, não seria necessário supor que o adjetivo entre na derivação depois do nome, evitando o problema da geração da ordem esperada.

(22) As casas vermelhas





Se pensarmos nos dados do PB, vemos que existem algumas variedades em que a marca morfológica de número aparece apenas sobre o determinante. Nesses casos, é possível imaginar que é D, por ser a cabeça da cadeia- δ , o responsável pela definitude e pela interpretação semântica em LF, carregando a marca de plural (visto que em PB não existe um morfema livre que expresse número). Já no caso das variedades do PB que apresentam marca morfológica em todos os elementos do sintagma (assim como os dados do italiano – mencionados na introdução e que serão retomados no capítulo 4 – e do PE) pode-se considerar que a marca se “espalha” porque nessas variedades o morfema de número é dissociado, como no PE (conforme C&FS, 2002).

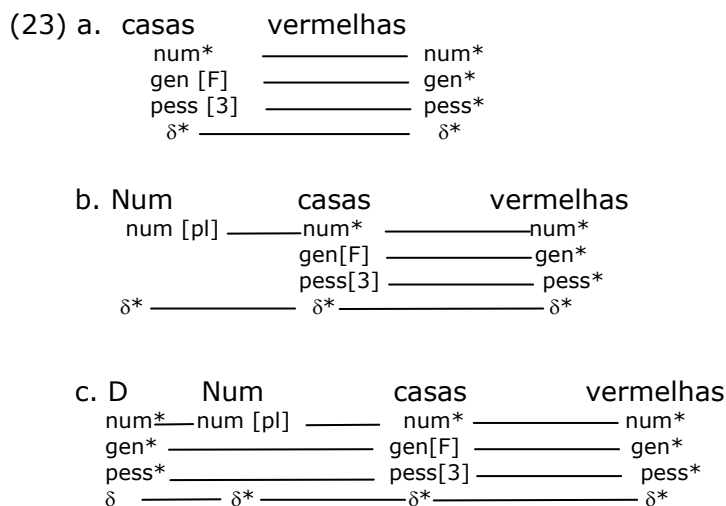
Em línguas como o inglês, podemos supor que haveria algo como um morfema zero de plural no determinante, uma vez que no caso dos determinantes demonstrativos *these*, *those* há marca de plural manifestada morfológicamente. Ou ainda, pode-se pensar que a língua não forneça os meios para que o plural seja expresso em D (exceto no caso dos demonstrativos), e isso faz com que a marca apareça sobre outro elemento que compartilha o traço de número com D.

A proposta parece semelhante às idéias refutadas anteriormente (Chomsky (1998, 1999); C&FS (2002); Magalhães (2004)); há, no entanto, uma diferença: o fato de os traços serem compartilhados e se juntarem em um só traço tem implicações diferentes da simples suposição de que a marcação de plural aparece onde puder aparecer na língua. A intuição é a de que o compartilhamento de traços deveria desempenhar aqui um papel fundamental.¹³⁰

Uma derivação de DP funcionaria, então, da seguinte forma: N entra na derivação com traço de gênero e pessoa valorados e traço de número não-valorado; Num é

¹³⁰ O qual esperamos mostrar, ou ao menos apontar, no capítulo 4 desta dissertação.

conectado a NP, com o qual compartilha seus traços- ϕ e traços- δ ; D é conectado a NumP, sonda e valora seus traços- ϕ de gênero e número:



Por fim, uma sonda externa entra na derivação e valora o Caso do DP (seguindo Magalhães (2004)¹³¹), ou então este recebe Caso no mapeamento da sintaxe para a morfologia.¹³²

Isto posto, a análise dos dados no próximo capítulo será conduzida assumindo-se o mecanismo de compartilhamento de traços internamente ao DP, bem como a projeção de uma categoria funcional NumP responsável pelos traços de número do DP. Esperamos que a análise dos dados de aquisição possa auxiliar na solução das questões deixadas em aberto, como, por exemplo, a interpretabilidade do traço de número.

¹³¹ A proposta necessitaria, no entanto, de uma reformulação, visto que, como apontado anteriormente, a sonda externa não pode sondar tão encaixadamente o DP. Uma solução possível seria a sugestão feita anteriormente de que o rótulo de uma projeção contenha um feixe de traços relevantes para informar o sistema global de que há um traço de Caso a ser valorado (ver nota 87).

¹³² Não exploraremos as consequências dessas possibilidades, pois esta questão é irrelevante para o presente trabalho.

CAPÍTULO 3

ANALISANDO OS DADOS DO PB

*“O caos é uma ordem por decifrar.”
(Livro dos Contrários)*

Neste capítulo, (re)analisaremos os dados de três *corpora* longitudinais¹³³ a partir das idéias assumidas em relação à aquisição no capítulo 1 e da proposta delineada no capítulo 2, procurando especialmente motivar empiricamente algumas das assunções feitas nesses capítulos. Mostraremos que, apesar das aparentes diferenças entre os sujeitos e mesmo internamente a um mesmo sujeito, há homogeneidade na aquisição da concordância de número interna ao DP no PB no que tange à fixação paramétrica e aos dados acionadores dessa fixação, sendo a variação observada uma consequência de variação no *input*. O confronto entre os dados deste capítulo e as propostas dos capítulos 1 e 2 será levado a cabo no capítulo 4. Antes da análise propriamente dita, discutiremos os resultados de alguns trabalhos recentes sobre a aquisição da concordância de número no PB.

3.1 RESULTADOS PRÉVIOS

O trabalho de Ferrari Neto (2003) trata do reconhecimento do número gramatical e processamento da concordância de número na fala da criança a partir de duas perspectivas: o *bootstrapping* como teoria de processamento lingüístico e o PM como ferramenta de análise lingüística. Os estudos abrangem três experimentos usando o

¹³³ Todos os *corpora* consistem em dados de crianças adquirindo o PB como primeira língua em Porto Alegre. A faixa etária total varia entre 1;8 e 4;6 anos. Os dados de A.C. e G. pertencem ao CEAAL (Centro de Aquisição e Aprendizagem da Linguagem, da PUCRS), e os de E. ao Projeto DELICRI (Desenvolvimento da Linguagem da Criança), da UFRGS, coordenado pela Profª Drª Luciene Juliano Simões. Agradecemos às instituições por permitirem o uso dos dados.

paradigma de seleção de imagens e duas coletas longitudinais com duração de 4 meses, sobre as quais nos deteremos mais especificamente aqui.

As coletas longitudinais foram realizadas com um menino e uma menina entre os 24 e 28 meses de idade, quinzenalmente; cada sessão durava em média 15 minutos e contava com uma leve eliciação de produção de formas plurais. De acordo com o próprio autor, os dados obtidos não permitem afirmar que crianças nesse período de idade produzam exemplos de concordância no DP, pois não foi registrado nenhum caso. O que se pode perceber através dos dados é que a criança já é capaz de produzir formas flexionadas em número e que já tem noção do valor semântico¹³⁴ do morfema de número. O autor ressalta ainda que as flexões de número aparecem sempre no nome. Ou seja: há produção e compreensão da noção de numerosidade, mas não necessariamente da concordância. Conforme veremos mais adiante, o trabalho de Miller (2007) mostra que a produção do morfema de plural precede sua interpretação como “mais de um”. Também Roeper (2006) sugere que a produção de um morfema funcional inicialmente é “vácua”, ou seja, a criança não associa a ele nenhuma função. É possível, portanto, supor que a criança produz o morfema, mas não o associa a numerosidade. O exemplo retirado de Ferrari Neto (*op. cit.*), na próxima página, parece ilustrar isso.

Os experimentos, por sua vez, permitem concluir que as crianças percebem a presença do morfema de número no nome desde muito cedo, apesar de não necessariamente processá-la em termos semânticos; além disso, percebeu-se que crianças entre os 18 e 26 meses não demonstram sensibilidade à informação de número presente em D, tampouco à concordância de número entre D e N. Mais ainda, o maior

¹³⁴ Sabe-se, a partir de trabalhos como o de Bloom & Wynn (1997), que o conceito de singular/plural parece existir (ao menos na interface semântica) via numerosidade muito antes de a gramática ser capaz de representá-lo. Por outro lado, o tratamento do gênero parece ser quase o contrário: as crianças “aprendem” a sintaxe do gênero relativamente cedo, mas demoram mais para apreender sua semântica (especialmente no que diz respeito a gênero semântico). Trabalhos como os de Figueira (2004) mostram que crianças mais velhas, entre os 4 e 6 anos, ainda produzem “marcas insólitas” de gênero, provavelmente indicando que a compreensão do que seja o gênero semântico acaba por interferir no gênero gramatical, que segundo Name (2002) é reconhecido cedo nos determinantes. Corrêa, Name e Ferrari Neto (2004) afirmam que o gênero gramatical é reconhecido muito cedo em D, o que assinala para a criança essa categoria funcional, que será então usada por ela para delimitar o sintagma. Uma possibilidade (respaldada pelos dados de tais autores) é a de que a representação gramatical de gênero entre antes e abra caminho para a representação de número. Talvez isso possa explicar as diferenças encontradas entre línguas como o inglês, que não apresenta marcação de gênero, o italiano, que apresenta marcação cumulativa de gênero e número, e o PB, que apresenta morfemas diferentes para gênero e número. De qualquer forma, é muito intrigante essa aparente disparidade entre um conhecimento não lingüístico e sua tradução na gramática.

percentual de respostas corretas obtido na tarefa de seleção de imagens foi na condição agramatical,¹³⁵ ou seja, com tarefas do tipo “Mostre *o gatos* pro Dedé”. O autor não oferece uma explicação para o fato; os resultados de Lopes (2004; 2006) e de Simioni (2006) mostram que a criança inicialmente produz estruturas como essa, ainda que não exclusivamente.

Em relação às hipóteses de interpretabilidade dos traços de número, Ferrari Neto (2003) conclui que

Assumindo-se, como em Chomsky (1995) que o traço de número é interpretável no nome, a identificação do referente com base na informação de número expressa no Determinante é evidência de que a concordância foi estabelecida (no nível da sintaxe aberta). Caso considere-se, como em Magalhães (2002) que o núcleo em que o traço de número é interpretável é um parâmetro a ser fixado, sendo o Determinante o núcleo em que o número seria interpretável no português, então, crianças de 18 meses em diante evidenciam ter levado em conta a informação morfológica que levaria a essa fixação (Ferrari Neto, 2003, p. 98).

Entretanto, ao analisarmos os dados da coleta longitudinal em Ferrari Neto (*op. cit.*), percebemos que nenhum deles apresenta concordância entre elementos, sendo a grande maioria de nomes isolados. Além disso, muitos desses nomes representam repetições da fala adulta, ou mesmo são fruto de correções por parte do adulto, como no exemplo a seguir:

Assistente: aqui é uma bola, e aqui, duas... bo...
Assistente: aqui tem duas...
A*: bola
Assistente: não, duas bo...
A*: ...las
(Ferrari Neto, 2003, p. 100)

Ou seja, os dados longitudinais não permitem uma análise acerca da produção de concordância, assim como os experimentos também não permitem concluir se crianças entre os 18 e 26 meses percebem a concordância entre os elementos do DP.

¹³⁵ Conforme mencionado também por Lopes (2006), os resultados obtidos por Ferrari Neto (2003) são muito próximos em todas as condições, evidenciando comportamento de chance: 53% de acertos na condição agramatical, contra 48% na condição não-redundante e 43% na condição redundante.

O trabalho de Lopes (2004), referente à aquisição de concordância de número no DP, traz um enfoque especial para o funcionamento dos nomes nus singulares a partir do Parâmetro do Agr Livre, proposta de Schmitt & Munn (1999). A autora prevê três estágios na aquisição da concordância de número: no primeiro, pressupõe-se um valor singular *default* e pode haver nomes contáveis singulares nus na fala infantil; no segundo, a criança fixa a diferença de número, sinalizada pela marca morfológica; e finalmente, no terceiro, a criança fixa a projeção opcional de NumP, de acordo com a proposta de Schmitt & Munn (*op. cit.*).

Os dados (duas coletas longitudinais) confirmam a existência do primeiro estágio; entretanto, no que tange ao segundo, as crianças parecem distinguir entre singular e plural, mas o padrão de marcação morfológica (marca de plural apenas do nome) é agramatical na fala adulta. Mais ainda, os dados de Lopes (2004) permitem entrever uma estratégia “tudo-ou-nada”: as crianças não apresentam oscilação entre as formas gramaticais e agramaticais; ao contrário, passam de uma fase totalmente agramatical diretamente para a gramática-alvo, seja com marcação morfológica redundante ou apenas no D.¹³⁶

A explicação fornecida dá conta de que a distinção de número é semanticamente interpretável no nome em um certo ponto do desenvolvimento, enquanto o determinante ofereceria mais dificuldades por envolver operações sintáticas de concordância que levam mais tempo para convergir.

Lopes (2004) assume a proposta de Magalhães (2002) em relação à operação *Agree* também no DP; entretanto, segue a proposta original de Chomsky (1995) segundo a qual o traço de número é interpretável nos nomes. Dessa forma, D é a sonda e N o alvo na operação de checagem. Por fim, surge a questão: “o que a criança faz inicialmente, quando número não parece ser valorado em D?” (Lopes, 2004, p. 169). A resposta dada pela autora é a seguinte:

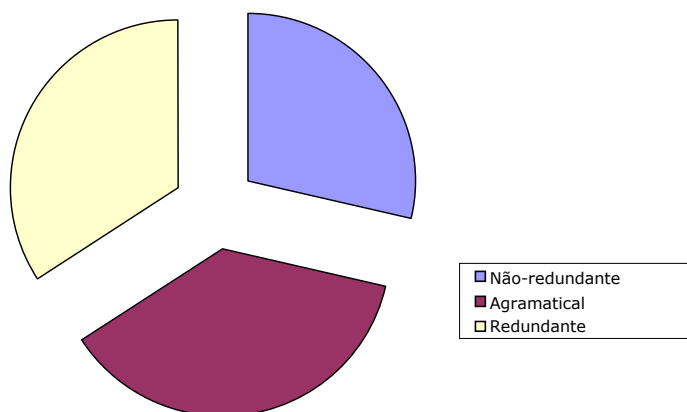
¹³⁶ Conforme veremos a seguir, a base de dados foi modificada em trabalho posterior da autora, não confirmando esses resultados.

De acordo com nossas suposições, número é um traço interpretável nos nomes, portanto, não tem que ser checado. Assim, inicialmente os traços não-interpretáveis em D ainda não foram selecionados. No caso do PB, a criança demoraria mais a convergir em função do traço de número não-especificado nos DPs singulares nus. Isso dá conta do estágio em que a criança marca a morfologia de plural apenas no nome. Naturalmente, os traços não-interpretáveis de D serão considerados adquiridos quando a marcação da morfologia de plural se encontrar em D e não em N (Lopes, 2004, p. 169).

Esta explicação, no entanto, não se sustenta, pois como veremos a seguir, o que normalmente se observa na fala infantil é uma oscilação entre marcação gramatical e agramatical de plural nos DPs, indicando uma competição entre gramáticas.

Os dados¹³⁷ analisados por Simioni (*op. cit.*) corroboram a insuficiência da proposta de Lopes (2004). Uma análise percentual desses dados mostra que 37,3% dos DPs plurais produzidos pela criança consistem em marcações agramaticais na fala adulta (marcação de plural apenas no nome), com mais 34% dos dados apresentando concordância redundante (marcação em todos os elementos flexionáveis do sintagma) e os outros 28,5% apresentando marcação não-redundante apenas no determinante,¹³⁸ conforme o gráfico abaixo, retirado de Simioni (*op. cit.*):

Gráfico 1¹³⁹
Percentagens de distribuição dos padrões de concordância na fala de E.



¹³⁷ Os dados consistem na coleta longitudinal do sujeito E. (na faixa etária entre 1;8 e 3;2 anos), que serão retomados, reanalisados e confrontados com os demais *corpora* nas próximas seções.

¹³⁸ A diferença percentual não é grande, especialmente considerando-se o baixo número de DPs produzidos pela criança. Mesmo assim, a constatação de que a criança alterna fortemente entre três padrões distintos de concordância (sendo que um deles não é atestado na fala adulta e, portanto, não faz parte do *input*) é bastante relevante.

¹³⁹ Gráfico 1, p. 554 no original.

Um refinamento da análise mostra que, na verdade, nem todos os dados podem ser considerados dados de concordância, conforme mostra a tabela a seguir, retirada de Simioni (*op. cit.*):

Tabela 1¹⁴⁰

Padrões de plural vs. padrões de concordância na fala de E.

	Nº	%
Formas memorizadas [†]	15/86	17,4
Dados de plural [*] (primeira ocorrência: 1;10 anos)	57/86	66,2
Dados de concordância [#] (primeira ocorrência: 2;7 anos)	14/86	16,2

[†] Como "os sete anões" e "cachinhos dourados".

^{*} Plural apenas em N, ou numerosidade indicada por numerais ou expressões de quantidade.

[#] Apenas aqueles segmentos com marca à esquerda do N ou com concordância entre elementos flexionáveis.

Apesar da representatividade desses dados, esses fatos sozinhos não são suficientes para que se descarte a hipótese de Lopes (2004), pois para isso seria necessário mostrar que as ocorrências agramaticais e gramaticais co-ocorrem na fala da criança. Simioni (*op. cit.*) apresenta alguns resultados que mostram claramente a co-ocorrência entre as formas, seja entre os três tipos de marcação de plural, seja entre as formas de concordância e plural. Além disso, é possível observar que (1) as primeiras formas a surgir na fala da criança são de marcação não-redundante, seguidas pelas formas agramaticais e finalmente pelas formas redundantes;¹⁴¹ (2) as formas agramaticais prevalecem até o final da faixa de dados analisada, mas aos 3;1 anos observa-se um pico simultâneo de todas as formas, seguido de uma posterior queda abrupta das formas agramaticais e redundantes e uma aparente estabilização do padrão não-redundante; (3) o número de ocorrências de formas de plural sempre supera o de concordância, até os 3;2 anos, quando há um decréscimo abrupto nas formas de plural e

¹⁴⁰ Tabela 4, p. 554 no original.

¹⁴¹ As formas não-redundantes são as que apresentam marca de plural apenas em D; as formas agramaticais apresentam marca de plural em N apenas, e as redundantes são aquelas em que todos os elementos flexionáveis do sintagma recebem marcação morfológica de plural.

um aumento significativo nas formas de concordância. Veja-se o Gráfico 3 na página 103.

Em trabalho mais recente, Lopes (2006) analisa outros bancos de dados,¹⁴² que apresentam esse tipo de co-ocorrência, e reformula parte da proposta, mantendo a hipótese de que a aquisição de número no DP no PB passa pelos três estágios propostos em Lopes (2004). A seguir, comentaremos os resultados do trabalho.

Primeiramente, a autora mostra que há produção de determinantes preenchidos desde o primeiro inquérito analisado (1;8 anos), e esta aumenta a partir dos 2;1 anos de idade. Nessa mesma faixa, as poucas ocorrências agramaticais de *D-dropping* em posição de sujeito tendem a diminuir. Na mesma faixa etária emergem também os nomes nus e determinantes indefinidos, ainda que estes últimos surjam um pouco depois (2;3). Ou seja: esta faixa etária parece ser fundamental para a aquisição da estrutura do DP em PB. Uma ressalva importante relacionada à reanálise a ser proposta na próxima seção: a produção de numerais também começa nessa idade, mas parece se consolidar a partir dos 3 anos apenas.

Em relação à marcação morfológica de número, temos que os dois sujeitos analisados por Lopes (2006) iniciam com DPs singulares apenas. Até os 3;7 anos (último arquivo analisado pela autora), a proporção de plurais na fala infantil não é igual à do adulto. Novamente, a faixa etária relevante parece ser 2;1 anos, período em que as formas de plural começam a aparecer.¹⁴³ O segundo estágio previsto pela autora consiste na distinção entre singular e plural, que se verificaria no momento em que a criança passasse a marcar morfológicamente o plural. Os resultados são semelhantes aos de Lopes (2004): todas as crianças iniciam marcando morfológicamente apenas o nome; a diferença é que essa estratégia permanece até o último arquivo analisado (3;7).

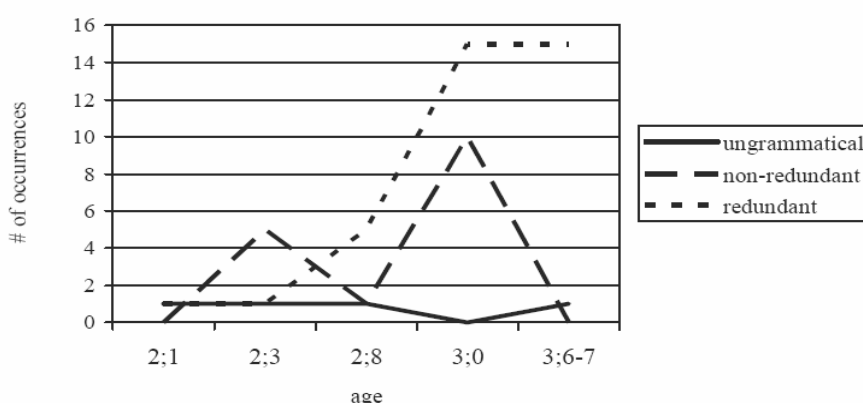
A partir disso, a pergunta colocada é se as formas agramaticais constituem um estágio prévio à marcação adulta, e a resposta é negativa: há co-ocorrência dessas formas com os padrões gramaticais da fala adulta (marcação redundante e marcação

¹⁴² Dois dos bancos analisados são comuns a este trabalho: os dados de A.C. e G., provenientes do CEAAL/PUCRS.

¹⁴³ Lembrando que, nessa mesma faixa etária, consolida-se a produção de Ds preenchidos e há uma queda nas formas agramaticais, conforme dito acima.

não-redundante apenas em D), ou seja, não parece possível falar em “estágios” na marcação de plural. Além disso, conforme podemos perceber pelo Gráfico 2 abaixo, retirado de Lopes (2006), as formas agramaticais e redundantes surgem juntas, aos 2;1 anos, enquanto as formas não-redundantes emergem aos 2;3 anos; as formas agramaticais, embora presentes ao longo de toda a amostra dos dados, representam uma minoria em relação aos outros dois padrões. A partir dos 2;8 anos, há um considerável aumento das formas redundantes e uma diminuição nas formas não-redundantes:

Gráfico 2¹⁴⁴
Padrões de concordância de plural (# de ocorrências)

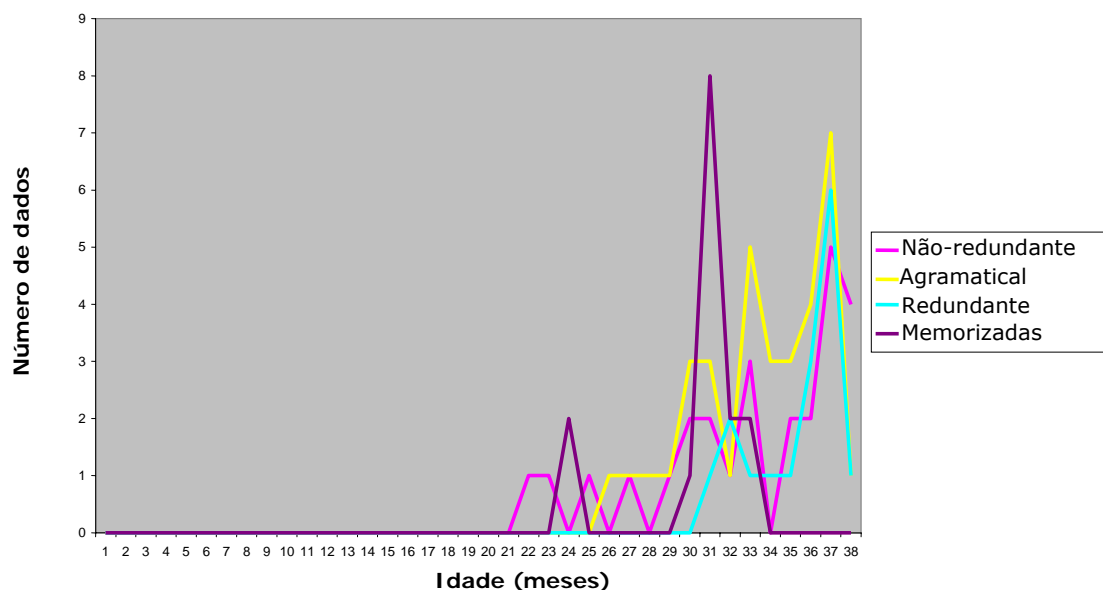


Comparando-se o gráfico acima com os dados de E. apresentados em Simioni (*op. cit.*), observamos algumas diferenças: nos dados de E., primeiramente emergem as formas não-redundantes, aos 1;10 anos; em seguida, emergem as formas agramaticais (2;2), e por último as formas redundantes, aos 2;6 anos somente. Foram separados os dados analisados como formas memorizadas (como *os sete anões* e *cachinhos dourados*), os quais, por serem consideravelmente freqüentes, poderiam distorcer os resultados. Veja-se o gráfico a seguir, retirado de Simioni (*op. cit.*):

¹⁴⁴ Figura 4, p. 259 no original.

Gráfico 3¹⁴⁵

Padrões de concordância na fala de E. por idade



Além disso, as formas agramaticais sempre prevalecem sobre as gramaticais; dentre estas, o padrão redundante é quase sempre o mais baixo. Simioni (*op. cit.*) sugere que essas diferenças poderiam residir na frequência dos tipos de dados no *input* das crianças.¹⁴⁶

Lopes (2006) retoma os experimentos realizados por Ferrari Neto (2003) (ver nota 135), ressaltando que tanto os dados de produção quanto os de compreensão apontam que as crianças apresentam problemas com a representação gramatical de número por algum tempo após a emergência da marcação de plural (conforme também nota 134). Os dados de E. também confirmam essa observação.

O problema que se coloca é, então, como as teorias de aquisição dão conta dessa aparente opcionalidade na fala infantil. A tentativa de explicação sugerida por Lopes (2006) retoma a hipótese lançada no trabalho de 2004: a criança poderia iniciar marcando morfológicamente número só no núcleo no qual este é interpretável – no caso,

¹⁴⁵ Gráfico 4, p. 556 no original.

¹⁴⁶ Uma explicação baseada em frequência no *input* não é a mais desejada por uma teoria que fala em pobreza de estímulo. Todavia, existem alguns trabalhos (Johnson, 2005; Miller & Schmitt, 2006; Miller & Schmitt, no prelo; Miller, 2007), explorando a possibilidade de que um *input* variável gere um *output* também variável, bem como um atraso na compreensão e na produção da morfologia gramatical. Essas idéias serão discutidas nas próximas seções.

N. No entanto, conforme afirma a própria autora, isso não explica a co-ocorrência, pois se o traço de número é inicialmente subespecificado em D e Num, ele pode ou não ser valorado, mas se não o for, a expectativa, de acordo com as previsões do modelo proposto por Lopes, é que o DP seja pronunciado no singular, e não é isso que ocorre.

A análise dos dados apresentada em Simioni (*op. cit.*) traz problemas para as propostas encontradas na literatura sobre o assunto e também para as teorias de aquisição mencionadas no capítulo 1. De fato, a criança parece começar com uma gramática “maior” do que a do adulto, pois permite, além da marcação redundante e da marcação não-redundante, também a marcação agramatical; de acordo com a hipótese do subconjunto, esta última só poderia ser descartada com base em evidência negativa, e sabe-se que isto não ocorre. Mas o fato é que a criança elimina as marcações agramaticais depois de um tempo (consideravelmente longo), e isso precisa ser explicado. Caso se assuma que a criança inicia marcando um valor equivocado de parâmetro (o qual geraria os dados agramaticais), é necessário postular que a criança refixe o parâmetro, o que também, conforme já discutido, não é trivial.¹⁴⁷

No entanto, uma reanálise atenta dos dados analisados em Simioni (*op. cit.*), acrescida de dados de idades posteriores do mesmo sujeito, pode mostrar que as coisas não são como parecem. É o que veremos na próxima seção.

3.2 REANÁLISE DOS DADOS DE E.

No gráfico a seguir estão distribuídos todos os dados do sujeito E. entre os 1;8 e os 4;6 anos de idade. A exemplo do Gráfico 3, e ao longo do restante do trabalho, foram excluídas da análise as formas memorizadas. Podemos perceber que até os 3;1 anos o padrão agramatical predomina sobre os demais. Conforme apontado por Simioni (*op. cit.*), os dados de marcação redundante surgem mais tarde na fala da criança, aos 2;6 anos, e se mantêm abaixo dos demais até os 3;1 anos, momento em que há uma convergência ascendente dos três padrões. A previsão feita por Simioni (*op. cit.*) indicava

¹⁴⁷ E essa refixação somente seria possível a partir de evidência negativa ou de evidência negativa indireta.

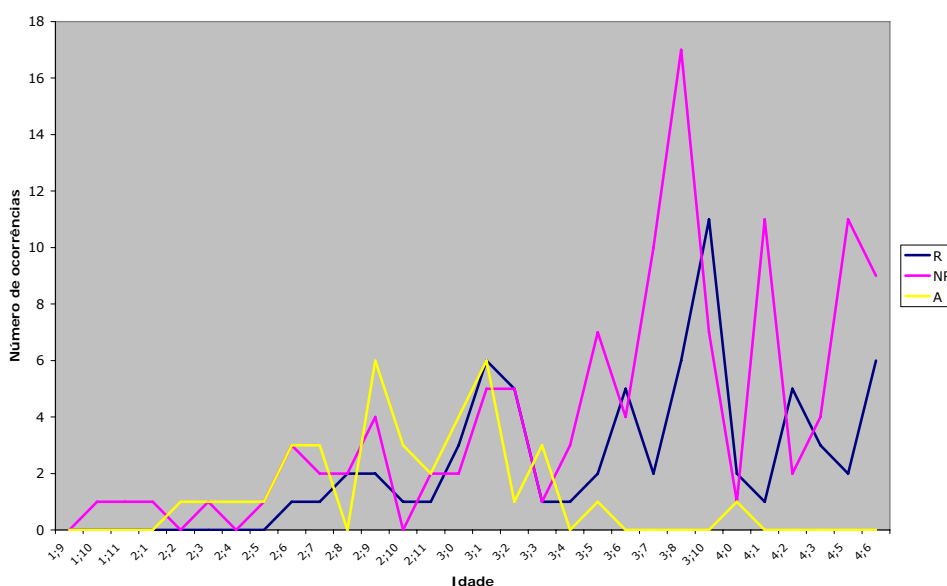
queda no número de ocorrências dos padrões agramatical e redundante e a estabilização do padrão não-redundante como forma preferencial. A queda do padrão agramatical se verifica; já em relação ao padrão redundante, este parece entrar em competição com o padrão não-redundante, o que pode ser explicado levando-se em conta a teoria de Roeper (1999) de que todo falante de uma língua é, na verdade, bilíngüe.

Para esse autor, a criança, durante o processo de aquisição, tem acesso simultâneo a múltiplas gramáticas disponibilizadas pela GU, e essas gramáticas entram em competição para ver qual delas dá conta dos dados do PLD de forma mais elegante. Além disso, a seleção de gramáticas é restrita por condições de economia que seguem o espírito do PM. Yang (1999) afirma que a teoria de Roeper é interessante porque elimina alguns problemas de aprendizibilidade do modelo de *triggers*, especialmente a existência de gramáticas distintas da gramática-alvo, a partir das quais a criança jamais conseguirá alcançar a gramática-alvo, a necessidade de que a gramática infantil seja identificada com *uma* das gramáticas possíveis no espaço paramétrico (algo que os dados analisados nesta dissertação desconfirmam), e a ambigüidade nos dados do *input*, que poderia, no limite, levar o aprendiz a fixar e refixar um parâmetro indefinidamente. Fodor (2001) também assume um modelo de fixação paramétrica no qual a criança tem acesso a todas as possibilidades da GU (cf. mencionado em 1.2.4). Yang (1999, 2004) propõe um modelo variacional de aprendizagem, no qual cada gramática é associada a uma probabilidade; a cada sentença do *input*, a criança seleciona uma gramática com a qual executa a análise gramatical da sentença. O sucesso ou fracasso da análise aumenta ou diminui a probabilidade de manutenção dessa gramática.

Em relação à gramática adulta, Roeper (1999) afirma que cada registro de fala (social ou de formalidade) é, na verdade, uma gramática diferente, assim como casos de interferência lingüística e fenômenos como a existência da ordem V2 em inglês (ainda que lexicalmente restrita). Em lugar de eliminar uma gramática em favor de outra, como num modelo de *triggers*, a criança retém múltiplas gramáticas, em virtude de estar exposta aos tipos de fenômenos que Roeper trata como gramáticas distintas (como no caso dessa dissertação, em que temos dois padrões para marcação de plural no PB,

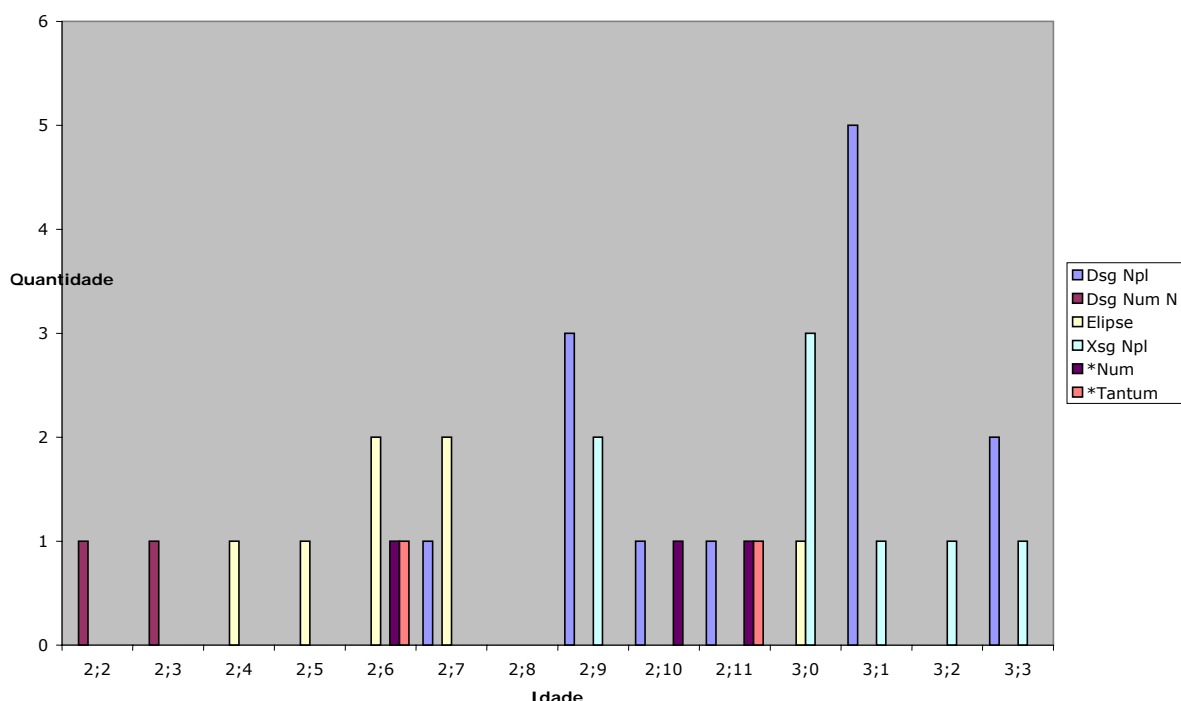
ambos aceitos em determinados registros de fala). Para ele, assumir a existência de múltiplas gramáticas (sendo *gramática* definida aqui mais localmente) é mais simples do que assumir opcionalidade dentro de uma mesma gramática. Outro ganho importante tem relação com o que afirmamos na nota 38 sobre a dificuldade de se postularem estágios durante a aquisição, uma vez que nesse modelo não há estágios: a adição de um traço novo não necessariamente apaga o traço precedente; ela pode simplesmente mudar o *status* da estrutura anterior, sem apagá-la completamente. Nas palavras de Yang (2004, p. 453), “if the triggering learner jumps from one grammar to another, then one expects sudden qualitative and quantitative changes in children’s syntactic production. This in general is untrue”.

Gráfico 4
Padrões de concordância nos dados de E. por idade



Até este ponto, não há grandes novidades em relação aos dados apresentados em Simioni (*op. cit.*): continuam colocados os problemas do subconjunto e da (re)fixação paramétrica. Mas um olhar mais aguçado sobre os tipos de dados que compõem cada um dos padrões revela que não há uniformidade internamente a cada um deles. No que segue, apresentaremos um detalhamento desses dados.

Gráfico 5
Tipos de dados agramaticais de E. por idade¹⁴⁸



De acordo com o gráfico acima, fica evidente que a maior parte dos dados agramaticais correspondentes à faixa etária entre os 2;2 e os 2;7 anos é de dados de elipse, como *caiu o dois, esse dois, o outros*; essas elipses, em muitos casos, envolvem o numeral *dois*. Observe-se ainda que há apenas uma ocorrência de Dsg Npl, *um panos*.¹⁴⁹

A partir dos 2;9, a quantidade de dados agramaticais não só aumenta, como tem seu tipo alterado: passa-se dos dados de elipse para dados predominantemente do tipo Dsg Npl, em sua maioria com determinantes definidos (*a galinhas, o ratinhos, a pessoas, o pés*) e Xsg Npl.¹⁵⁰

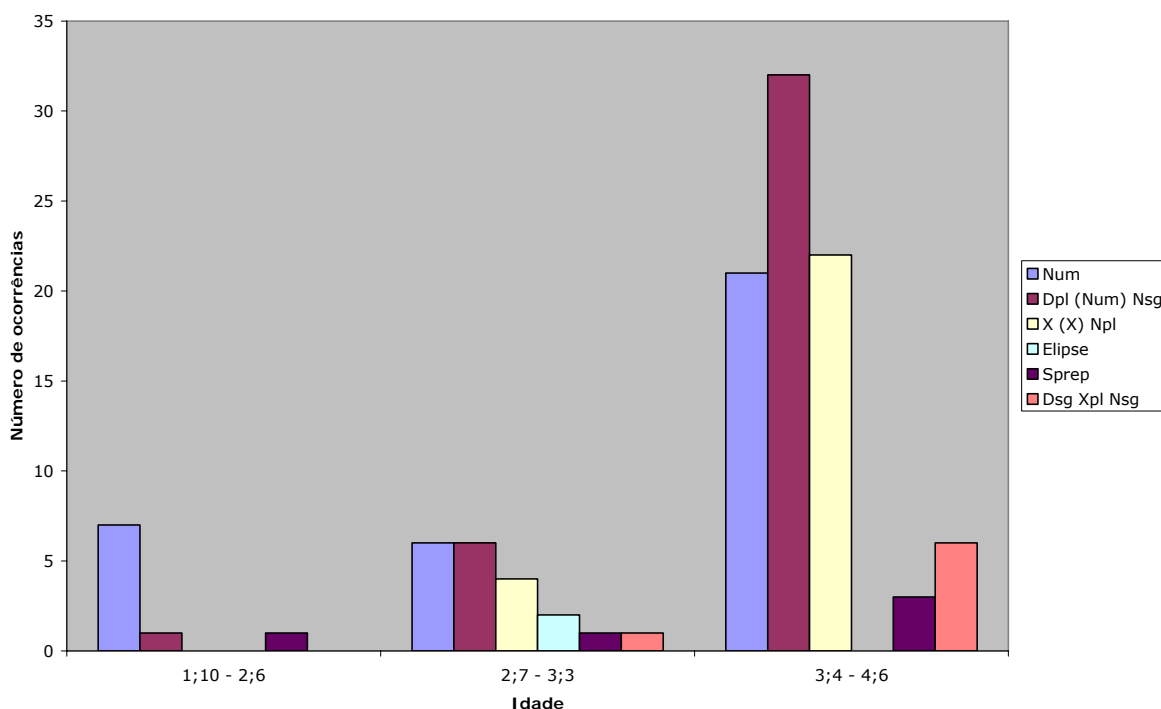
¹⁴⁸ Dsg Num Npl são dados do tipo "a duas mãozinha"; Xsg Npl são casos de possessivo + N (p. ex. "meu brinquedinhos"), quantificador + N (p. ex. "muita felicidades"), PP + N (p. ex. "da folhas",); *Num são dados que envolvem uso "peculiar" de numeral ("um olhos", "um pés", "dua pernas"); *Tantum são dados "singularizados" de *pluralia tantum* ("o óculo", "na costa"). Os dados de PP + N, apesar de envolverem um DP como complemento da preposição, foram separados para que se pudesse verificar se há diferença na marcação de plural por conta do ambiente sintático diferente.

¹⁴⁹ E apesar de termos verificado pelo contexto, não descartamos a possibilidade de que este seja, na verdade, um numeral e não um artigo indefinido.

¹⁵⁰ Há uma considerável quantidade de dados agramaticais com nomes no diminutivo (*a duas orelhinha, a florzinhas, meu brinquedinhos, uma bolinhas*). Talvez a morfologia de grau tenha alguma influência sobre o uso do padrão agramatical; contudo, também nos demais padrões se verifica o emprego de nomes no grau diminutivo (*outros trabalhinho, os pauzinho, dois amiguinhos*), indicando que pode se tratar de um uso tipicamente infantil. Deixaremos essa questão para pesquisa futura, pois a hipótese carece de maior evidência.

O *insight* mais evidente é que a criança inicialmente tem problemas com elipse, e não necessariamente com plural, especialmente porque, conforme veremos em breve, os dados plurais iniciais da criança são diferentes da gramática adulta.¹⁵¹

Gráfico 6
Tipos de dados não-redundantes de E. por faixa etária¹⁵²

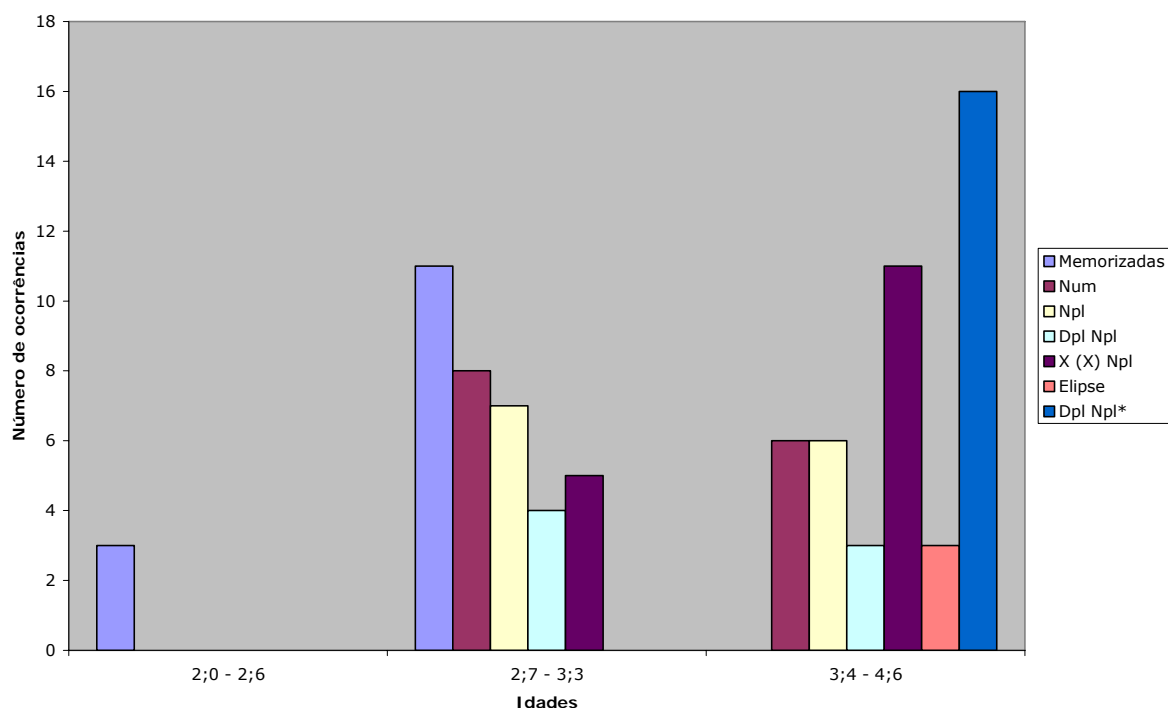


No gráfico acima, podemos perceber que na primeira faixa etária a criança emprega um número bastante elevado de numerais (especificamente o numeral *dois*) para exprimir plural. Já na segunda faixa, temos o mesmo número de estruturas Num Nsg e Dpl Nsg. Já é possível entrever algo que ficará mais claro no decorrer da apresentação dos dados: inicialmente, a criança emprega consistentemente o numeral “dois” como marcador de plural.

¹⁵¹ Seria interessante verificar se a criança, nessa mesma idade, apresenta dificuldades com elipse verbal, por exemplo. Esse ponto também ficará em aberto para pesquisa futura.

¹⁵² Num são os dados do tipo “três mamãe”, “dois bolsinho”; Dpl (Num) Nsg são dados como “as caderinha” ou “os dois ursinho”; X (X) Npl são dados do tipo “outros trabalhinho”, “na minhas coisa”, “da tuas dinda”, ou seja, X equivale, tanto quanto no gráfico 5, a possessivos, PPs e quantificadores. Sprep são ocorrências como “um monte de bala” e “cheio de bolinha”. Finalmente, Dsg Xpl Nsg são dados como “o teus pezinho”.

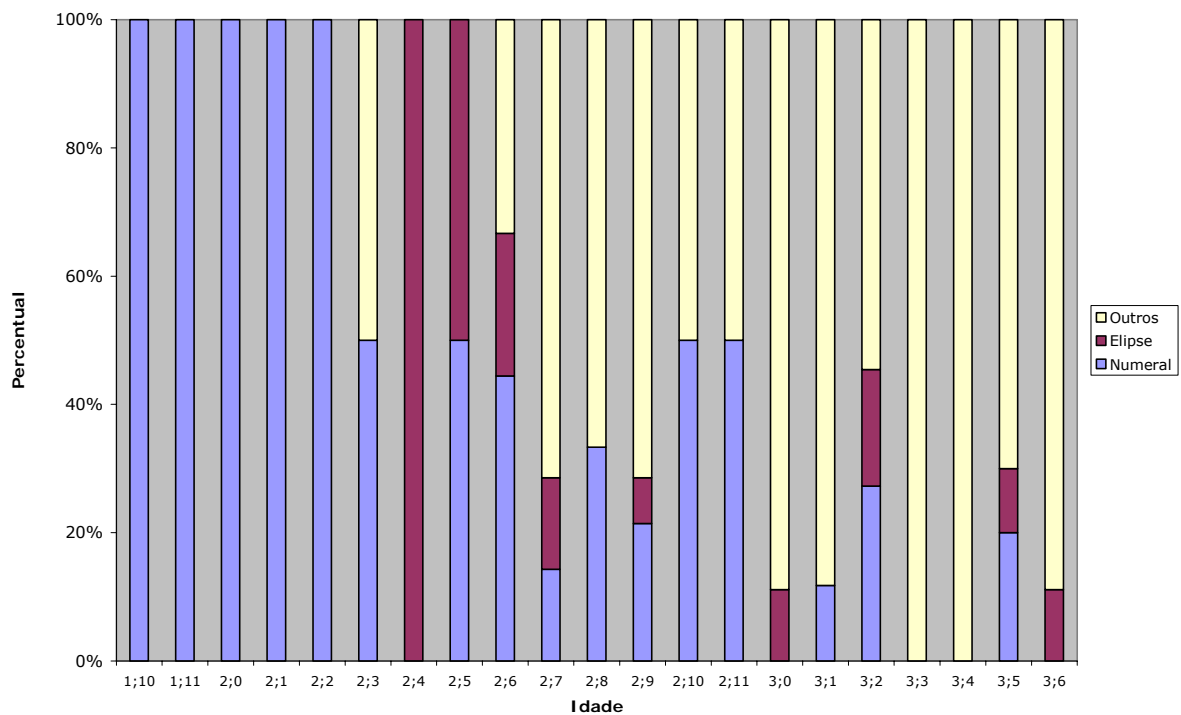
Gráfico 7
Tipos de dados redundantes de E. por faixa etária¹⁵³



Em relação à tipologia dos dados redundantes, observamos que na primeira faixa etária analisada esses dados consistem apenas em formas memorizadas. Na segunda faixa, temos ainda um predomínio de formas memorizadas, seguido por um uso elevado de numerais e nomes isolados no plural. As formas Dpl Npl e Xpl Npl aparecem por último, e mais ao final dessa faixa etária.

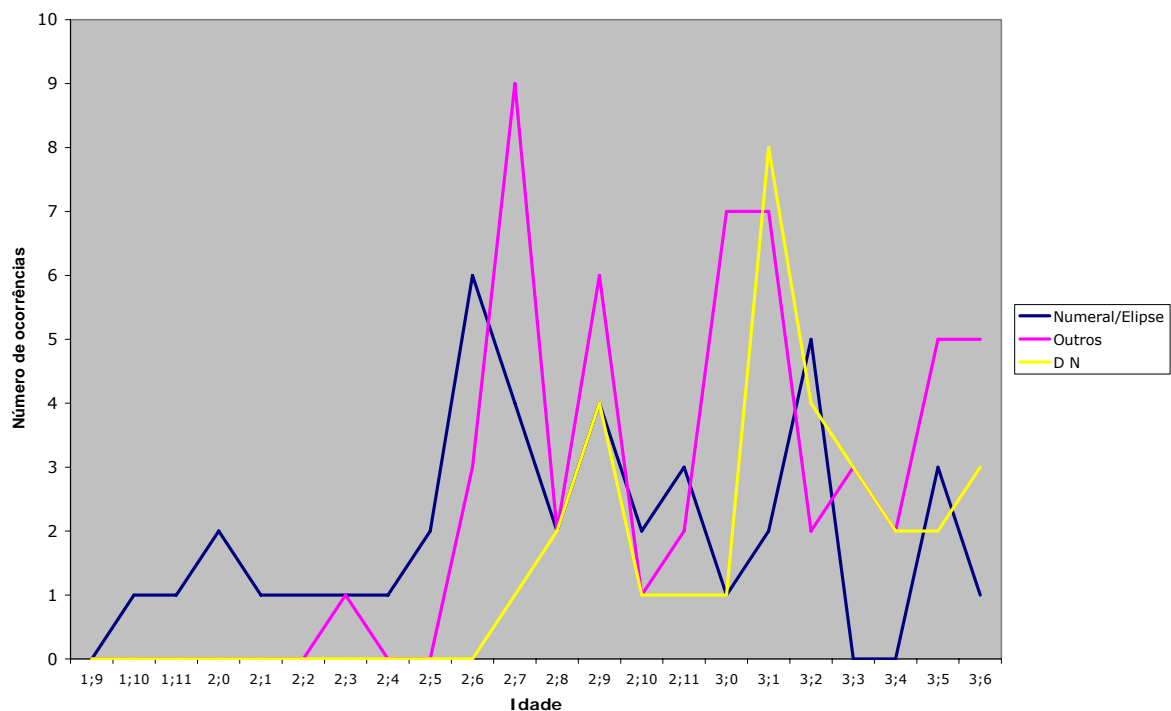
¹⁵³ Dpl Npl* são as ocorrências de “os olhos” e de *pluralia tantum*. A seguir, ficará claro o porquê da separação destes dados.

Gráfico 8
Percentual de tipos de dados na fala de E. por idade



A partir do gráfico acima, a análise que pretendemos propor começa a se delinear: percebemos que inicialmente a criança emprega apenas numerais para expressar plural, e a quantidade destes decresce consideravelmente a partir dos 2;7 anos. Conforme podemos ver no gráfico abaixo, esse é justamente o período em que começamos a ver o surgimento e incremento do uso de determinantes definidos na fala da criança.

Gráfico 9
Tipos de dados na fala de E. por idade



Juntando os dados representados nos gráficos, vemos que na mesma idade em que a criança começa a produzir determinantes preenchidos, desaparecem os dados de elipse agramatical e diminui o uso de numerais como estratégia preferencial para marcação de plural.

Inicialmente, E. usa o numeral “dois” como marca de plural, como se fosse um morfema livre gramatical e não um item lexical substantivo.¹⁵⁴ A partir dos 2;6 anos, E. passa a produzir dados de concordância redundante (conforme o Gráfico 4) e determinantes preenchidos em contexto não-elíptico (conforme o Gráfico 9). Logo depois, a partir dos 2;7 anos, percebe-se uma diminuição no uso de numerais (ver Gráfico 8) e uma mudança no tipo de dados agramaticais, de dados de elipse para dados de Dsg Npl e Xsg Npl (conforme Gráfico 5).

Em vista desses fatos, podemos supor com algum respaldo empírico que a criança, a partir dos 2;7 anos (e mais fortemente a partir dos 2;9), começa realmente a manipular *concordância*. Os dados anteriores a esse período são de elipse agramatical (o

¹⁵⁴ A exemplo de línguas como o tagalog, conforme os exemplos 20 e 21 do capítulo 2.

dois, esse dois, o outros) ou de Num Nsg;¹⁵⁵ há também dois casos de Dsg Num Nsg (*a duas mãozinha, o dois au-au*), aos 2;2 e 2;3 anos, nos quais há D preenchido, mas a única marca de plural é o numeral. Roeper (2006) sugere que novos morfemas inicialmente não tomam função nenhuma na gramática infantil; assim, os usos iniciais de determinantes definidos serão expletivos, seguindo a previsão desse autor de que interpretações menos específicas emergem muito cedo, embora sejam muitas vezes agramaticais na gramática adulta.

A hipótese então é a de que a criança inicialmente toma o numeral *dois* como marcador de plural, na forma de um morfema livre.^{156,157} No momento em que surgem, na produção, determinantes preenchidos em contextos não-elípticos (determinantes definidos não-expletivos) e dados de concordância redundante não-memorizados, podemos supor que a criança tenha passado a “analisar”¹⁵⁸ os dados quanto à concordância e também a produzir concordância.¹⁵⁹ Algumas evidências para isso são dados como *o óculo* e *na costa*, em que E. “singulariza” itens intrinsecamente plurais, e *dua pernas*, em que a criança suprime a coda fricativa intrínseca do item lexical *duas* como se esta fosse uma coda morfológica de plural, indicando que ela, nesse momento, de fato manipula os traços formais e a morfologia a eles atrelada.

Também a diminuição no uso dos numerais e a produção de numerais diferentes de *dois* indica que a criança passa a perceber que existem numerais na língua e que *dois* é um deles, tendo, portanto, conteúdo lexical específico e denotando uma quantidade específica. A aprendizagem lexical¹⁶⁰ pode, assim, servir como pista para o abandono da estratégia inicial em favor da gramática de sua língua. A diferença crucial entre a análise

¹⁵⁵ Há duas ocorrências de uso de numeral que apresentam incongruência de gênero: *duas brinco* e *dois bolinhas*.

¹⁵⁶ O que constitui evidência para a postulação de uma categoria funcional universal responsável por número, conforme defendido no capítulo 2.

¹⁵⁷ Os dados de aquisição do alemão e francês analisados por Koehn (1994) mostram o uso do mesmo tipo de estratégia por parte das crianças.

¹⁵⁸ A palavra é utilizada entre aspas por não acreditarmos que a criança tenha um papel ativo e consciente no processo.

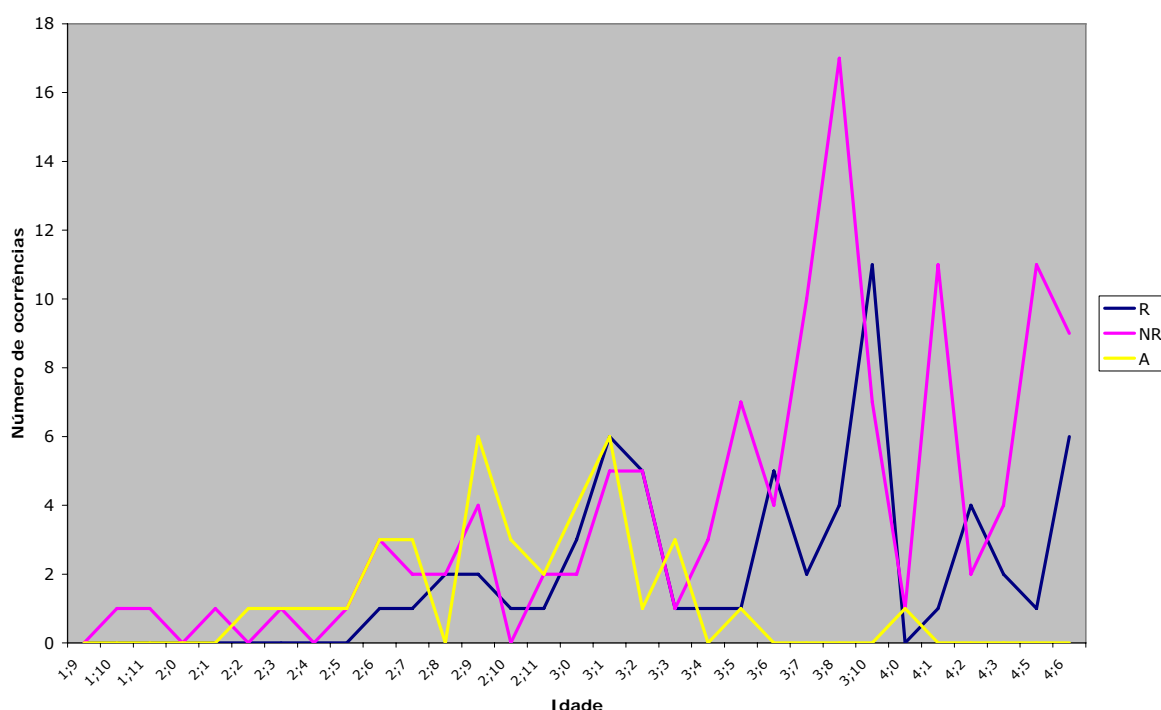
¹⁵⁹ Os dados apresentados por Ferrari Neto (2003) corroboram essa hipótese, pois, segundo este autor, não é possível afirmar que crianças até os 28 meses produzam e compreendam concordância; pode-se dizer apenas que elas têm noção do valor semântico de número (apesar de não necessariamente processar semanticamente essa informação, seja nos nomes, seja nos determinantes) e que são capazes de produzir formas flexionadas para plural.

¹⁶⁰ Esse é justamente o tipo de previsão feito pela hipótese da aprendizagem lexical, de Clahsen (1989, 1991), mencionada no capítulo 1.

de Simioni (*op. cit.*) e a reanálise aqui proposta é o fato de ser possível supor, aqui, que a criança muda de estratégia com base em *evidência positiva* da aprendizagem lexical dos numerais e determinantes preenchidos, e também dos dados de marcação redundante.¹⁶¹

Voltando à totalidade dos dados, o gráfico a seguir nos mostra os dados de E. eliminando-se do padrão redundantes os casos de *pluralia tantum* e os casos de resposta a correções feitas pelo adulto.¹⁶²

Gráfico 10
Padrões de concordância nos dados de E. por idade—
sem *pluralia tantum* e correções

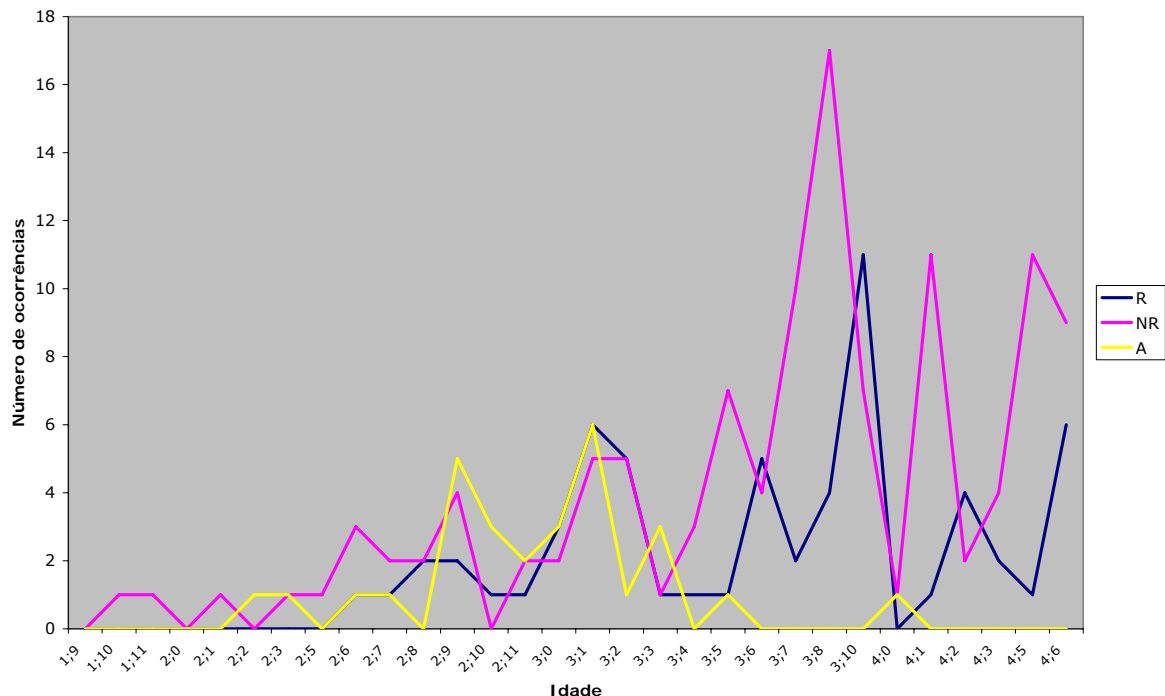


O gráfico a seguir filtra ainda mais os dados, descartando as elipses agramaticais iniciais:

¹⁶¹ A postulação de dois tipos de dados acionadores (D preenchidos e formas redundantes) vai contra a idéia de um fator desencadeante exclusivo (1.2.3.2). Retornaremos a essa discussão na seção 4.2.

¹⁶² Os dados de correções correspondem a apenas três ocorrências, por isso não foram excluídos dos gráficos anteriores.

Gráfico 11
Padrões de concordância nos dados de E. por idade –
sem elipses agramaticais



Observa-se que o padrão agramatical já não é tão predominante como parecia à primeira vista. Ele passa a surgir com força apenas entre 2;9 e 3;1, justamente a idade em que a criança parece estar “analisando” os dados e estabelecendo concordância de fato.

A partir do momento em que a criança passa a “analisar” os dados, espera-se que haja uma mudança imediata na gramática infantil devido à fixação do(s) parâmetro(s) relevante(s). Todavia, o que se observa é um período de intensa alternância entre os padrões (redundante, não-redundante e agramatical) entre os 2;7 e os 3;2 anos.

Miller (2007), trabalhando com a aquisição de plural em duas variedades do espanhol, mostra que as crianças adquirindo o espanhol chileno demoram mais para convergir na gramática adulta do que as crianças adquirindo o espanhol mexicano, tanto na produção quanto na compreensão. Segundo a autora, isso ocorre porque o espanhol mexicano tem uma representação gramatical homogênea de número (marca redundante sempre realizada pelo fonema /s/ ou seu alofone /z/, que estão em distribuição

complementar quanto ao contexto fonológico de ocorrência¹⁶³), ao passo que o espanhol chileno varia entre os fonemas /s/, /h/ e marcação zero, cuja distribuição é regida por uma interação de fatores lingüísticos e extralingüísticos.¹⁶⁴ Assim, as crianças mexicanas contariam com um *input* homogêneo, convergindo na gramática adulta por volta dos 4 a 5 anos de idade (tanto em termos de compreensão quanto de produção); já as crianças chilenas demoram no mínimo até os 7 anos de idade para atingir a gramática adulta. Além disso, Miller mostra que as crianças chilenas começam por construir uma gramática que depende eminentemente de itens lexicais (quantificadores e numerais) para expressar pluralidade, e que a produção do morfema de plural precede em muito a associação desse morfema à interpretação de “mais de um”, corroborando os resultados da reanálise dos dados de E. e também de Ferrari Neto (2003).

Nesse ponto, podemos invocar os trabalhos de Scherre (1988, 1991, 1996), os quais revelam variabilidade na marcação de número no PB adulto, com alternância entre o padrão redundante e o não-redundante, também dependente de fatores lingüísticos e extralingüísticos.¹⁶⁵ Sendo assim, as crianças adquirindo o PB contam com *input* variável,¹⁶⁶ e isso faz com que a fixação paramétrica e estabilização da gramática-alvo não sejam imediatas, a exemplo do que se observa em relação às crianças chilenas. De

¹⁶³ Como em muitas variedades do PB.

¹⁶⁴ O espanhol chileno sofre um processo de enfraquecimento (*lenition*) que afeta o /s/ em final de sílaba (mesmo em palavras como *bus*, em que o /s/ não é morfológico). A variante de superfície depende de fatores lingüísticos (contexto fonológico, classe de palavra) e extralingüísticos (tipo de registro e classe social). A maior percentagem de omissão de /s/ é com o morfema de plural em nomes e adjetivos (mas não com determinantes); além disso, a quantidade de sílabas dos elementos pré-nominais também influencia esta omissão (elementos com mais sílabas sofrem mais apagamentos – assim, há mais omissão de /s/ com os determinantes indefinidos do que com os definidos, que são monossilábicos). A variante mais freqüente na fala adulta é o /h/, sobretudo nos determinantes. Finalmente, sempre há algum elemento no DP que indica pluralidade (quantificador, numeral ou pelo menos uma marca morfológica à esquerda do nome); não há DPs semanticamente plurais sem nenhuma informação de pluralidade no espanhol chileno adulto. Alguns exemplos: *mi[h] niñita[ø]*, *uno[h] año[h]*, *do[h] mese[ø]*, *lo[h] dia[ø]*, *todo[ø] lo[ø] año[ø]*, *de toda[ø] lo[h] materiale[h]*, *uno[ø] mese[ø]*.

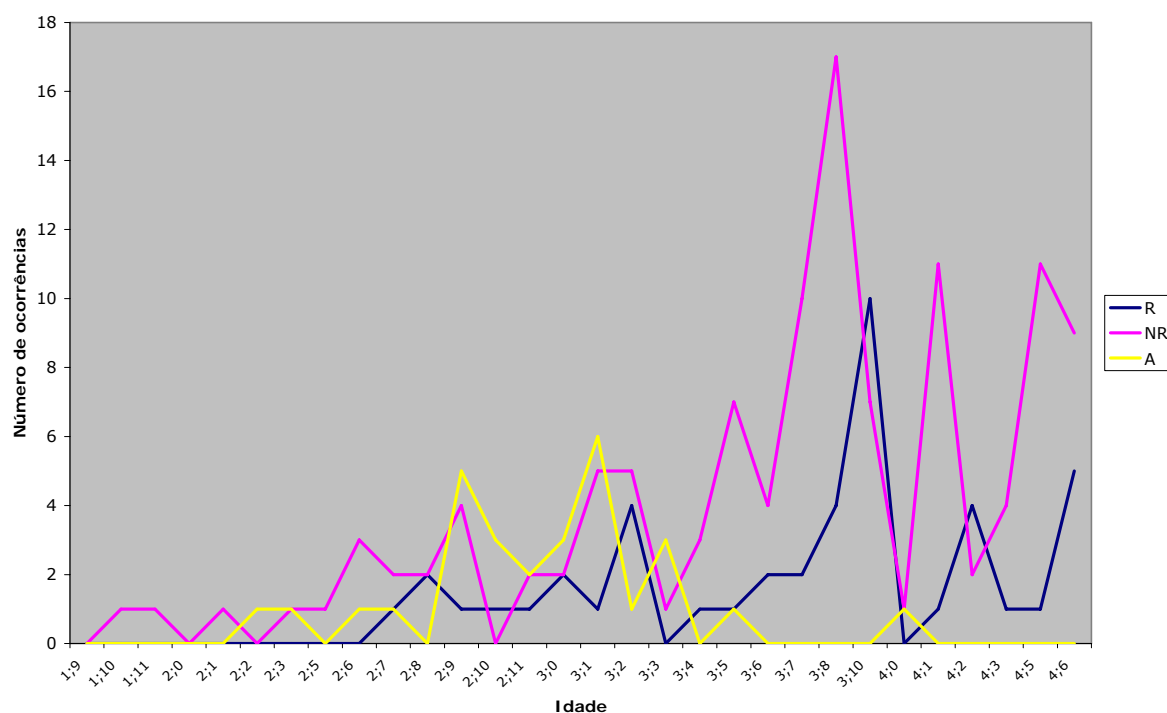
¹⁶⁵ Um dos fatores extralingüísticos relevantes apontado por Scherre (1996) é o sexo do falante: mulheres tendem a produzir mais marcação redundante de plural do que os homens em todas as faixas etárias, classes sociais e níveis de escolaridade. Simões (2006) mostra que também na fala infantil esse fator é relevante: na faixa etária entre os 5;0 e os 9;0 anos, meninas produzem 60,3% de DPs com concordância redundante, enquanto os meninos o fazem apenas 43,4% das vezes.

¹⁶⁶ Os dados analisados por Pagotto (2007) indicam que isso não é categórico: numa família da comunidade da Costa da Lagoa, em Florianópolis, observa-se que a mãe, que nunca deixou a comunidade, marca plural categoricamente no primeiro elemento do DP (em 91 dados, houve apenas uma ocorrência de marca redundante – *nas costas* – que posteriormente foi produzida como *nas costa*). Já os filhos, com escolaridade variável entre a oitava série do ensino fundamental e o ensino médio completo e que deixaram a comunidade para trabalhar fora, implementam plural redundante em 20% dos casos – justamente os casos de saliência fônica, conforme previsto por Scherre (1988). A filha mulher, apesar de ser a que tem menor escolaridade dentre todos os filhos, é a única que implementa plural redundante inclusive em contextos sem saliência fônica. Possivelmente, a mãe, por nunca ter deixado a comunidade, teve um *input* estável, gerando um *output* também estável, ao passo que os filhos, que saíram da comunidade e freqüentaram a escola, receberam um *input* variável e apresentam, em consequência, uma produção também variável.

qualquer forma, o período de alternância de padrões é suficientemente curto para que se elimine o problema do subconjunto e especialmente da necessidade de evidência negativa mencionados anteriormente.

No gráfico que segue, foram excluídos os dados de nomes isolados no plural, porque alguns estão em contextos nos quais não é possível julgar se são usos gramaticais ou não; e seja como for, esses não são dados de concordância *stricto sensu*:

Gráfico 12
Padrões de concordância nos dados de E. por idade – sem Npl

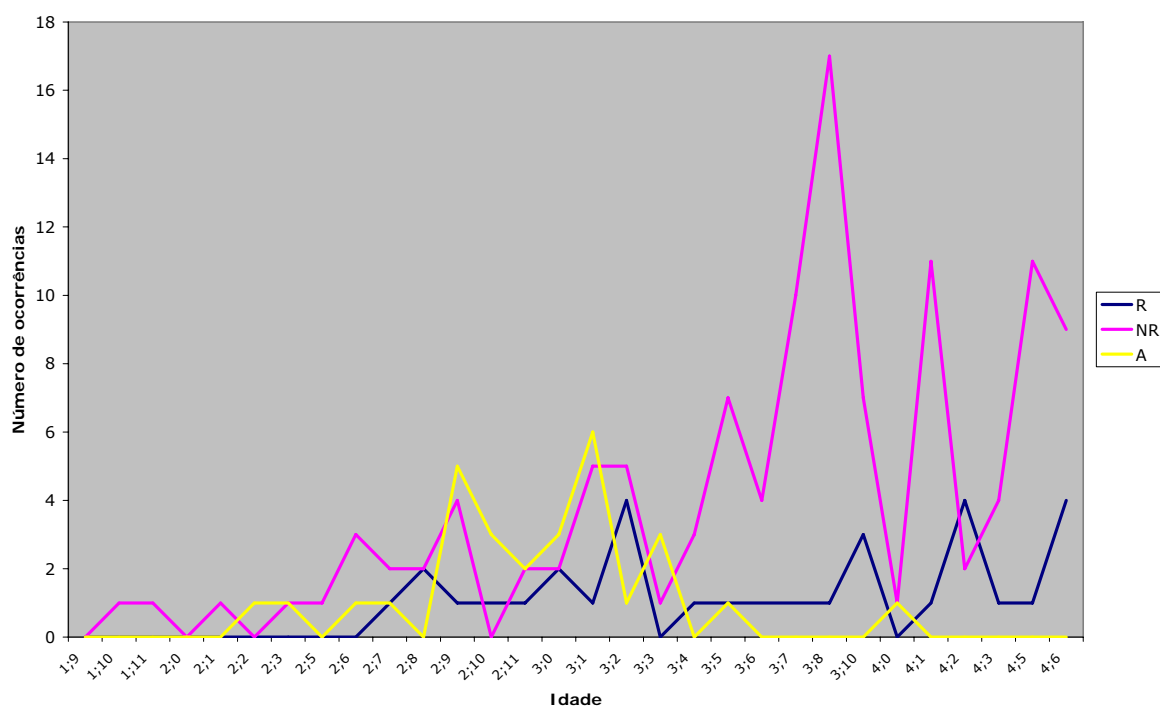


Os dados agramaticais que aparecem após os 3;3 anos são residuais: um deles é uma ocorrência que envolve um elemento *wh* e o outro é *o outros óculos*, cuja estrutura é a mesma de *o teus óculos*, que é perfeitamente gramatical nessa variedade do PB. De fato, o trabalho de C&FS prevê justamente esse tipo de padrão na gramática do PB em que o morfema de número é *singleton*, pois D nesse caso é um expletivo, e o possessivo

é o responsável por “carregar” a informação relevante em LF (veja-se o exemplo (13) do capítulo 2).¹⁶⁷

Finalmente, no último gráfico optamos por eliminar dos dados redundantes as ocorrências de *os olhos*, pois esse dado aparece 13 vezes e é praticamente o único dado de concordância redundante após os 3;4 anos. A distinção é entre *type* e *token*: o tipo de dado merece análise, mas o fato de esse mesmo dado ser instanciado 13 vezes pode distorcer os resultados.

Gráfico 13
Padrões de concordância nos dados de E. por idade – sem "os olhos"



Com isso, vemos que, na verdade, a previsão feita por Simioni (*op. cit.*) quanto à queda no padrão redundante e consolidação do padrão não-redundante se confirma: há um uso mais elevado de formas não-redundantes, que consistiriam na gramática nuclear de E., e as formas redundantes podem ser consideradas parte da gramática periférica

¹⁶⁷ Na verdade, a previsão é que o nome apareça no singular; dado que *óculos* é *pluralia tantum*, esse item deve necessariamente aparecer no plural.

nos termos de Chomsky (1981) e também segundo o modelo de Roeper (1999).¹⁶⁸ As formas redundantes são majoritariamente do tipo Num Npl e Xpl Npl.

Uma última nota: Simões (2005, 2006), trabalhando com a aquisição da morfossintaxe no PB, defende a idéia de que a morfologia funcional é, em certa medida, aprendida. Os dados apresentados pela autora mostram diferenças nos percentuais de uso de marcação redundante de plural antes e depois da alfabetização:

Tabela 2¹⁶⁹

Nominais com concordância de número padrão nos dados de crianças em fase de letramento (5;0-9;0)

	Padrão/Total	%
relato pessoal	136/308	44,1
contando história ¹⁷⁰	195/304	64,1
pré-alfabetização	74/167	44,3
Pós-alfabetização	254/445	57
Total	328/612	53,5

Se observarmos a área final do Gráfico 13, é possível notar uma tendência de queda nas formas não-redundantes e aumento das formas redundantes, justamente no momento em que E. estava começando a ser alfabetizada. Nessa época, o interesse da criança estava claramente voltado para a escrita, e as sessões de gravação sempre envolviam atividades de leitura e escrita. Isso fazia com que as sessões contassem com registros diferentes (semelhantes ao que Simões chama de "contando história"), gerando padrões diferentes na marcação de plural, a exemplo dos dados de Simões (2006). A previsão é que, com o avanço do processo de alfabetização de E., os dois padrões se

¹⁶⁸ As quedas bruscas nos dados não-redundantes aos 4;0 e 4;2 provavelmente se devem à situação de gravação; trata-se de sessões nas quais a criança estava adoentada, prejudicando a interação.

¹⁶⁹ Tabela 8 de Simões (2006).

¹⁷⁰ Os dados dessa pesquisa foram coletados da seguinte forma: primeiro, pedia-se à criança que relatasse uma história vivida por ela; em seguida, pedia-se que a criança escrevesse a história (no período pré-alfabetização, a criança deveria desenhá-la) e depois a contasse. O exemplo a seguir nos mostra que a criança já é sensível ao tipo de registro: 1) Relato pessoal: É assim, né a gente tava na a minha tia ela tem um vídeo daí quando tava estragado o nosso vídeo daí ela mandou o nosso vídeo pra gente a minha mãe tava no hospital lá e o meu pai tava junto não meu pai tava com a gente daí ligaram pra gente dizendo que o nenê nasceu já. 2) Contando história: Tá. Estávamos em casa e a minha mãe estava grávida pera aí que errei aqui e de repente o telefone tocou e nós atendemos e disseram que o nenê nasceu (Gabriel, 8;0). Vale notar que as crianças envolvidas nessa pesquisa são todas de classe alta, alunas de uma escola de alto prestígio em Porto Alegre.

aproximem em freqüência ou mesmo haja um cruzamento e posterior inversão de freqüências.

Na próxima seção, apresentaremos uma análise qualitativa dos dados dos outros dois *corpora*. Conforme veremos, o processo de aquisição da concordância de número não é homogêneo entre os sujeitos, podendo dar margem a abordagens maturacionais ou mesmo anti-inatistas. Não obstante, mostraremos que, apesar das diferenças no *input* e nas estratégias iniciais das crianças, os dados acionadores (*triggers*) são os mesmos, indicando que há um parâmetro em jogo e que há, sim, uniformidade nos dados infantis quanto à aquisição da concordância de número.

3.3 OS DADOS DE A.C. E G.

Os dois *corpora* restantes não permitem uma análise tão detalhada quanto o *corpus* de E., pois o intervalo entre os inquéritos é maior (aproximadamente uma sessão a cada dois meses¹⁷¹), e conseqüentemente a quantidade de dados é muito pequena. Assim, procuraremos apenas evidenciar as semelhanças e diferenças entre esses dados e os dados de E., para que seja possível avançar, ao final deste capítulo, uma proposta unificada para a aquisição de número no PB.

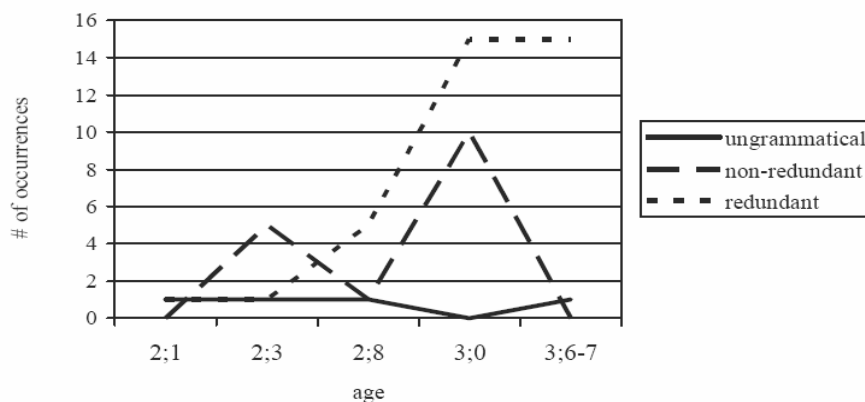
O Gráfico 2,¹⁷² repetido aqui por conveniência como Gráfico 14, é bastante representativo quanto às diferenças entre os *corpora*: o padrão agramatical é pervasivo tanto quanto nos dados de E., porém o número de ocorrências é marginal em relação aos demais padrões. Além disso, o padrão redundante predomina sobre os demais após os 2;3 anos, e o padrão não-redundante decresce bruscamente¹⁷³ a partir dos 3;0 anos, num comportamento oposto aos dados de E.

¹⁷¹ Na verdade, os *corpora* contam com mais gravações; no entanto, estão transcritas apenas algumas sessões, em intervalos espaçados (A.C.: 1;8, 1;10, 2;1, 2;3, 2;8, 3;0, 3;7; G.: 1;10, 2;1, 2;3, 2;8, 3;0, 3;6).

¹⁷² Figura 4, p. 259 de Lopes (2006).

¹⁷³ Esse desaparecimento do padrão não-redundante não é esperado, visto que nas faixas etárias anteriores há uma alternância entre ambos, ainda que o padrão redundante predomine. A expectativa é que o padrão não-redundante se mantivesse como gramática periférica. Uma possível explicação para esse comportamento nos dados pode ser o fato de que, no momento dessas gravações, coincidentemente tanto A.C. quanto G. estavam adoentadas, prejudicando a interação como um todo e, conseqüentemente, a produção lingüística de ambas. Espera-se que a análise do restante dos dados dos *corpora* retifique essa observação, mostrando que o padrão não-redundante de fato se mantém como gramática periférica.

Gráfico 14
Padrões de concordância de plural (# de ocorrências)



Qualitativamente, não há casos de elipses agramaticais; as elipses nominais só ocorrem a partir dos 2;8 meses, e são todas gramaticais. Os dados agramaticais são todos do tipo Xsg Npl ou Dsg Npl. O uso de determinantes preenchidos é consistente desde o primeiro inquérito analisado, mas há um aumento significativo do uso desses elementos a partir dos 2;1.¹⁷⁴ Além disso, essas crianças não utilizam numerais como primeira estratégia; o uso destes elementos só passa a ser mais freqüente após os 3;0 anos de idade nos dois *corpora*.

Observados assim, esses dados poderiam favorecer teorias anti-inatistas, que defendem a inexistência de parâmetros lingüísticos (na verdade, de um conhecimento inato especificamente lingüístico) e o uso de estratégias gerais de aprendizagem. No entanto, um olhar mais cuidadoso revela que há mais semelhanças entre os dados de E. e os de A.C. e G. do que nos mostram as aparências.

Em primeiro lugar, dissemos, em relação aos dados de E., que na mesma idade em que essa criança começa a produzir determinantes preenchidos e dados de concordância redundante, desaparecem os dados de elipse agramatical e diminui o uso de numerais como estratégia preferencial para marcação de plural. A.C. e G. não têm problemas com elipse, tampouco utilizam preferencialmente numerais para marcar pluralidade; mesmo assim, o aumento do uso de plurais nos dados dessas crianças

¹⁷⁴ Conforme apontado por Lopes (2006).

coincide com o aumento do uso de Ds preenchidos e com o aumento na produção do padrão redundante. A única diferença é a faixa etária: entre os 2;1 e os 2;3 anos para A.C. e G., entre os 2;6 e os 2;8 anos para E..

Segundo a análise de Lopes (2006), a idade estatisticamente relevante para A.C. e G. em relação à produção de plural é 2;8 anos – justamente a idade em que o padrão redundante passa a predominar. Logo depois, aos 3;0 anos, cai o uso do padrão não-redundante¹⁷⁵ e aumenta o uso de numerais. Essa idade é a mesma em que E. está produzindo todos os padrões simultaneamente e com frequências semelhantes, consolidando o padrão adulto um pouco mais tarde, por volta dos 3;2 anos.

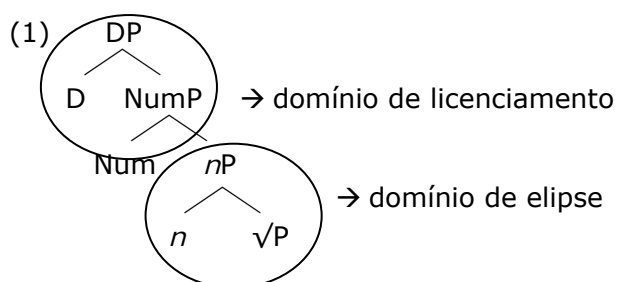
Conforme já mencionado, o uso de numerais aumenta nos dados de A.C. e G. a partir dos 3 anos, quando se estabiliza o padrão redundante como preferencial. Isso porque a estratégia inicial delas não é a mesma de E. (que utiliza o numeral como marcador de plural). Retomando o estudo de Miller (2007), essa autora mostra que as crianças chilenas, cujo *input* é variável, confiam muito no uso de numerais, quantificadores e outros indicadores lexicais para codificar plural, enquanto as crianças mexicanas, que têm acesso a um *input* homogêneo, não precisam desse tipo de recurso. Assim, pode-se supor que a estratégia de E. é devida ao *input* variável, que talvez seja a causa também do atraso na estabilização do padrão adulto em relação a A.C. e G.. O uso dos numerais feito por essas crianças é para fins de contagem e não de pluralização; por isso os numerais aparecem em menor proporção e mais tarde (quando elas já sabem, de fato, contar¹⁷⁶). Já E. precisa abandonar uma estratégia inicial, o que não implica necessariamente em refixar um parâmetro,¹⁷⁷ visto que essa é uma estratégia que existe na gramática-alvo, apenas não com *status* gramatical de um morfema livre.

¹⁷⁵ Ainda que, como apontado na nota 172, o desaparecimento desse padrão seja inesperado e provavelmente não se confirme quando da análise do restante dos dados dos *corpora*; a expectativa é que esse padrão se mantenha numa frequência de uso inferior à do padrão redundante.

¹⁷⁶ Wynn (1992) e Bloom & Wynn (1997) mostram que crianças a partir dos 5 meses já são capazes de executar mentalmente operações aritméticas simples como $1 + 1 = 2$. Já Houdé (1997) mostra que apenas crianças acima dos 3 anos são capazes de atingir uma performance verbal tão acurada quanto a performance visual das crianças de 5 meses, reportada por Wynn (1992). A interpretação dada pelo autor para os resultados relaciona-se à necessidade de aprendizagem lexical dos numerais e de como a língua específica da criança lida com número. Dessa forma, quando afirmamos que a criança já sabe contar, estamos nos referindo não à capacidade aritmética apenas, mas também ao apanhado de conhecimento lingüístico necessário.

¹⁷⁷ O capítulo 4 será dedicado à discussão sobre qual seria o parâmetro relevante para a concordância nominal.

Em relação aos dados de elipse nominal, A.C. e G. não têm problemas com esse tipo de construção, e talvez isso seja também por conta de um *input* mais estável. Saab (2004) explica o licenciamento de elipses nominais no espanhol a partir da seguinte estrutura de DP (p. 13):



Segundo esse autor, que adota os pressupostos da Morfologia Distribuída, elipse é a não-inserção de uma matriz fonológica no nível da Estrutura Morfológica sob identidade morfológica estrita com um antecedente. Apenas os traços que estão no domínio de elipse são computados para o estabelecimento de identidade e conseqüente licenciamento da elipse; assim, pode ser elidido um elemento nominal cujo antecedente não tenha o mesmo número do elidido, mas não pode haver elipse se houver discordância de gênero entre antecedente e elidido (assumindo-se, como Saab (2004), que gênero é propriedade das raízes ou de *n*).

Kornfeld & Saab (2004) afirmam que D e Num são necessários para licenciar a elipse nominal, e por isso jamais podem ser elididos. Mais especificamente, o determinante deve expressar traços flexionais variáveis para licenciar a elipse.¹⁷⁸ Além disso, para esses autores o traço de gênero é uma propriedade intrínseca das raízes, sendo apenas checado no curso da derivação sintática, ao passo que número é adquirido ao longo da derivação. A computação da identidade é estabelecida antes de *Spell-out*, ou seja, na sintaxe estrita, num passo derivacional no qual o afixo de número ainda não

¹⁷⁸ Os exemplos dados pelos autores são com os determinantes *qué* e *cuál*: *¿Qué / cuál libro de Borges te gusta?* y **qué / cuál e de Bioy es mejor?* Enquanto *qué* é invariável, *cuál* apresenta uma forma plural *cuáles*. Assim, a elipse nominal é possível apenas se licenciada por um determinante que expresse flexionalmente pelo menos número. Segundo esse modelo, nas variedades do PB nas quais o *que* determinante é pluralizável (p. ex. no interior de São Paulo e em Lages/SC), gerando estruturas como *ques criança mais querida(s)*, esse determinante deveria licenciar elipse.

tenha sido adquirido pelo elemento a ser elidido. Como o elemento elidido não poderá carregar o morfema de número, este se adjunge ao determinante após a elipse, já na Estrutura Morfológica.

Os casos de elipses agramaticais nos dados de E. envolvem, em sua maioria, estruturas com determinantes e numerais (*esse dois, caiu o dois, vô pegá o dois*). Na seção 3.2, sugerimos, seguindo Roeper (2006), que os primeiros determinantes produzidos pela criança sejam expletivos. Com isso, temos uma explicação para a agramaticalidade das elipses iniciais de E.: como esses determinantes são expletivos, não expressam traços flexionais variáveis (e não permitem a adjunção do afixo de número). Nesse caso, as elipses não deveriam ser licenciadas; no entanto, o que se verifica é o licenciamento das mesmas, porém numa forma impossível na gramática-alvo. Segundo Saab (2004), o afixo de número pode ser adjungido ao D após a elipse, na Estrutura Morfológica (cf. também Kornfeld & Saab), ou então pode haver a aplicação de algo como o *stranded affix filter* de Lasnik (1981), que eliminaria esse afixo na Estrutura Morfológica¹⁷⁹. Assim, o afixo seria eliminado, mas a criança pronunciaria a elipse mesmo assim; e de fato, a agramaticalidade de todos os dados reside justamente no fato de que os determinantes deveriam necessariamente aparecer marcados para plural, o que ocorreria se o afixo de número se adjungisse a D em lugar de ser eliminado.

O que se pode perceber na comparação entre os dados das três crianças é que, apesar das diferenças nas estratégias iniciais, a produção infantil iguala-se à gramática-alvo quando a criança passa a produzir determinantes preenchidos e o padrão redundante de concordância. O “atraso” observado nos dados de E. em relação às duas outras crianças encontra explicação e respaldo especialmente na comparação entre o espanhol chileno e o espanhol mexicano desenvolvida por Miller (2007): conforme apontado por Simioni (*op. cit.*), A.C. e G. são filhas de pais altamente escolarizados (com nível superior e/ou professores universitários), diferente de E., cujos pais possuem escolaridade média. Isso faz com que o *input* imediato das primeiras, por hipótese, seja

¹⁷⁹ Saab dá exemplos do espanhol (o fenômeno do *se* espúrio, cf. Bonet, 1991) nos quais ambas as opções de gerenciamento do afixo são possíveis e gramaticais: ou D aparece no plural, ou aparece no singular, em um contexto no qual é possível saber que o elemento elidido deveria estar no plural.

mais homogêneo e envolva maior frequência do padrão redundante do que no caso de E..

Também como consequência do tipo de *input*, após a fixação do parâmetro, E. tem como gramática nuclear o padrão não-redundante, enquanto para A.C. e G. a gramática nuclear envolve o padrão redundante. Contudo, E. mantém a gramática redundante como gramática periférica, assim como A.C. e G. mantêm a gramática não-redundante, de acordo com as idéias de Roeper (1999) e Yang (1999, 2004) sobre o acesso a múltiplas gramáticas durante a aquisição discutidas na nota 148. Essas gramáticas se mantêm no adulto por estarem relacionadas a registros de fala distintos.

Na verdade, só podemos *supor* que A.C. e G. mantenham o padrão não-redundante como gramática periférica. A previsão é que, se tivéssemos acesso à totalidade dos dados, não apenas veríamos a manutenção do padrão não-redundante, como também observaríamos, entre os 2;3 e os 2;8, o mesmo tipo de alternância entre padrões (inclusive o agramatical) encontrado nos dados de E.. A lacuna nessa faixa etária não permite que vejamos o período em que essas crianças passam a “analisar” os dados e fixam o parâmetro relevante.

Desse modo, pudemos mostrar que, apesar das diferenças nas estratégias iniciais das crianças na aquisição da concordância de número, motivadas por diferenças nas frequências de cada padrão no *input* disponível à criança, o processo de aquisição é relativamente homogêneo e depende dos mesmos tipos de dados acionadores. No próximo capítulo, discutiremos alguns dados translingüísticos, buscando uma explicação unificada para a concordância nominal nas gramáticas adultas e infantis baseada na teoria de concordância conforme apresentada no capítulo 2. Também discutiremos, ainda que tentativamente, o formato do parâmetro relevante para a concordância nominal e algumas questões deixadas em aberto ao longo dos capítulos precedentes, como o *locus* da interpretabilidade do traço de número.

CAPÍTULO 4

UM PARÂMETRO PARA A CONCORDÂNCIA NOMINAL

*“Vejo muitas outras coisas
que não ousou compreender.”
(Carlos Drummond de Andrade – O amor bate na aorta)*

Nesse capítulo final, exploraremos algumas hipóteses quanto à aquisição da concordância nominal de número a partir de dados translingüísticos. Na seção 4.1, trabalharemos com duas hipóteses: a hipótese de que a interação entre traços formais e sua manifestação morfológica nas diferentes línguas tem efeito sobre a gramática infantil (gerando os padrões agramaticais encontrados na aquisição do PB, por exemplo), e a hipótese de Miller (2007) de que um *input* variável envolvendo uma forma zero causa atraso na produção do morfema de plural e sua interpretação como “mais de um”. Na seção 4.2, discutiremos, tentativamente, em que poderia consistir o parâmetro da concordância nominal e qual seria o dado acionador desse parâmetro.

4.1 A HIPÓTESE DA INTERAÇÃO DE TRAÇOS E A INFLUÊNCIA DO *INPUT*

Vimos, no capítulo 3, que há três padrões de marcação de número na fala das crianças adquirindo o PB:

- (1) Marcação de número não-redundante, apenas em D;
 - a. trouxe as faca pra cortar (G., 2;3)
 - b. escapou dos homem (A. C., 3;7)
 - c. tô com as tracinha pra lá (E., 3;5)

- (2) Marcação de número redundante, em todos os elementos do sintagma;
 - a. são as letrinhas (G., 2;8)
 - b. vou guardar os anéis (A. C., 2;1)
 - c. eu boto as coisas aqui (E., 3;2)

(3) Marcação de número agramatical, apenas em N.

- a. é o três passarinhos (G., 2;3)
- b. eu pinteí muita cores (A. C., 3;0)
- c. aquilo que tem no ouvido da pessoas (E., 3;3)

Vimos ainda que há uma tendência de que esses três padrões co-ocorram na fala infantil; no entanto, não há homogeneidade entre as crianças no que tange à ordenação de emergência dos padrões, tampouco em relação à frequência de cada um deles na produção oral da criança. Isso pode ser explicado em função da variabilidade no *input*: um *input* variável gera um *output* também variável, e a frequência de cada um dos padrões no *input* determina qual será a gramática nuclear e qual será a gramática periférica. Observe-se, por exemplo, que o primeiro padrão a emergir na fala de E. é o não-redundante, que se consolida como gramática nuclear dessa criança após a fixação paramétrica; da mesma forma, nos dados de A.C. e G. o primeiro padrão a emergir é o redundante, o qual também consiste na gramática nuclear desses sujeitos após a fixação do parâmetro.

Todavia, isso não explica tudo, pois inicialmente o que se observa são frequências muito próximas de produção de cada um dos padrões, inclusive do padrão agramatical, que não está disponível no *input*. Nesse caso, assumimos que este padrão surge na fala da criança quando ela passa a “analisar” os dados quanto à concordância e manipular os traços formais e a morfologia a eles relacionados. Exemplos disso nos dados de E. foram elencados na página 111; quanto a A.C. e G., conforme dito no final do capítulo 3, espera-se que haja o mesmo tipo de fenômeno na faixa etária entre os 2;3 e os 2;8 anos, a cujos dados não tivemos acesso ainda pelos motivos explicitados na nota 170. De qualquer forma, no período imediatamente anterior e em toda a amostra posterior disponível dos dados dessas crianças, vemos que as ocorrências agramaticais são em número bastante baixo (conforme Gráfico 14), podendo, inclusive, ser creditadas à *performance*, da mesma forma como nos dados de E. também se observam algumas

poucas ocorrências agramaticais após a fixação paramétrica, as quais têm o mesmo *status* das ocorrências encontradas nos dados de A.C. e G..¹⁸⁰

No final do capítulo 2, confrontamos algumas propostas para o tratamento da concordância de número no DP. Naquele momento, adotamos a idéia de uma projeção funcional NumP, que seria responsável pelos traços de número. Procuramos mostrar que a postulação da categoria Num possui motivação independente, uma vez que, por exemplo, há línguas em que número é expresso por um morfema livre. No capítulo 3, vimos que a estratégia inicial de E. para marcação de número consiste no emprego do numeral “dois”, usado como um morfema livre, um item funcional para indicar “mais de um”, e não como um item lexical substantivo que denota uma quantidade exata. Esse tipo de dados também reforça a existência do núcleo Num.

A idéia de uma categoria independente responsável pelos traços de número e sua interpretação semântica evita algumas hipóteses incômodas, como a da parametrização do núcleo de interpretabilidade deste traço,¹⁸¹ proposta por Magalhães (2004); o traço de número seria universalmente interpretável em Num.¹⁸² Além disso, elimina-se a discussão sobre a relação entre marcação morfológica e núcleo de interpretabilidade. Devemos ressaltar novamente que essa discussão não deixa de ser válida; no entanto, o que temos visto na literatura é um embate aparentemente sem solução, visto que há línguas nas quais número se manifesta em D, outras em N, outras em todos os elementos, e outras ainda como um morfema livre.¹⁸³ Se número for interpretável em D ou N, que, a depender da língua analisada, podem ou não receber marcação de número, torna-se difícil explicar marcas que aparecem onde não seria esperado (ou que não aparecem onde seria esperado).

¹⁸⁰ Conforme já dito, os dados agramaticais prévios à faixa etária em que E. passa a “analisar” os dados são, na maioria dos casos, dados de elipse agramatical.

¹⁸¹ Esta hipótese é incômoda porque, ao menos em princípio, pressupõe um parâmetro *default* que deveria ser posteriormente refixado, ou, caso não se assuma um *default*, a pressuposição ainda assim é de que em algumas línguas haveria refixação do parâmetro.

¹⁸² Contrariamente a Chomsky e a Lopes (2004, 2006).

¹⁸³ Uma língua cuja gramática permitisse marcação opcional em D ou em N na fala adulta consistiria numa evidência interessante tanto para os dados de aquisição quanto para os dados de fala adulta. Todavia, de acordo com nossas pesquisas até o momento, tal língua parece não existir; isto pode significar que a GU de fato não permita essa alternância em uma mesma gramática, o que excluiria, em princípio, essa co-ocorrência.

A partir disso, cremos que uma explicação para os dados de fala adulta seja razoavelmente direta: como o PB não tem um morfema livre que corresponda a Num, esta marcação recai sobre D, que é um núcleo-TE responsável pelos traços de definitude e referencialidade e que constitui a ponte com a interpretação semântica na interface. Podemos assumir a hipótese de Costa & Figueiredo Silva (2002) segundo a qual esse morfema é um *singleton* para justificar sua manifestação apenas em D. Nas variedades em que o morfema de número recai sobre todos os elementos flexionáveis do sintagma, podemos assumir que esse morfema seja dissociado.

Quanto à gramática infantil, a existência do padrão agramatical atestada nos dados pode, ainda que tentativamente, ser explicada nos seguintes termos: pode-se, por exemplo, imaginar que o fato de o morfema de plural ser um *singleton* em algumas variedades do PB tenha algum tipo de influência. Pode-se imaginar também que o traço de gênero gramatical, aliado ao traço de número, tenha algum efeito na gramática infantil (visto que, em PB, o gênero é um morfema dissociado). Questões fonológicas, como a maior saliência dos nomes, também podem estar em jogo.

Se pensarmos na concordância de número na gramática adulta de outras línguas, veremos que em italiano, por exemplo, não existe a possibilidade, como no PB ou em inglês, de marcar número apenas em D ou N; a marca deve estar manifesta sobre todos os elementos do sintagma. Da mesma forma no PE e em espanhol.¹⁸⁴ A hipótese, então, é de que nas línguas em que isso ocorre, o morfema de número seria dissociado. Já para o inglês, como colocado em outros momentos do texto, deveríamos supor a existência de um morfema zero de número nos determinantes. Como é sabido, em nenhuma dessas línguas a marcação de número é feita através de um morfema livre.

Que o traço de gênero exerça algum papel também parece plausível: os estudos de Corrêa, Name e Ferrari Neto (2004), por exemplo, apontam que o gênero gramatical

¹⁸⁴ Ao menos no espanhol da Espanha; conforme veremos, há evidências de que algumas variedades americanas do espanhol se comportem como o PB (Marrero & Aguirre, 2003; Miller, 2007), assim como o espanhol caribenho e o espanhol falado na Andaluzia e nas Ilhas Canárias. Em todas essas variedades, o /s/ é aspirado e/ou sofre um processo de enfraquecimento. Isso não equivale a dizer que esse morfema é um *singleton*; no entanto, é possível que o enfraquecimento do /s/ final nessas variedades do espanhol tenha efeitos semelhantes aos observados na aquisição do PB, especialmente o surgimento de padrões agramaticais. Retornaremos a esse ponto.

é reconhecido muito cedo em D, o que assinala para a criança essa categoria funcional, que será então usada por ela para delimitar o sintagma. Número gramatical é reconhecido posteriormente, e possivelmente seu reconhecimento seja facilitado de alguma forma pelo gênero. Ora, em italiano, a marcação morfológica de número e gênero se dá através de um mesmo morfema, e é fato que crianças adquirindo o italiano apresentam poucos problemas com a representação gramatical seja de gênero, seja de número (exceto nos verbos;¹⁸⁵ cf. p. ex. Pizzutto & Caselli, 1992).

Uma hipótese a ser investigada é a de que o fato de gênero e número serem ambos morfemas dissociados em italiano tenha conseqüências para a aquisição da gramática infantil. Em relação ao inglês, sabe-se que essa língua não apresenta manifestação morfológica de gênero. Sabe-se também que, contrariando o senso comum, apesar de esta ser uma língua de morfologia pobre, as crianças demoram a dominá-la (o que ocorre após os 3 anos de idade, segundo Radford, 1990). Finalmente, talvez a diferença entre o PB e línguas como o espanhol e o PE esteja justamente no fato de o morfema de número ser um *singleton* em PB; os efeitos da interação entre um *singleton* de número e um morfema dissociado de gênero podem ser diferentes dos efeitos da interação entre dois morfemas dissociados (assumindo-se que o morfema de gênero seja dissociado nas três línguas). A hipótese da interação de traços, então, prevê que em línguas nas quais o morfema de número é um *singleton* e o morfema de gênero é dissociado, haverá, durante a fase de “análise” dos dados de concordância pela criança (pré-fixação paramétrica), produção de formas agramaticais na gramática-alvo. Caso esta hipótese esteja correta, crianças adquirindo o espanhol e o PE não deveriam, em princípio, apresentar padrões agramaticais.

Nas próximas seções, apresentaremos dados de diversas línguas, mostrando que a hipótese da interação de traços e a hipótese da influência do *input* variável podem, de fato, servir como explicação para as diferenças observadas entre as línguas.

¹⁸⁵ Isso pode ser explicado pelo fato de que nos verbos o traço de número é indubitavelmente não-interpretável. Entretanto, chamam a atenção os dados de marcação de número apenas no verbo no espanhol, apresentados por Marrero & Aguirre (2003). Um exemplo é *la nube queman*, produzido por Magín. A existência de dados como este com alguma frequência abriria um precedente para que se reavaliasse a idéia de que os traços- ϕ são não-interpretáveis nas categorias verbais.

4.1.1 INGLÊS

Ferenz & Prasada (2002) afirmam que as crianças adquirindo o inglês começam a produzir formas flexionadas para plural a partir dos 1;10 anos; segundo Brown (1973), esse emprego passa a ser sistemático a partir dos 2;0 anos. Nesse período, a criança passa a associar o /s/ à representação gramatical de “mais de um” em sua produção lingüística, de acordo com Ferenz & Prasada (*op. cit.*). No entanto, apenas após os 3;0 anos a criança associa sistematicamente a marca de plural à interpretação de “mais de um” na compreensão lingüística, como apontam Kouider *et. al.* (2006).

Moore (1979) testou a produção e a compreensão do morfema de plural em crianças adquirindo o *African American Vernacular English* (AAVE); nessa variedade do inglês, há uma tendência de que o morfema de plural seja omitido,¹⁸⁶ fazendo com que as crianças tenham um *input* variável. Os resultados desse estudo mostram que as crianças entre os 4;6 e os 7;4 anos adquirindo o AAVE omitem, na produção espontânea, entre 50 e 55% das marcas de plural nos nomes. Em um experimento no estilo daquele realizado por Berko (1958),¹⁸⁷ Moore descobriu que as crianças nessa faixa etária produzem plural 67% das vezes com palavras conhecidas e apenas 35% com palavras novas; num experimento de compreensão com a mesma faixa etária, Moore verificou que as crianças associam o /s/ à interpretação de “mais de um” apenas 55% das vezes. Esse número sobe para 80% aos 8;0 anos.

Comparando os resultados de Ferenz & Prasada (*op. cit.*) e Kouider *et. al.* (*op. cit.*) com os de Moore (*op. cit.*), percebemos que as crianças adquirindo o AAVE, cujo *input* é variável, apresentam uma produção também variável e demoram mais para convergir na interpretação do morfema de plural como “mais de um”.

¹⁸⁶ Há uma forma zero nos termos de Miller (2007); ver seção 4.1.3.

¹⁸⁷ O estudo de Berko (1958) é o famoso *wug*-test, no qual se testou a capacidade das crianças de pluralizar um nome novo. O experimento era feito da seguinte forma: uma figura de algo desconhecido (inventado) era mostrada à criança; o entrevistador então dizia “Este é um *wug*” (ou outro logatoma, como *blicket*). A seguir, apresentava-se à criança uma nova figura, com dois elementos idênticos e idênticos ao mostrado na primeira vez, e o entrevistador dizia: “Now there are two of them, there are two ____”. A criança devia completar a frase pluralizando o logatoma. Berko (*op. cit.*) testou o uso do /s/ de plural e seus alomorfes, que estão em distribuição complementar no inglês, e mostrou que a criança demora mais para produzir corretamente o alomorfe /es/, cujo uso é menos freqüente.

Por fim, em relação à produção de determinantes, temos que os determinantes indefinidos emergem antes dos definidos; esses últimos, segundo Radford (1990), surgem na fala infantil a partir dos 3;0 anos apenas.

4.1.2 ITALIANO

Hyams (1986a) aponta que os processos de concordância entre sujeito e verbo e de concordância interna ao DP são produtivos desde cedo em italiano em oposição ao inglês. Essa autora propõe que existe um parâmetro para a aquisição da morfologia flexional: o parâmetro da raiz, segundo o qual uma raiz verbal constitui uma palavra bem-formada ou não. Segundo esse parâmetro, o inglês tomaria o valor positivo, pois as raízes nessa língua podem ser usadas sem nenhum afixo, em sua forma “nua”. Já em italiano, o parâmetro toma o valor oposto, pois todas as formas verbais em todos os tempos e modos requerem um sufixo. A quantidade de elementos flexionais existentes no italiano torna essa língua intuitivamente mais complexa do que o inglês; no entanto, o que se observa é que as crianças adquirindo o italiano dominam a morfologia flexional bem mais cedo do que aquelas adquirindo o inglês.

A explicação de Hyams baseia-se na distinção entre gramática nuclear e gramática periférica: a morfologia flexional é uma propriedade nuclear do italiano, mas é periférica no inglês. Assim, uma criança adquirindo inglês inicialmente fixa o parâmetro no valor positivo, devendo “relaxar” o parâmetro para acomodar a existência, na língua, de algumas formas flexionadas; isso causaria, segundo Hyams, o atraso na consolidação da gramática-alvo no inglês em comparação ao italiano.

Pizzuto & Caselli (1992), analisando três *corpora* abrangendo uma faixa etária entre 1;4 e 3;0 anos, procuram refutar a análise de Hyams, mostrando que a aquisição dos elementos de concordância é lenta e gradual também em italiano, desconfirmado uma abordagem paramétrica. Em relação à concordância entre determinante e nome, as autoras apontam que há um número considerável de omissões (chegando a 81% em alguns casos) e erros na escolha desse elemento (chegando a 13%).

No entanto, um olhar mais cuidadoso mostra que há entre 3 e 4% de erros de concordância entre artigo e nome apenas. Inicialmente (até os 2;2, aproximadamente), as crianças por vezes empregam formas subespecificadas (protodeterminantes) ou omitem esses elementos; é justamente durante o período das formas subespecificadas que se observam incongruências na concordância entre artigo e nome.¹⁸⁸ Após esse período, há poucos casos de omissões e erros de concordância. O que se observa é a eventual escolha equivocada do artigo masculino, que conta com três formas no singular e duas no plural, cuja escolha é fonologicamente condicionada; são justamente esses os determinantes que as crianças erram. O artigo feminino *la* e sua forma plural *le*, invariáveis, são adquiridos rapidamente e sem erros.¹⁸⁹ Ou seja: não há problemas com a categoria D e sua representação, tampouco com o estabelecimento da concordância; o que há é a necessidade de aprendizagem lexical das formas masculinas do artigo definido.

4.1.3 ESPANHOL

Conforme já mencionado no capítulo 3, Miller (2007) investigou a influência de *input* variável na produção e compreensão do morfema de plural no espanhol chileno e no espanhol mexicano. A autora trabalha com a seguinte hipótese, adaptada do modelo variacional de Yang (2004): um morfema gramatical cujo uso é sujeito a regras variáveis (regidas por fatores lingüísticos e extralingüísticos) e que é ambíguo (envolve uma forma zero) será adquirido mais tarde em relação a uma forma gramatical produzida consistentemente. A previsão dessa hipótese é que, durante o período de desenvolvimento, haverá variação entre as crianças, condicionada pela experiência lingüística de cada uma.

¹⁸⁸ E ainda assim os erros não são sistemáticos; as crianças muitas vezes empregam a vogal correta como protodeterminante, inclusive no plural: *a (=la) tomba* (C., 1;9), *e (=le) pile* (F., 1;8), *a (la) mucca* (M., 1;11).

¹⁸⁹ Isso não quer dizer que as crianças tenham problemas com a representação de gênero; ao contrário, segundo Pizzuto & Caselli (*op. cit.*), gênero é adquirido muito rápido não apenas nos nomes e determinantes, mas também nos clíticos, possessivos e demais elementos.

Segundo Miller (*op. cit.*), há aspiração e apagamento da coda /s/ em todos os níveis sociais no espanhol caribenho (Cuba, República Dominicana¹⁹⁰ e Porto Rico), no sul da Espanha (região da Andaluzia), nas Ilhas Canárias, no Chile, na Argentina, no Uruguai e Paraguai (para mais detalhes, ver nota 162). Em relação ao espanhol chileno, os experimentos de compreensão realizados pela autora mostram que, se houver ao menos uma marca de plural no DP, os adultos o interpretarão como plural.

Os resultados quanto à produção¹⁹¹ mostram que as crianças e os adultos chilenos apresentam produção variável, ao passo que adultos e crianças mexicanas têm produção sistemática do morfema de plural. Não houve diferenças, no espanhol mexicano, relacionadas à classe social; já no Chile, percebeu-se que os adultos e crianças da classe trabalhadora omitem mais o morfema de plural do que os adultos e crianças de classe média.¹⁹² Além disso, as crianças de classe média produzem mais [s] do que as crianças da classe trabalhadora e do que os adultos das duas classes.

Comparando a produção adulta e infantil, temos que a variação na fala adulta é regida por fatores extralingüísticos como estilo, informação independente de número (p. ex. numerais ou quantificadores), categoria sintática e ordem. A variação observada na fala das crianças da classe trabalhadora é regida apenas pela categoria sintática (maior omissão do /s/ nos nomes do que em D); já as crianças da classe média têm sua variação influenciada por estilo e informação de número independente. Finalmente, todos os adultos e crianças têm sua produção de [s] vs. [h] influenciada por categoria sintática e estilo (produzem mais [s] nos determinantes e em registros de fala menos coloquiais).

¹⁹⁰ Neste país, a perda do /s/ final está mais adiantada: não há mais produção dessa coda em nenhum final de palavra. A produção desse /s/ é tida como hipercorreção e é chamada *hablar fino* (de "hablar fino"). Os falantes dessa variedade do espanhol acrescentam a coda /s/ mesmo a palavras que não carregam marcação de número, como advérbios (*aquis* em lugar de *aquí*) e numerais (*sietes* em lugar de *siete*). Além disso, por vezes o /s/ é utilizado mesmo quando o referente de um nome é singular.

¹⁹¹ Foram realizados três tipos de coleta de dados: uma tarefa de repetição, uma de nomeação e uma amostra de fala natural.

¹⁹² As classes sociais foram determinadas com base na profissão dos pais das crianças e no valor das mensalidades da escola freqüentada pela criança. As profissões dos pais da classe trabalhadora incluíam secretários, pescadores, açougueiros, militares de baixa patente, taxistas e zeladores; as da classe média incluíam militares de alta patente, médicos, professores universitários, advogados e *business*. As crianças da classe trabalhadora freqüentavam pré-escolas e creches públicas e gratuitas, enquanto as crianças da classe média freqüentavam escolas privadas consideradas de prestígio e cujos valores de mensalidades estavam entre os mais altos da cidade.

Assim, podemos concluir que a variação infantil é diferente da variação adulta,¹⁹³ e que a variação entre as crianças também não é idêntica, corroborando a previsão feita pela hipótese da autora.

No que tange à compreensão, as crianças mexicanas aos 5 anos já atingiram a gramática-alvo; as crianças chilenas da classe trabalhadora não associam nem [h] nem [s] à interpretação de “mais de um”, independente do tipo de NP (definido, indefinido, com posse alienável, nomes nus singulares e plurais, etc.). As crianças chilenas da classe média associam indefinidos plurais a “um”, e evitam o uso de indefinidos ao fazer referência a mais de um elemento (preferem o nome nu plural: *una vaca* vs. *unas vacas* / *vacas*). Por outro lado, essas crianças associam [s] e [h] à interpretação de “mais de um” em DPs definidos e nomes nus. O problema com os indefinidos pode ser devido à sua semelhança com o numeral “um”. Finalmente, a percentagem de crianças que associa [s] ou [h] a “mais de um” varia a cada experimento, não sendo possível determinar se uma das duas formas é adquirida primeiro, nem como a criança adquire a aspiração. A autora conclui que a variabilidade no *input* envolvendo formas zero de fato causa atraso na compreensão do morfema gramatical, confirmando sua hipótese.

Sugerimos, na nota 183, que o fenômeno do enfraquecimento poderia gerar, em algumas variedades do espanhol, efeitos semelhantes aos observados na aquisição da concordância de número no PB. Miller (2007) não aponta a existência de ocorrências do tipo Dsg Npl na produção das crianças chilenas; contudo, isso não significa que tais ocorrências não existam, pois a faixa etária dos sujeitos que participaram dos experimentos de produção varia entre os 4;5 e os 5;11 anos, idades em que também não encontramos mais ocorrências de padrões agramaticais no PB.

Marrero & Aguirre (2003) analisam 3 *corpora* longitudinais quanto à concordância nominal de número e postulam 3 estágios na aquisição deste fenômeno: um primeiro estágio sem marcação de plural (equivalente ao estágio singular *default* proposto por Lopes (2004, 2006)), um estágio de marcação única, em N ou em D, e finalmente o

¹⁹³ Segundo Miller (*op. cit.*), a previsão é que as crianças adquirem as restrições linguísticas antes das extralinguísticas, e é isso que causa diferenças entre a variação adulta e infantil.

estágio de extensão das marcas, no qual se observa o estabelecimento da concordância de fato.

Os estágios parecem semelhantes aos encontrados no PB, especialmente porque essas autoras admitem que os estágios não são estanques, podendo haver o emprego de padrões redundantes durante o segundo estágio. No entanto, uma observação mais atenta dos dados nos mostra que cada uma das crianças tem uma estratégia diferente para codificar plural nos DPs. As duas crianças de Madrid iniciam marcando número apenas nos nomes: María utiliza a oposição \emptyset /-s, típica da gramática adulta, a partir dos 1;9 anos (*a mano / a manos; e mimo / e mimos; ete poquí / ete poquís*). O sistema de artigos dessa criança é pouco desenvolvido, contando apenas com protoartigos. Magín também começa a marcar plural a partir dos 1;9, mas usa a oposição \emptyset / -e(s), ou seja, o alomorfe utilizado para pluralizar nomes terminados em consoante. Já Idaira, das Ilhas Canárias,¹⁹⁴ começa a marcar plural apenas aos 3;0 anos, e utiliza a oposição singular/plural apenas no artigo; seu sistema de determinantes é o mais desenvolvido dentre as três crianças.

A expectativa de que a criança das Canárias demore mais do que as madrilenhas para convergir na gramática adulta por conta do *input* variável se confirma, mas María e Magín, por terem um *input* homogêneo quanto à representação de plural e por estarem adquirindo uma língua em que número e gênero são ambos morfemas dissociados, não deveriam produzir padrões agramaticais. Padrões agramaticais nessa variedade do espanhol são tanto as formas Dsg Npl quanto as formas Dpl Nsg; levando-se em conta a proposta para a concordância nominal estabelecida no capítulo 2, seria esperado que essas crianças, caso iniciassem marcando plural em um elemento do DP apenas, o fizessem em D.

Novamente, um olhar mais cuidadoso revela que as expectativas, na verdade, se confirmam. Segundo as autoras, María entra no estágio de extensão das marcas aos 2;0 anos, e Magín, aos 1;11. No caso de María, entre 1;10 e 2;1 anos diminui consideravelmente o número de omissões de D e, junto com ele, o número de erros de

¹⁹⁴ Variedade do espanhol que conta com aspiração da coda /s/, conforme já mencionado.

concordância de número entre D e N. Essa criança produz formas agramaticais, portanto, por um período de 3 meses apenas, e esse período coincide com a transição do uso de protoartigos para um sistema de determinantes desenvolvido. Conforme vimos no capítulo 3, o surgimento de determinantes definidos na fala da criança é um *trigger* para a fixação paramétrica, bem como o aumento da produção de formas redundantes, que também se observa na fala dessa criança. Quanto a Magín, ele produz erros de concordância entre 1;9 e 1;11 anos apenas, estabilizando-se na gramática-alvo a partir dos 2;0 anos. Não se observa, na fala dessa criança, omissão de determinantes ou uso de protoartigos; note-se que o período de “análise” da concordância para essa criança é bastante curto, de apenas dois meses.¹⁹⁵

Lleó (2006) apresenta evidências de que os padrões observados nas duas crianças madrilenhas é fruto de restrições fonológicas e não sintáticas. Essa autora analisa três *corpora* de crianças adquirindo espanhol. Duas delas (José e María) usam o alomorfe –*e(s)*, geralmente sem o –*s*, mesmo tipo de marcação de plural empregado por Magín, para marcar plural nos nomes. Ambas as crianças produzem plural em níveis bem abaixo do que os contextos obrigatórios exigiriam. A terceira criança, Miguel, usa a forma –*s*, de acordo com o *input*, pois há mais palavras terminadas em vogal do que em consoante no espanhol. A partir de 1;10, essa criança produz plurais nos nomes em quase todos os contextos obrigatórios.

Em estudo anterior (2003), a autora mostra que essas mesmas crianças apresentam padrões diferentes de produção de codas consonantais: José e María produzem menos codas consonantais do que Miguel. Lleó (2006) aponta que a produção de codas consonantais emerge antes da produção das codas plurais nas três crianças, e os níveis de produção são os mesmos: as duas crianças que produzem menos plurais também produzem menos codas consonantais em todos os contextos, ao passo que Miguel produz ambos os tipos de coda em altas frequências.

¹⁹⁵ Marrero & Aguirre (*op. cit.*) não apresentam um detalhamento dos dados de Idaira, não sendo possível, portanto, observar o desenvolvimento do sistema de concordância nessa criança. A previsão é que seu comportamento lingüístico espelhe o das crianças chilenas.

A autora também examina os dados de duas crianças bilíngües espanhol-alemão. O sujeito Jens começa a marcar plural nos nomes em espanhol com 1;10 anos, em percentagens altas; Simon começa um pouco mais tarde, aos 2;0 anos, também com percentagens altas. Em relação às codas, também se observa que primeiro surgem as codas consonantais, depois a coda plural.

As diferenças entre os sujeitos são, portanto, as seguintes: os bilíngües chegam a 100% de marcação de plural nos nomes muito cedo; já os monolíngües que não produzem codas consonantais regularmente começam marcando plural nos nomes terminados em consoante por meio do alomorfe *-e(s)*, e a criança que produz altos níveis de todas as codas produz tanto plural em nomes terminados em vogal quanto em nomes terminados em consoante mais cedo e com maior freqüência.

Em relação à concordância de plural, Miguel começa a produzir determinantes, numerais e adjetivos a partir dos 2;0 anos. Nas ocorrências de artigo + nome, há 42 ocorrências entre 2;0 e 3;0 anos; 69% com marca de plural redundante e 31% com marca apenas no nome. Todos os nomes iniciados por vogal são precedidos por um determinante plural, e 100% dos determinantes sem marca de plural precedem nome iniciado por consoante. Ou seja: aparentemente, a fonologia, e não a sintaxe, está condicionando o aparecimento de marcação de plural nos determinantes. Veja-se o fato de que a maioria absoluta de Num + N e Adj + N recebe marcação redundante.

José, por sua vez, também começa a produzir determinantes aos 2;0 anos. Segundo Lleó (2006), a forma do artigo pode ser interpretada como plural apesar da ausência de /s/: [lo] = los, [uno] = unos. A única ocorrência de /s/ em determinantes é diante de vogal: [los animales]. Aos 2;3 anos, surgem os numerais, sempre sem a coda /s/: [do gatito], [do pájaro].¹⁹⁶

Em relação aos sujeitos bilíngües, há comportamentos diferentes: Jens produz a maioria das concordâncias necessárias desde o início da produção de plurais; já Simon

¹⁹⁶ Observe-se, em relação a isso, que o sujeito E. analisado no capítulo 3 também apresenta pelo menos uma ocorrência de elisão do /s/ intrínseco ao item lexical *duas* (*dua pernas*, 2;11). No entanto, não é possível dizer, como no caso de José, que essa elisão seja provocada por fatores fonológicos, uma vez que há vasta evidência da produção dessa coda por E. desde o primeiro inquérito analisado. Dessa forma, mantemos nossa afirmação de que essa elisão é sinal de que a criança está manipulando traços formais de concordância.

começa a produzir demonstrativos e numerais aos 2;2, mas nem sempre marca plural em N: *cuatro jirafa, estos papel*. Aos 2;3 surgem as marcações redundantes nesses contextos, e daí em diante Simon segue a gramática-alvo. No que tange aos determinantes, no entanto, até os 2;6 anos estes são protoartigos; após a primeira ocorrência de um artigo plural, ele passa a produzir todos os artigos plurais necessários. Lleó (2006) explica a ausência de plural nos determinantes pelo fato de estes serem protoartigos, os quais são formas subespecificadas que não permitem expressão de número ou mesmo gênero. A presença de protoartigos é explicada da seguinte forma:

In order to understand the special status of determiners and their consequences in the case of this particular child, it is important to notice that in the target language most of the articles (the monosyllabic ones) constitute an unfooted syllable. Lleó (2002) shows that German children tend to truncate the unfooted syllables of Prosodic Words, much more often than Spanish children do, but that some Spanish-German bilinguals truncate unfooted syllables in Spanish to the level that German monolinguals do. This is the case for Simon, who had high percentages of unfooted syllable truncation in Spanish. Moreover, Lleó (2003a) shows that unfooted syllables corresponding to the articles are produced relatively soon by all Spanish monolingual children and some bilinguals, too. [...] Simon produces high percentages of fillers until a relatively advanced age: at 2;2, his fillers still reach almost 100% in contexts, in which an article would be necessary. Obviously, such a weak and unspecified syllable is not suited to express plurality, or even gender. What is more crucial: in Lleó (2003a, 2003b) I have postulated that, whereas children like Miguel soon analyze the article + noun as a PPh [Prosodic Phrase], other children, like Simon, dwell longer on an analysis of article + noun as a simple PW [Prosodic Word]. This can explain the lack of agreement in the article, kept by Simon for quite a long time, i.e., plural marking is allowed only once within the Prosodic Word. If the child analyzes the article as belonging to the PW, no plural mark is allowed on the article, as otherwise there would be double marking on the PW. But once the child is able to represent the article as being adjoined to the PPh, the article can bear the plural ending, too. This, again, makes clear that prosody conditions morphology, i.e., the acquisition of morphology depends on how advanced the child is in his prosodic development (Lleó, 2006, p. 213-214).

É possível concluir que o desenvolvimento da morfologia depende crucialmente do desenvolvimento fonológico: apenas crianças que produzem codas consonantais consistentemente conseguem empregar o /s/ de plural;¹⁹⁷ as que não o fazem, também

¹⁹⁷ Freitas *et. al.* (2001) apresentam resultados opostos para a aquisição de codas fricativas morfológicas no PE: segundo esses autores, as codas fricativas morfológicas são adquiridas mais cedo tanto em sílabas tônicas quanto em sílabas átonas no final de palavra, seguidas pelas codas fricativas lexicais tônicas e átonas em final

expressam concordância de forma restrita, por meio de formas que são reconhecíveis como plurais, mas que não apresentam a forma /s/. E mesmo crianças com produções ricas em codas e formação de plural em nomes isolados podem apresentar problemas com a concordância entre nome e determinante devido a questões fonológicas. Assim, o estágio de marcação única proposto por Marrero & Aguirre (*op. cit.*) não tem natureza sintática, mas sim fonológica.

4.1.4 OUTRAS LÍNGUAS

O trabalho de Freitas & Miguel (1998) sobre o PE aponta que as crianças iniciam marcando plural nos nomes, possessivos e demonstrativos a partir dos 1;4 anos. A produção de determinantes inicia aproximadamente aos 1;5, porém mediante o uso de protoartigos; o estabelecimento de concordância de número com os determinantes começa a partir de 1;11 anos, e a partir daí não são encontrados casos de marcações não-esperadas na gramática-alvo.

Sobre a aquisição do alemão, Poeppel & Wexler (1993) afirmam que inicialmente há poucos verbos no plural e raros sujeitos plurais na produção infantil. Ewers (1999), Niedeggen-Bartke (1999) e Wegener (1995) mostram que há oito alomorfes de plural para os nomes em alemão, nenhum deles fonologicamente condicionado; essa alomorfia lexicalmente determinada causa aquisição tardia (segundo Park (1978), as crianças não dominam a pluralização dos nomes em alemão antes dos 5 anos). Esses fatos estão de acordo com as previsões da Hipótese da Aprendizagem Lexical, de Clahsen (1991).

Muller (1994), trabalhando com crianças bilíngües falantes de francês e alemão, mostra que uma estratégia inicial da criança para expressar pluralidade nas duas línguas consiste no uso de numerais (1;10 – 2;3): observa-se que os nomes são usados no plural ou no singular a despeito do numeral que os acompanha; todavia, os numerais são

de palavra, depois as codas fricativas mediais em sílaba tônica, e finalmente as codas fricativas mediais em sílaba átona. A previsão, seguindo apenas as condições fonológicas, seriam de surgimento das codas fricativas tônicas em posição medial, seguidas pelas codas fricativas tônicas em final de palavra, codas fricativas átonas em posição medial e, por último, codas fricativas átonas em final de palavra. Ou seja: o fato de a coda fricativa ter função morfológica em PE parece acelerar sua produção. Höhle & Weissenborn (1998) afirmam que sílabas átonas funcionais são percebidas pela criança bem mais cedo do que o esperado em termos fonológicos.

referencialmente adequados, ou seja, numerais plurais (*dois*) são usados em contextos plurais e o numeral *um* é usado em contextos singulares. Em relação ao alemão, é possível supor que essa variação na forma dos nomes tenha relação com o que foi dito anteriormente sobre aprendizagem lexical. Quanto ao francês, sabe-se que número normalmente só é expresso nos determinantes na fala.

O fato mais interessante é que as duas crianças estudadas começam a marcar redundantemente gênero e número nas duas línguas apenas nos DPs com determinantes definidos, após a transição do uso de protoartigos para um sistema de determinantes mais complexo (a partir dos 2;6 anos). Nenhuma das crianças emprega determinantes definidos singulares diante de nomes plurais em nenhuma das línguas, nem determinantes plurais com nomes singulares. Em relação à concordância de gênero, as crianças cometem pouquíssimos erros na escolha do determinante definido nas duas línguas. Esses fatos também corroboram a hipótese de que o uso de determinantes preenchidos seja um *trigger* para a fixação do parâmetro da concordância.

Todavia, os determinantes indefinidos não seguem o mesmo padrão dos definidos, nem em relação a gênero, nem a número. Aparentemente, as crianças tratam esses elementos como substantivos e não como gramaticais. O fato de que os indefinidos muitas vezes aparecem com nomes plurais na fala dessas crianças, na mesma idade em que a concordância com os determinantes definidos passa a ser igual à da gramática-alvo, sugere que elas os estejam tratando como numerais e não como artigos.¹⁹⁸ Müller (*op. cit.*) sugere que a criança reanalisa esses elementos e passa a tratá-los como artigos, e a partir daí a gramática da criança se iguala à gramática-alvo. Assim, não apenas a emergência de determinantes definidos, mas também o reconhecimento dos indefinidos funciona como *trigger* para a fixação paramétrica. Possivelmente, então, o traço relevante (ou ao menos um dos traços relevantes) para a fixação paramétrica seja o traço de definitude, o qual, dissemos, está associado a D, cuja emergência na fala infantil é um *trigger* para a fixação do parâmetro relevante para a concordância nominal.

¹⁹⁸ Os indefinidos nas duas línguas são homófonos ao numeral “um”.

Koehn (1994), também trabalhando com uma criança bilíngüe falante de francês e alemão, aponta que a criança começa marcando gênero e número sistematicamente nos determinantes definidos a partir dos 2;6 anos em francês; em alemão, a marcação sistemática de gênero¹⁹⁹ nos determinantes começa na mesma idade.

Em relação ao número no alemão, por volta de 2;6 anos a criança percebe que existe mais de uma forma para os nomes, mas não as associa à leitura de “um” e “mais de um”; a autora também corrobora que uma estratégia inicial das crianças no alemão é codificar número lexicalmente, através de numerais e quantificadores. A partir dos 2;6, a criança paulatinamente associa duas formas conhecidas de um mesmo nome a singular e plural; os dados corroboram a hipótese da aprendizagem lexical (Clahsen, 1991). Quanto ao francês, a criança só passa a marcar número nos determinantes indefinidos a partir dos 2;8 anos, confirmando os dados de Müller (*op. cit.*). A marcação de número nos nomes em francês só ocorre a partir dos 3;5 anos

É interessante notar que a mesma criança começa marcando número em D em francês e em N no alemão quando as marcações passam a ser sistemáticas; segundo Koehn (*op. cit.*), isso se deve ao fato de que em francês raramente há o uso de marcas de plural nos nomes; já no alemão, os determinantes não seriam elementos “confiáveis” para a codificação de plural, pois há muita homofonia entre os paradigmas.²⁰⁰ De todo modo, a idade relevante para a “análise” dos dados e fixação paramétrica parece ser entre os 2;6 e os 2;8 anos de idade nas duas línguas.

4.1.5 “E AGORA, O QUE EU FAÇO COM ISSO?”

Dissemos, no início deste capítulo, que a hipótese da interação de traços e da influência da variabilidade no *input* poderiam explicar as diferenças observadas entre as línguas na aquisição da concordância de número. Mais especificamente, dissemos que,

¹⁹⁹ Inicialmente, o gênero neutro é tratado como um “subgênero” do masculino; além disso, gênero só é marcado nas formas singulares.

²⁰⁰ O paradigma do feminino é semelhante ao do plural; além disso, para alguns itens funcionais como determinantes definidos e indefinidos e também os possessivos em função adjetiva, o paradigma masculino é semelhante ao neutro.

nas línguas em que o morfema de número é um *singleton* e o morfema de gênero é dissociado, a previsão é que a criança produza formas não-atestadas na gramática adulta durante o período de “análise” dos dados.

O italiano parece ser a língua menos problemática para a aquisição da concordância interna ao DP: após os 2;2 anos, quando desaparecem os protoartigos,²⁰¹ os poucos erros na concordância determinante-nome não são erros de concordância de fato, mas sim erros na escolha do item lexical específico, devido à alomorfia existente nessa língua para os determinantes masculinos (definidos e indefinidos). Nessa língua, não só gênero e número são morfemas dissociados, como são também cumulativos. Ou seja: é impossível codificar gênero sem codificar número (e vice-versa) nos itens lexicais flexionáveis. Além disso, o *input* é homogêneo e robusto (nos termos de Lightfoot, 1991).

O PE também não parece apresentar dificuldades para a criança: há ocorrências precoces (1;6 – 1;10) de padrões agramaticais²⁰² (marcação de número apenas em N) mas aos 1;11 anos a concordância de gênero e número já é semelhante à da gramática-alvo. Nessa língua, novamente, tanto o morfema de gênero quanto o de número são dissociados, e o *input* disponível para a criança é, a exemplo do italiano, homogêneo e robusto.

Em relação ao francês adulto, há semelhanças com as variedades do PB em que o morfema de número é um *singleton*, uma vez que ambas as línguas evitam marcação de número em N. Os dados discutidos aqui sobre a aquisição do francês são todos de crianças bilíngües, portanto qualquer comparação deve ser vista com cautela; todavia, há semelhanças entre os dados de E. e os dados dos sujeitos analisados por Müller (*op. cit.*). Em primeiro lugar, a estratégia inicial de codificar número através de

²⁰¹ Novamente, vemos que o surgimento, na produção, de determinantes preenchidos não-expletivos favorece a fixação do parâmetro e estabilização da gramática adulta.

²⁰² Observe-se que esse padrão aparece muito precocemente (lembrando que, na mesma faixa etária, as crianças adquirindo PB ainda estão no estágio singular *default*). Freitas & Miguel (*op. cit.*) afirmam que os primeiros determinantes são protoartigos; seguindo Roeper (2006), é possível que aos 1;11 esses determinantes passem a ter função referencial, e por isso a produção de concordância se equipara à da gramática-alvo.

quantificadores e do numeral *dois*.²⁰³ Além disso, a idade de emergência de determinantes definidos pluralizados, os quais sugerimos que funcionam como *triggers* para a fixação paramétrica, é a mesma: 2;6 anos. O fato de em francês só aparecerem nomes flexionados para plural a partir dos 3;5 anos explica-se pela frequência desse tipo de dados no *input*: trata-se, tanto quanto no PB, de uma forma zero que co-ocorre com uma forma preenchida; entretanto, o *input* do francês é mais consistente, pois quase não apresenta marcas de plural nos nomes; desse modo, a criança adquirindo essa língua está comportando-se de acordo com a gramática-alvo.

Quanto à hipótese da interação de traços, não há, segundo Müller (*op. cit.*) ocorrências de incongruência de número entre determinantes definidos e nomes. Todavia, há incongruência de número entre determinantes indefinidos (singulares) e nomes até 2;8 anos. Conforme dito na nota 202, Müller (*op. cit.*) assume que a criança trata esses elementos como numerais. Todavia, uma explicação maior é necessária, pois a semântica desses elementos é singular no *input*. De qualquer forma, há ocorrências agramaticais de concordância de número, confirmando a hipótese da interação de traços.

No que tange ao espanhol, temos, *grosso modo*, duas variedades em jogo: aquelas com aspiração e enfraquecimento da coda /s/, como o espanhol das Ilhas Canárias e do Chile, e as variedades madrilenha e mexicana, que se comportam como o PE (morfemas dissociados de gênero e número). Em relação às variedades aspiradas, há semelhanças entre estas e o PB em relação à variabilidade do *input*. E o que se observa na aquisição, é, de fato, o mesmo atraso observado em relação ao PB. O fato de as crianças do PB atingirem a gramática-alvo mais cedo do que as crianças chilenas (3;2 *vs.* 5;0 anos para a produção e 7;0 para a compreensão) pode ser por conta da tripla variação nessa língua; enquanto o PB tem a forma zero concorrendo com o [s]²⁰⁴, no espanhol temos três representações de plural: a forma zero, [s] e [h]. A criança das Ilhas Canárias analisada por Marrero & Aguirre (*op. cit.*) corrobora essas observações,

²⁰³ Há algumas diferenças, no entanto: as crianças francesas também usam quantificadores, algo que não aparece nos dados de E.; além disso, as crianças analisadas por Müller (*op. cit.*) tendem a tratar os indefinidos singulares como marcadores de plural até os 2;8 anos. Há uma ocorrência nos dados de E., (*um pés*) aos 2;10 anos, época em que ela está “analisando” os dados de concordância.

²⁰⁴ Há um alofone [z], mas ambos estão em distribuição complementar quanto a contexto fonológico, não envolvendo fatores extralingüísticos.

pois começa a produzir plurais apenas aos 3;0 anos, e consistentemente apenas no determinante, que é a categoria em que o plural é mais marcado por [s] e também na qual a marca de plural é menos elidida.

Não temos, no entanto, como confirmar a hipótese de que a interação entre um morfema *singleton* de número e um morfema dissociado de gênero seja a responsável pelas formas agramaticais, pois os dados apresentados por Miller (*op. cit.*) são de crianças maiores, e o *corpus* da criança das Ilhas Canárias não foi analisado com detalhe por Marrero & Aguirre (*op. cit.*).

Quanto ao espanhol de Madrid, vimos, a partir de Marrero & Aguirre (*op. cit.*), que aos 2;1 anos a concordância interna ao DP já é como a do adulto. Há casos inesperados de marcação agramatical de número (marca só em N) que poderiam desconfirmar a hipótese da interação de traços, mas, segundo Lleó (2006), essas ocorrências são motivadas por questões fonológicas de produção de codas consonantais e protoartigos, e não por questões sintáticas como falha no estabelecimento da concordância. Assim, o espanhol de Madrid se comporta da mesma forma que o PE e o italiano. Além disso, a produção de determinantes definidos preenchidos parece ser, tanto quanto no caso das demais línguas, fundamental para a fixação paramétrica.

O alemão opera de forma um tanto distinta das demais línguas analisadas até o momento. Primeiramente, seu paradigma de gênero conta com uma forma neutra. Além disso, gênero só é codificado no singular; assim, apesar de gênero e número serem ambos morfemas dissociados, há uma relação mais estreita entre gênero e o valor singular do traço de número. Finalmente, existem 8 alomorfes de número nos nomes nessa língua, o que requer aprendizagem lexical. O que se pôde observar a partir dos estudos resenhados anteriormente é que aos 2;6 a criança passa a associar as diferentes formas de um nome à noção de numerosidade. Além disso, o traço de definitude parece mais explicitamente decisivo para a fixação paramétrica nessa língua do que nas demais, corroborando a análise apresentada no capítulo 3. Na verdade, não apenas nessa língua, mas também em francês, visto que o tratamento dado aos indefinidos pelas crianças bilíngües é o mesmo nas duas línguas. É preciso ter cuidado, pois talvez a criança esteja

trazendo elementos de uma língua para a outra (cf. Lleó (2006) sobre o tratamento das sílabas por crianças bilíngües espanhol-alemão). O fato de os determinantes em alemão, mas não em francês, apresentarem muita homofonia pode ser o motivo do “papel de destaque” dos indefinidos na fixação paramétrica nessa língua.

Também merece destaque a relação entre gênero e número, pois gênero, segundo Corrêa, Name e Ferrari Neto (*op. cit.*) é o que delimita a categoria D para a criança. Uma vez que gênero não ocorre com DPs plurais em alemão, é possível que isso atrase, não a delimitação da categoria, mas a fixação do parâmetro da concordância nominal, pois esta depende também da identificação de número.

Por fim, em relação ao inglês, a produção de plural precede sua associação à interpretação de “mais de um”.²⁰⁵ Além disso, os determinantes definidos preenchidos emergem apenas a partir dos 3;0 anos. Retomando a análise do capítulo 3 a hipótese da interação de traços, podemos supor que a ausência de gênero gramatical e de número nos determinantes dificulte a delimitação da categoria D para as crianças adquirindo essa língua (cf. Corrêa, Name & Ferrari Neto, *op. cit.*), confirmando a hipótese da interação de traços.²⁰⁶ Os dados sobre a aquisição do AAVE apontam que a hipótese da influência da variabilidade do *input* também se sustenta.

Em vista de quanto foi dito até o momento, parece plausível assumir que alguma versão da hipótese de interação de traços e da hipótese da influência da variabilidade no *input* têm efeitos sobre a aquisição da concordância nominal. Na próxima seção, procuraremos levantar algumas questões pertinentes sobre o formato do parâmetro da concordância nominal e o papel dos *triggers* em sua fixação.

²⁰⁵ Nos trabalhos revisados até o momento, não verificamos a testagem dessa associação para as demais línguas, portanto uma comparação se torna difícil.

²⁰⁶ Pois a ausência de determinantes preenchidos consiste em agramaticalidade em alguns contextos em inglês. Para uma ampla discussão sobre o licenciamento de nomes nus em inglês, veja-se Carlson (1977), entre outros.

4.2 O PARÂMETRO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Vimos até o presente momento que a produção de determinantes definidos preenchidos parece ser o principal dado acionador (*trigger*) para o parâmetro da concordância nominal. Os dados de aquisição nos levam a crer que o traço fundamental seja definitude. No capítulo 3, dissemos que também a emergência do padrão redundante na fala da criança funciona como um *trigger*. Mas afinal, qual é o “formato” de um *trigger*? Como se dá a fixação paramétrica? Qual é o parâmetro da concordância nominal?

Na seção 1.2.3, afirmamos que a fixação paramétrica só pode ocorrer com base em evidência positiva e em dados robustos e estruturalmente acessíveis. Além disso, defendemos a idéia de que há apenas um fator desencadeante exclusivo para cada parâmetro, e que todas as possibilidades paramétricas devem estar acessíveis à criança desde o início para fins de *parsing* (Valian, 1988; Fodor, 2001), ou seja, não há refixação.

Fodor (2001) aponta que tanto o modelo de pistas de Lightfoot (1991) quanto o modelo de *triggers* de Gibson & Wexler (1994) não lidam bem com ambigüidade; como alternativa, ela apresenta o STL (*structural triggers learner*) como método de decodificação paramétrica. O STL combina propriedades dos modelos de pistas e de *triggers* (as pistas estruturais), mas em vez de procurar por elas nos dados, o STL as usa no processamento das sentenças do *input*, checando todos os valores paramétricos ao mesmo tempo. Segundo a autora, esse modelo é eficiente na decodificação de sentenças não-ambíguas e detecta de maneira confiável a ambigüidade.²⁰⁷

A busca por pistas pressupõe que cada parâmetro pode ser associado com alguma propriedade estrutural detectável, um aspecto da estrutura arbórea. A proposta de Fodor (2001) é que um valor paramétrico pode ser *identificado* com a sua pista estrutural, que

²⁰⁷ Ambigüidade, aqui, não deve ser entendida como ambigüidade estrutural, mas sim como ambigüidade enquanto dado acionador, ou seja: dados que poderiam acionar ambos os valores de um parâmetro, ou valores excludentes de diferentes parâmetros.

ela chama de *treelet* ou *acionador estrutural* (*structural trigger*). Ela toma os *treelets* como sendo “the deepest manifestation of the parameter value, the source of all its effects on the derivation of sentences that it contributes to” (*ibidem*, p. 748). A autora associa os *treelets* a traços formais nas categorias funcionais, de acordo com a visão de parâmetro trazida pelo PM (cf. seção 1.4). A idéia fundamental do modelo é que o decodificador funciona mesmo se a propriedade estrutural que define o parâmetro na GU não for diretamente reconhecível nos dados do *input*; contanto que esta deixe sua marca nas derivações, mesmo que de forma não-transparente, o STL a encontrará.

Em linhas gerais, o modelo funciona da seguinte forma: os *treelets* constituem um conjunto inato de parâmetros. Toda língua natural contém um subconjunto desses *treelets*, que se combinam com os princípios da GU e com o léxico de palavras e morfemas para compor as sentenças da língua. A tarefa do STL é selecionar, do conjunto de *treelets* disponibilizado pela GU, aqueles que são adequados para a língua sendo adquirida. O STL adota um *treelet* apenas caso este seja necessário para o processamento de uma sentença do *input*.

Em relação à ambigüidade, Fodor (2001) apresenta duas possibilidades: versões determinísticas (STL-D) e não-determinísticas (STL-ND) do STL. As versões determinísticas só tomam decisões corretas; essas versões do modelo não fixam parâmetros com base em dados ambíguos. O preço a pagar é a demora na fixação dos parâmetros devida à espera por dados não-ambíguos (se é que esses existem), e Fodor (2001) aponta que esse tipo de modelo só funciona se o *input* for cooperativo; para a autora, talvez o STL-D espere muito da qualidade do *input* que a criança recebe.

As versões não-determinísticas arriscam a fixação de um parâmetro com base em dados ambíguos; esses modelos são mais rápidos, mas pagam o preço errando e corrigindo os erros, ou seja, envolvem refixação paramétrica. Talvez esse modelo, que não espera pelo “*input* perfeito”, seja mais eficaz para lidar com as línguas naturais.

O principal problema do STL-D é a demora na fixação dos parâmetros. Isso ocorre porque há muitos dados ambíguos, e estes são descartados se forem ambíguos para um parâmetro, mesmo que sejam não-ambíguos para outro. Inicialmente, portanto, a

criança conta com uma gramática muito incipiente, pois ainda não fixou muitos parâmetros. Como a cada parâmetro fixado a ambigüidade diminui, o início da aquisição é um caminho espinhoso para a criança: tudo é muito ambíguo. A aquisição é uma curva, e a fixação de parâmetros é cada vez mais veloz conforme a criança avança na própria fixação.

Já nos modelos STL-ND, o *parser* não assinala a ambigüidade para o aprendiz, e este pode fixar incorretamente um parâmetro, que depois terá de ser corrigido. Fodor (2001) diz que isso facilita o trabalho inicial da criança (diminui a carga computacional), porque não é necessário ficar esperando por uma sentença não-ambígua; o decodificador também não é livre para fixar o parâmetro em qualquer valor, pois o modelo restringe (lembrando que um novo *treelet* só é selecionado quando o *parser* não é capaz de processar uma sentença do *input*). O problema é admitir que haja refixação de parâmetros, bem como o fato de que os erros cometidos podem criar contextos para que se gerem outros erros na fixação de outros parâmetros. Além disso, um STL-ND não pode descartar os valores paramétricos que competem com os valores adotados; visto que estes são modelos propensos a erros, sempre pode ser necessário reverter a fixação. A curva de aprendizagem é mais achatada nesse caso, porque a criança fica refixando parâmetros incorretamente fixados; o que o modelo ganha em velocidade de aprendizagem no início, perde na aceleração gerada pelo abandono dos valores alternativos dos parâmetros (que é o que gera a aceleração da fixação nos modelos STL-D). Quanto a isso, o número de gramáticas no *ranking* de candidatos não parece penalizar tanto assim o modelo, pois, a exemplo do modelo de aprendizagem variacional de Yang (1999, 2004), apenas as gramáticas mais altamente ranqueadas são consideradas durante o processamento de uma sentença.

Segundo Fodor (2001), a comparação entre os dois modelos está apenas começando. O STL-D é o único capaz de gerar uma fixação paramétrica plenamente acurada; computacionalmente, não há custo para isso, mas há custo em termos de taxa de aprendizagem, especialmente nos estágios iniciais. O STL-ND chega mais próximo de uma taxa constante de fixação de parâmetros ao longo do tempo, mas não parece fazer

jus ao comportamento lingüístico observado nas crianças, que tendem a não usar construções que não dominam. Além disso, não se sabe se um modelo como esse gera o mesmo problema do modelo de *triggers* de Gibson & Wexler (1994), ou seja, se a fixação paramétrica pode enveredar por uma gramática da qual jamais será possível sair.²⁰⁸

Um modelo “misto” é sugerido por Fodor (2001): ele assinalaria os pontos de ambigüidade como o STL-D, mas permitiria a fixação paramétrica nesses casos da mesma forma que o STL-ND. Tal modelo geraria progresso veloz inicial, mas a confiança do procedimento num determinado *treelet* seria ranqueada (o dispositivo saberia se aquele *treelet* foi selecionado com base em *input* ambíguo ou não).

Os dados analisados no capítulo 3 e na seção 4.1 não parecem confirmar a existência de refixação paramétrica; o que se observa, por exemplo, em casos como o plural nos nomes em alemão ou os determinantes masculinos no italiano, é a necessidade de aprendizagem lexical. Isso implicaria a não-adoção de um modelo não-determinista.

Retomando os dados da seção 4.1, temos que no PE e em italiano, assim que os determinantes definidos passam de protoartigos a artigos plenos, a concordância de número interna ao DP é estabelecida no padrão da gramática-alvo sem maiores problemas; no italiano, há apenas a questão da aprendizagem dos determinantes masculinos, que estão em distribuição complementar quanto ao contexto fonológico.²⁰⁹ O mesmo se pode dizer do espanhol de Madrid: as dificuldades observadas no estabelecimento da concordância são satisfatoriamente explicadas por Lleó (2006) como problemas na fonologia e não na sintaxe.

Em relação ao francês, parece evidente que, assim que as crianças abandonam os protoartigos, passam a marcar gênero tanto nos determinantes definidos quanto em N, e número apenas nos determinantes definidos (pois não é comum nessa língua que se

²⁰⁸ Além disso, o modelo não garante 100% de fixação paramétrica correta. O problema é semelhante ao da evidência negativa indireta discutido em 1.2.3.1. Fodor (2001) deixa em aberto a possibilidade de que a gramática nunca se estabilize de fato, como na teoria de Roeper (1999) sobre bilingüismo universal: caso os dados sejam ambíguos, a criança retém, na gramática adulta, os dois valores de um mesmo parâmetro como duas gramáticas distintas, mas ambas operantes.

²⁰⁹ O que rege a variação são variáveis lingüísticas apenas, as quais, segundo Miller (*op. cit.*) são dominadas pela criança antes das variáveis extralingüísticas.

marquem os nomes com plural). Desse ponto em diante, não há produção de incongruências de número entre D e N.

No PB, vimos que o surgimento, na produção, de determinantes definidos não-expletivos, somado ao surgimento de formas redundantes, parece ser o *trigger* para a fixação da concordância no padrão adulto. A demora observada entre o surgimento dos dados relevantes e a estabilização da gramática é explicada por meio da hipótese da influência da variabilidade do *input*. No caso de E., também a aprendizagem lexical dos numerais serve como pista para o abandono da estratégia inicial.

Quanto ao alemão, vimos que há algumas dificuldades a mais: a existência de 8 alomorfes para o plural nos nomes requer aprendizagem lexical; também a existência de um gênero neutro e a marcação de gênero apenas nas formas singulares não são comuns às demais línguas e devem contribuir para a dificuldade de delimitação da categoria D para a criança, segundo a hipótese de Corrêa, Name e Ferrari Neto (*op. cit.*). Mesmo delimitada, essa categoria é ambígua nas suas manifestações lexicais, pois, conforme apontado anteriormente, há muitos casos de homofonia.²¹⁰ Interessante notar que justamente nessa língua, em que os determinantes definidos são ambíguos, Müller (*op. cit.*) indica que a gramática-alvo só emerge depois que as crianças analisam os indefinidos como tal. Dessa forma, é plausível concluir que o traço relevante para a fixação do parâmetro da concordância nominal é o traço de *definitude*, apesar de a concordância em si operar sobre os traços- ϕ .

Retomando os dados do PB, é possível perceber, a partir das evidências de outras línguas, que o *trigger* relevante é o traço de *definitude*; o uso de determinantes definidos preenchidos seria, então, indício da aquisição do traço e conseqüente fixação do parâmetro, também o aumento no uso das formas redundantes deve ser, dessa forma, visto como conseqüência, e não causa da “análise” das formas pela criança.

Quanto ao espanhol chileno, não é possível dizer muita coisa, pois há uma lacuna nos dados justamente no período relevante. Os dados da criança das Ilhas Canárias, no

²¹⁰ Inclusive entre o paradigma do feminino e o paradigma do plural, que são mutuamente excludentes visto que gênero só se manifesta no singular. Além disso, há marcação morfológica de Caso nessa língua.

entanto, podem servir como pista, visto que as variedades são semelhantes quanto à aspiração e enfraquecimento do /s/ final de palavra. Esses dados apontam que a criança começa a marcar número apenas em D, corroborando o que foi dito até o momento.

Finalmente, o inglês é a língua na qual os determinantes definidos são produzidos mais tardiamente. De fato, esta é a única língua dentre as analisadas na qual os determinantes indefinidos emergem antes dos definidos; também é a única na qual os indefinidos não são homófonos ao numeral um (*a/an* vs. *one*). Essa é, também, a única língua aqui discutida na qual não há manifestação de gênero gramatical. Talvez a emergência tardia do determinante se dê em função, justamente, dessas diferenças; e, curiosamente, essa é, dentre as línguas em questão, a única na qual número só é marcado em N no DP.

Retornando aos tipos de STL, os dados do alemão, do PB e do espanhol chileno consistem em evidência de que a criança não fixa o parâmetro com base em dados ambíguos – outro argumento em favor de um STL conservativo. No caso do alemão, é preciso esperar até que a criança reanalise os indefinidos; no espanhol, a tripla variação condicionada por fatores lingüísticos e extralingüísticos provoca o atraso observado, apesar de a categoria D já estar amplamente “operativa”. E no PB, a criança E. claramente adota uma estratégia inicial que não é dependente de fixação paramétrica, pois diz respeito apenas ao tipo de morfologia usada para codificar plural (morfema livre), algo “lexical”, idiossincrático de cada língua.²¹¹

Associar diretamente morfologia e parâmetros, de fato, não parece a melhor saída. O tipo de morfologia (livre, presa, dissociada, *singleton*, etc) varia de língua para língua, mas essa variação é lexical. Hyams (1992), falando sobre a morfologia do italiano, aponta que as distinções relevantes são adquiridas pela criança muito rápido, mas a morfologia completa da língua é aprendida item-a-item, porque se trata de uma

²¹¹ Ruth Lopes (c.p.) lembra que, no início da discussão sobre categorias funcionais (especialmente Ouhalla, 1991), a formulação de possibilidades sempre considerava a realização morfológica como uma variável – se feita por morfema livre ou preso. Isso pode ser pensado em termos de onde estão os traços e núcleos numa dada estrutura e por que eles estão onde estão. Em algumas línguas, determinados morfemas podem ser núcleos; em outras, não. Isso se explicaria através do sabor dos traços disponíveis nas categorias funcionais relevantes (e sua instanciação ou não em determinadas línguas).

aprendizagem lexical (como no caso dos determinantes masculinos, o fato de a criança não selecionar o item correto não quer dizer que ela não estabeleça concordância, quer dizer apenas que ela ainda não percebeu que a variação no uso desses itens é condicionada por fatores fonológicos).

Um parâmetro sobre a concordância deveria, portanto, ser algo mais geral, sobre a concordância como um todo (verbal e nominal), que se manifestasse de formas diferentes nas línguas a partir da interação entre traços nas categorias relevantes (gênero, número, pessoa, definitude; tempo, aspecto) e da morfologia disponível nas línguas (que refletirá da melhor forma possível essas interações / configurações dos traços). A previsão é que, se o parâmetro for o mesmo, as coisas deveriam “acontecer” ao mesmo tempo nos dois sistemas; há trabalhos como os de Pizzuto & Caselli (*op. cit.*) que indicam que é justamente isso que acontece.

Evidentemente, a única forma de verificar como as coisas acontecem é via morfologia e alguns itens lexicais relevantes para as categorias em questão, como os determinantes, mas talvez não apenas aí. Nesse ponto, os dados analisados até o momento parecem indicar que estamos no caminho certo: o traço de definitude é o dado que aciona a fixação do parâmetro e o conseqüente estabelecimento da concordância interna ao DP. Isso faz sentido pensando-se na proposta de que D é o núcleo-TE do DP, responsável pelos traços de definitude, pelo estabelecimento da concordância e dos movimentos que ocorrerão internamente ao DP ao longo de uma derivação.

Voltando à idéia de que há duas categorias funcionais no DP (D e Num, ambas com traços- ϕ e δ), e que concordância é o compartilhamento de traços, por mais que ambas as categorias estejam disponíveis para a criança desde o início por serem universalmente disponibilizadas pela GU, dado que D é o núcleo-TE, apenas quando a morfologia e a semântica desse elemento estiverem plenamente operantes a concordância de número no DP será possível. Assim, ainda que Num seja uma categoria funcional responsável apenas pela representação de número, essa representação depende do determinante, que tem efeitos semânticos desvinculados de traços- ϕ e, portanto, uma semântica mais complexa que, segundo Roeper (2006), não está acessível

para a criança desde o início. Enquanto D estiver subespecificado, não haverá concordância de número no DP. No momento em que D passa a estar plenamente especificado,²¹² a concordância de número passa a ser estabelecida, a menos que haja algum outro fator (fonologia no caso do espanhol de Madrid, variabilidade no *input* no espanhol chileno e no PB, alomorfes no alemão) que o dificulte.

Concluindo, se de fato os parâmetros estão ligados aos traços formais nas categorias funcionais, continuarão sendo binários, mas certamente envolverão, conforme buscamos exemplificar tentativamente ao longo das últimas páginas, mais do que um traço, o qual terá dois valores [+ ou -]. Então os parâmetros são binários, mas a concepção de parâmetro dependerá de uma gama maior de combinações possíveis de valores de traços distintos numa dada categoria funcional, e mesmo entre categorias.

²¹² Ou ao menos especificado no ponto relevante para a concordância de número; veja-se que a concordância de gênero é adquirida mais cedo (cf. Corrêa, Name e Ferrari Neto, *op. cit.*). Vejam-se também autores como Karmiloff-Smith (1981), Roeper (2006) e Wexler (2003), que argumentam, ainda que de modos diferentes, em favor de uma especificação gradual da semântica/pragmática dessa categoria.

CONCLUSÃO

“Antes de chegar ao verso final já tinha compreendido que não sairia jamais daquele quarto, pois estava previsto que a cidade dos espelhos (ou das miragens) seria arrasada pelo vento e desterrada da memória dos homens no instante em que Aureliano Babilonia acabasse de decifrar os pergaminhos e que tudo o que estava escrito neles era irrepetível desde sempre e por todo o sempre, porque as estirpes condenadas a cem anos de solidão não tinham uma segunda oportunidade sobre a terra.”
(Gabriel García Márquez, *Cem anos de solidão*)

Os objetivos deste trabalho foram descrever a aquisição da concordância de número interna ao DP no PB e comparar os dados do PB a dados de aquisição da concordância em outras línguas, buscando avançar uma hipótese unificada para o tratamento deste fenômeno e um formato para o parâmetro da concordância nominal.

Em relação ao primeiro objetivo, mostramos que apesar das diferentes estratégias iniciais adotadas por cada criança para a representação gramatical de número, o dado acionador da fixação do parâmetro é o mesmo: o traço de definitude. A variação observada entre as diferentes crianças é fruto do contato destas com um *input* variável o qual envolve uma forma zero (Miller, 2007).

Quanto ao segundo objetivo, a comparação entre os dados de línguas como espanhol, italiano, francês, PE, inglês e alemão confirmou o que havia sido observado para o PB: em todas essas línguas, a concordância da língua-alvo é atingida após a emergência de determinantes definidos na produção lingüística da criança, produção esta associada à especificação desta categoria. Os dados do alemão indicam que é o traço de definitude, especificamente, o responsável pelo acionamento do parâmetro. Uma vez acionado o parâmetro, a criança passa a produzir a concordância de número esperada na gramática-alvo; todavia, fatores como necessidade de aprendizagem lexical ou mesmo fatores fonológicos podem retardar a manifestação da concordância.

A importância do traço de definitude para o estabelecimento da concordância nominal corrobora o mecanismo de concordância proposto neste trabalho, segundo o qual concordância é compartilhamento de traços (Frampton & Gutmann, 2000a). Adaptando esse modelo para o DP, tentamos mostrar que o determinante é o núcleo

responsável pelos traços de definitude do DP, os quais determinam os possíveis movimentos que ocorrerão no interior do DP durante uma derivação. Além disso, o determinante é o responsável pelo estabelecimento da concordância no DP, justamente por ser o núcleo em que os traços de definitude (traços- δ) são interpretáveis.

Investigamos também a hipótese da interferência da variabilidade do *input*, lançada por Miller (2007). Os dados do PB confirmam essa hipótese, pois há, entre o surgimento dos dados acionadores e a fixação do parâmetro, um período no qual dissemos que a criança “analisa” os dados de concordância do *input* e manipula os traços formais relevantes.

Outra hipótese investigada foi a da interação entre traços formais e sua manifestação morfológica, cuja previsão mais forte era a de que a interação de um morfema *singleton* de número com um morfema dissociado de gênero é a responsável pelo padrão agramatical observado no PB durante a fase em que a criança “analisa os dados”, entre o surgimento dos dados acionadores e a fixação do parâmetro. Para confirmar essa hipótese, observamos línguas como o espanhol chileno e o francês: em relação ao último, a hipótese parece se confirmar, pois há manifestações agramaticais de concordância no período relevante; já com relação ao primeiro não foi possível concluir nada, pois a faixa de dados relevante não estava descrita em nenhum dos trabalhos a que tivemos acesso.

Finalmente, sugerimos que o parâmetro da concordância deveria englobar também a concordância verbal, especialmente se assumimos, como neste trabalho, que o mecanismo sintático responsável pela concordância é o mesmo no nível da sentença e no nível do DP. Desse modo, faz-se necessário, a partir de agora, investigar a aquisição da concordância verbal nas línguas aqui analisadas (e também ampliar o escopo das línguas analisadas) para verificar as possíveis correlações existentes, de modo a possibilitar uma maior compreensão dos fenômenos de concordância em seus aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos. A compreensão da concordância poderá auxiliar principalmente na compreensão do *design* da Faculdade da Linguagem, especialmente se

pudermos mostrar que se trata, como suspeita Chomsky, de uma imperfeição aparente das línguas naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Sei de uma região montanhosa cujos bibliotecários repudiavam o supersticioso e vão costume de procurar sentido nos livros e o equiparam ao de procurá-lo nos sonhos ou nas linhas caóticas da mão.”
(Jorge Luis Borges – *A biblioteca de Babel*)

ABNEY, S. P. (1987) *The English noun phrase in its sentential aspect*. Tese de doutorado, MIT.

AUGUSTO, M., J. Ferrari Neto & L. Corrêa (2006) Explorando o DP: a presença da categoria NumP. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 245-275.

BAKER, C. (1979) Syntactic theory and the projection principle. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 10, p. 233-280.

_____. (1989) Some observations on degree of learnability. *Behavioral and Brain Sciences*, Cambridge, v. 12, n. 2, p. 334-335.

BERKO, J. (1958) The child's learning of English morphology. *Word*, n. 14, p. 150-177.

BERWICK, R. (1985) *The acquisition of syntactic knowledge*. Cambridge, MA.: MIT Press.

BICKERTON, D. (1989) Recent developments in formal linguistics and their relevance to acquisition studies. *DELTA*, São Paulo, v. 5, p. 51-70.

_____. (1990). *Language and species*. Chicago: The University of Chicago Press.

BLOOM, P. & K. Wynn (1997) Linguistic cues in the acquisition of number words. *Journal of Child Language*, Cambridge, v. 24, p. 511-533.

BONET, E. (1991) *Morphology after syntax: pronominal clitics in Romance*. Tese de doutorado, MIT.

BORER, H. (1984) *Parametric syntax*. Dordrecht: Foris.

_____. (2005) *In name only*. Oxford: Oxford University Press.

BORER, H. & K. Wexler (1987) The maturation of grammatical principles. In: Roeper, T. & E. Williams (eds) *Parameter setting*. Dordrecht: Reidel, p. 123-172.

BROWN, R. (1973) *A first language: the early stages*. London: George Allen & Unwin.

BROWN, R. & C. Hanlon (1970) Derivational complexity and the order of acquisition in child speech. In: Hayes, J. (ed) *Cognition and the development of language*. New York: Wiley.

CARLSON, G. (1977) *Reference to kinds in English*. Tese de doutorado, University of Massachusetts.

CARSTENS, V. (2000) Concord in minimalist theory. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 31, n. 2, p. 319-355.

CASTRO, A. (2001) Os possessivos em português europeu e português brasileiro: unidade e diversidade. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Associação Portuguesa de Lingüística, Colibri, p. 599-613.

CAZDEN, C. (1972) *Child language and education*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

CHIERCHIA, G. (2003) *Semântica*. Campinas/Londrina: Editora da UNICAMP/EDUEL.

CHOMSKY, N. (1955) *The logical structure of linguistic theory*. Chicago: The University of Chicago Press. [1975].

_____. (1964) *Current issues in linguistic theory*. The Hague: Mouton.

_____. (1965) *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

- _____. (1970) Remarks on nominalization. In: Jacob, R. A. & P. S. Rosembaum (eds) *Readings in English transformational grammar*. Waltham, MA: Ginn, p. 184-221.
- _____. (1980) Rules and representations. *Behavioral and Brain Sciences*, Cambridge, v. 3, n. 1, p. 1-61.
- _____. (1981) *Lectures on government and binding: The Pisa lectures*. 2. ed. Dordrecht: Foris, 1982.
- _____. (1986) *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger.
- _____. (1987) *On the nature, use and acquisition of language*. Kyoto Lectures I, ms.
- _____. (1994) *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Caminho.
- _____. (1995) *The minimalist program*. Cambridge, MA.: The MIT Press.
- _____. (1998) Minimalist inquiries: the framework. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 15, Cambridge, Mass.
- _____. (1999) Derivation by phase. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 18, Cambridge, Mass.
- _____. (2000) *New horizons in the study of language and mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2001) Beyond explanatory adequacy. *MIT Occasional Papers in Linguistics*, 20. Cambridge, Mass, p. 1-28.
- CHOUINARD, M. & E. Clark (2003) Adult reformulations of child errors as negative evidence. *Journal of Child Language*, Cambridge, v. 30, n. 3, p. 637-669.

- CLAHSEN, H. (1989) Creole genesis, the Lexical Learning Hypothesis and the problem of development in language acquisition. In: PÜTZ, M. & R. Dirven (eds) *Wheels within wheels: papers of the Duisburg Symposium on Pidgin and Creole Languages*, p. 55-79.
- _____. (1991) Constraints on parameter setting: a grammatical analysis of some acquisition stages in German child language. *Language Acquisition*, Mahwah, NJ, v. 1, n. 4, p. 361-391.
- CLARK, E. (1987) The principle of contrast: a constraint on language acquisition. In: MacWhinney, B. (ed) *Mechanisms of language acquisition*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- CLARK, E. (1993) *The lexicon in acquisition*. Cambridge: CUP.
- CLARK, E. & H. Clark (1979) When nouns surface as verbs. *Language*, Baltimore, v. 55, n. 4, p. 767-811.
- COOK, V. & M. Newson (1996) *Chomsky's Universal Grammar: an introduction*. 2. ed. Oxford: Blackwell.
- CORRÊA, L., M. C. Name & J. Ferrari Neto (2004) O processamento da informação de interface na aquisição de gênero e número no português. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 123-137.
- COSTA, J. & C. Figueiredo Silva (2002) Notes on nominal and verbal agreement in Portuguese. *Rivista di Grammatica Generativa*, Padova, v. 27, p. 17-29.
- DEMUTH, K. (2003) The acquisition of Bantu languages. In: Nurse, D. & G. Philippson (eds) *The Bantu languages*. Surrey: Curzon Press, p. 209-222.
- DI SCIULLO, A. & E. Williams (1987) *On the definition of word*. Cambridge, MA: MIT Press.
- EMONDS, J. (1976) *A transformational approach to syntax*. New York: Academic Press.

- ENÇ, M. (1991) The semantics of specificity. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 1-25.
- EWERS, H. (1999) Schemata im mentalen Lexikon: Empirische Untersuchungen zum Erwerb der deutschen Pluralbildung. In: Meibauer, J. & M. Rothweiler (eds) *Das Lexikon im Spracherwerb*. Tübingen/Basel: A. Francke, p. 106-127.
- FELIX, S. (1984) Maturational aspects of Universal Grammar. In: Davies, A, C. Crippen & A. Howatt (eds) *Interlanguage*. Edinburgh: Edinburgh University Press, p. 133-161.
- _____. (1992) Language acquisition as a maturational process. In: Weissenborn, J., H. Goodluck & T. Roeper (eds) *Theoretical issues in language acquisition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 25-51.
- FERENZ, K. & S. Prasada (2002) Singular or plural? Children's knowledge of the factors that determine the appropriate form of count nouns. *Journal of Child Language*, Cambridge, v. 29, p. 49-70.
- FERRARI NETO, J. (2003) *Reconhecimento do número gramatical e processamento da concordância de número no sintagma determinante na aquisição do Português Brasileiro*. Dissertação de mestrado, PUC-Rio.
- FIGUEIRA, R. A. (2004) A criança na língua: marcas de subjetivação na aquisição do gênero. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, p. 3, p.61-74.
- FODOR, J. (1998) Unambiguous triggers. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 29, n. 1, p. 1-36.
- _____. (2001) Setting syntactic parameters. In: Baltin, M. & C. Collins (eds) *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell, p. 730-767.
- FODOR, J. & W. Sakas (2004) Evaluating models of parameter setting. In: Brugos, A., L. Micciulla & C. Smith (eds) *BUCLD 28 Proceedings*. Somerville, MA: Cascadilla Press, p. 1-27.
- FRAMPTON, J. & S. Gutmann. (1999) Cyclic computation: a computationally efficient minimalist syntax. *Syntax*, Oxford, v. 2, n. 1, p. 1-27.

_____. (2000a) *Agreement is feature sharing*. Northeastern University, ms.

_____. (2000b) *Crash-proof syntax*. Northeastern University, ms.

FRAMPTON, J., S. Gutmann, J. Legate & C. Yang (2000) *Remarks on 'Derivation by Phase': feature valuation, agreement, and intervention*. Ms.

FREITAS, M. & M. Miguel (1998) Prosodic and syntactic interactions: the acquisition of NP functional projections in European Portuguese. *Proceedings of ConSOLE VI*. Leiden: SOLE.

FREITAS, M., M. Miguel & I. Faria (2001) Interaction between prosody and morphosyntax: plurals within codas in the acquisition of European Portuguese. In: Weissenborn, J. & B. Höhle (eds) *Approaches to bootstrapping*, v. 2. Amsterdam: John Benjamins, p. 45-57.

GIBSON, E. & K. Wexler (1994) Triggers. *Linguistic Inquiry*, v. 25, n. 3, p. 407-454.

GREENFIELD, P. (1991) Language, tools and brain: the ontogeny and phylogeny of hierarchically organized sequential behavior. *Behavioral and Brain Sciences*, Cambridge, v. 14, n.4, p. 531-550.

GRICE, H. (1975) Logic and conversation. In: Cole, P. & J. Morgan (eds) *Syntax and semantics*, v. 8. New York: Academic Press, p. 41-48.

GUERÓN, J. & T. Hoekstra (1989) T-chains and constituent structure of auxiliaries. In: Cardinaletti, A., G. Cinque & G. Giusti (eds) *Constituent structure: papers from the Venice GLOW*. Dordrecht: Foris, p. 35-99.

_____. (1995) The temporal interpretation of predication. In: Cardinaletti, A. & M. T. Guasti (eds) *Syntax and Semantics 28: Small Clauses*. New York: Academic Press, p. 77-107.

GUILFOYLE, E. & M. Noonan (1988) Functional categories and language acquisition. *13th Annual Boston University Conference on Language Development*.

- HAEGEMAN, L. (1990) Non-overt subjects in diary contexts. In: MASCARO, J. & M. Nespor (eds) *Grammar in progress: GLOW Essays for Henk van Riemsdijk*. Foris: Dordrecht, p. 167-179.
- HAIDER, H. (1993) Principled variability: parametrization without parameter fixing. In: Fanselow, G. (ed) *The parametrization of Universal Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, p. 1-16.
- HARRIS, J. (1991) The exponence of gender in Spanish. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 27-62.
- HEIM, I. (1982) *The semantics of definite and indefinite NPs*. Tese de Doutorado, UMass.
- _____. (1991) Articles and definiteness. In: Stechow, H. & D. Wunderlich (eds) *Semantics: an international handbook of contemporary research*. Berlin: De Gruyter.
- HIRAIWA, K. (2005) *Dimensions of symmetry in syntax: agreement and clausal structure*. Tese de doutorado, MIT.
- HOEKSTRA, T. & N. Hyams (1998) Aspects of root infinitives. *Lingua*, v. 106, p. 81-112.
- HOEKSTRA, T., N. Hyams & M. Becker (1997) The underspecification of number and the licensing of root infinitives. In: Hughes, E.; M. Hughes & A. Greenhill (eds) *Proceedings of the 21st Annual Boston University Conference on Language Development*. Sommerville, MA: Cascadia Press, p. 293-306.
- HORNSTEIN, N., J. Nunes & K. Grohmann (2006) *Understanding minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOUDÉ, O. (1997) Numerical development: from the infant to the child. Wynn's (1992) paradigm in 2- and 3-year-olds. *Cognitive development*, v. 12, p. 373-392.
- HYAMS, N. (1986a) *Language acquisition and the theory of parameters*. Dordrecht: Reidel.

_____. (1986b) Core and peripheral grammar and the acquisition of reflections. Trabalho apresentado no 11th Annual Boston Conference on Language Development. Boston, MA.

_____. (1992) Morphosyntactic development in Italian and its relevance to parameter-setting models: comments on the paper by Pizzuto & Caselli. *Journal of Child Language*, v. 19, p. 695-709.

_____. (1996) The underspecification of functional categories in early grammar. In: Clahsen, H. (ed) *Generative perspectives on language acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, p. 91-128.

JOHNSON, V. (2005) Comprehension of third person singular /s/ in AAE-speaking children. *Journal of Language, Speech and Hearing Services in Schools*, v. 36, p. 116-124.

KARMILOFF-SMITH, A. (1981) *A functional approach to child language: a study of determiners and reference*. Cambridge: Cambridge University Press.

KATO, M. (1995) Sintaxe e aquisição na Teoria de Princípios e Parâmetros. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 57-73.

_____. (2002) *A evolução da noção de parâmetro*. DELTA, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 309-337.

KOEHN, C. (1994) The acquisition of gender and number morphology within NP. In: : Meisel, J. (ed) *Bilingual first language acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, p. 29-51

KORNFELD, L. & A. Saab (2004). Nominal ellipsis and morphological structure in Spanish. In: Bok-Bennema, R., B. Hollebrandse, B. Kampers-Manhe & P. Sleeman (eds) *Romance Languages and Linguistic Theory: Selected Papers from Going Romance 2002*. Amsterdam: John Benjamins, p. 183-198.

KOUIDER, S., J. Halberda, J. Wood & S. Carey (2006) Acquisition of English number marking: the singular-plural distinction. *Language Learning and Development*, v. 2, n. 1, p. 1-25.

- LASNIK, H. (1981) Restricting the theory of transformations: a case study. In: Hornstein, N. & D. Lightfoot (eds) *Explanation in linguistics*. London: Longman, p. 152-173.
- _____. (1989) On certain substitutes for negative data. In: Matthews, R. & W. Demopoulos (eds) *Learnability and linguistic theory*. Dordrecht: Kluwer, p. 89-105.
- LEBEAUX, D. (1987) Comments on Hyams. In: Roeper, T. & E. Williams (eds) *Parameter setting*. Dordrecht: Reidel, p. 23-39.
- _____. (1988) *Language acquisition and the form of the grammar*. Tese de Doutorado. Amherst: University of Massachusetts.
- LENNEBERG, E. (1967) *Biological foundations of language*. New York: John Wiley & Sons.
- LIGHTFOOT, D. (1989) The child's trigger experience: degree-0 learnability. *Behavioral and brain sciences*, Cambridge, v. 12, n. 2, p. 321-334.
- _____. (1991) *How to set parameters: arguments from language change*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- LLEÓ, C. (2002) The Role of Markedness in the Acquisition of Complex Prosodic Structures in German-Spanish Bilinguals. *The International Journal of Bilingualism*, n. 6, p. 291-314.
- _____. (2003a). Child prosody and filler syllables: Looking into Spanish through the optimal window of acquisition. In: Montrul, S. & Ordóñez, F. (eds) *Linguistic Theory and Language Development in Hispanic Languages*. Somerville, MA: Cascadilla Press, p. 229-253.
- _____. (2003b). Prosodic licensing of coda in the acquisition of Spanish. *Probus*, v. 15, p. 257-281
- _____. (2006) Early acquisition of nominal plural in Spanish. *Catalan Journal of Linguistics*, n. 5, p. 191-219.

LONGOBARDI, G. (1994) Reference and proper names: a theory of movement in syntax and LF. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, v. 25, n. 4, p. 609-665.

_____. (2001) How comparative is semantics? A unified parametric theory of bare nouns and proper names. *Natural Language Semantics*, v. 9, p. 335-369.

LOPES, R. (2001a) (Des)aprendizagem seletiva: argumentos em favor de uma hipótese continuísta para a aquisição. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 113-139.

_____. (2001b). Aquisição da linguagem: novas perspectivas a partir do Programa Minimalista. *DELTA*. [online], v. 17, n. 2 [citado em 22/05/2007], p. 245-281. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502001000200004&lng=en&nrm=iso>.

_____. (2003) The production of subject and object in Brazilian Portuguese by a young child. *Probus*, 15, p. 123-146.

_____. (2004) Estágios no processo de aquisição de número no DP do Português Brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 157-171.

_____. (2006) Bare nouns and DP number agreement in the acquisition of Brazilian Portuguese. In: Sagarra, N. & J. Toribio (eds) *Selected proceedings of the 9th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville, MA: Cascadilla Proceedings Project, p. 252-262.

MAGALHÃES, T. (2002) *Valorando traços de concordância dentro do DP*. Trabalho de qualificação, UNICAMP.

_____. (2004) A valoração de traços de concordância dentro do DP. *DELTA*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 149-170.

_____. (2006) *O sistema pronominal sujeito e objeto na aquisição do Português Europeu e do Português Brasileiro*. Tese de Doutorado, UNICAMP.

- MARANTZ, A. (1997) No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: Dimitriadis, A. *et. al.* (eds) *Proceedings of the 21st Annual Penn Linguistics Colloquium: Penn Working Papers in Linguistics*, v. 4, n. 2.
- MARATSOS, M. (1976) *The use of definite and indefinite reference in young children*. New York: Cambridge University Press.
- MARCUS, G., S. Pinker, M. Ullman, M. Hollander, T. Rosen & F. Xu (1992) Overregularization in language acquisition. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, v. 57.
- MARRERO, V. & C. Aguirre (2003) Plural acquisition and development in Spanish. In: Montrul, S. & F. Ordoñez (eds) *Linguistic theory and language development in Hispanic languages*. Somerville, MA: Cascadilla Press, p. 275-296.
- MEISEL, J. (1994) *Bilingual first language acquisition*. Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (1997) Parâmetros na aquisição. In: Fletcher, P. & B. MacWhinney (eds). *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 21-40.
- MENUZZI, S. (2001) Sobre a evidência para a maturação dos universais lingüísticos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 141-166.
- MILLER, K. (2007) *Variable input and the acquisition of plurality in two varieties of Spanish*. Tese de doutorado, Michigan State University.
- MILLER, K. & C. Schmitt (2006) The effect of variable input on comprehension: evidence from Spanish. In: Bamman, D., T. Magnitskaia & C. Zaller (eds) *BUCLD 30 Proceedings*. Somerville, MA: Cascadilla Press, p. 365-376.
- _____. (no prelo) *Variable vs. consistent input: comprehension of plural morphology and verbal agreement in children*.
- MOINO, R. (1994) Chomsky em tempos de cólera. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 109-133.

- MOORE, M. (1979) *Acquisition of plural inflection by black American children*. Tese de doutorado, Michigan State University.
- MÜLLER, N. (1994) Gender and number agreement within DP. In: Meisel, J. (ed) *Bilingual first language acquisition*. Amsterdam: John Benjamins, p. 53-88.
- NAME, M. C. (2002) *Habilidades perceptuais e lingüísticas no processo de aquisição do sistema de gênero no português*. Tese de doutorado, PUC-Rio.
- NEVINS, A. (2005) Derivations without the Activity Condition. In: McGinnis, M. & N. Richards (eds) *MIT Working Papers in Linguistics v. 49: Perspectives on phases*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 287-310.
- NIEDEGGEN-BARTKE, S. (1999) Flexion und Wortbildung im Spracherwerb. In: Meibauer, J. & M. Rothweiler (eds). *Das Lexikon im Spracherwerb*. Tübingen/Basel: A. Francke, p. 208-228.
- OCHS, E. & B. Schieffelin (1984) Language acquisition and socialization: three developmental stories. In: Schweder, R. & R. Levin (eds) *Culture theory: essays in mind, self and emotion*. Cambridge: CUP.
- OLSEN, S. (1989) (AGR)eement in the German Noun Phrase. In: Bhayy, C., E. Löbel & C. Schmidt (eds) *Syntactic phrase structure phenomena in noun phrase & sentences*. Amsterdam: John Benjamins, p. 39-49.
- OUHALLA, J. (1991) *Functional categories and parametric variation*. London: Routledge.
- PAGOTTO, E. (2007) *Entre dois mundos: contato inter-dialetal em Florianópolis*. UFSC, ms.
- PARODI, C. (1994) On Case and agreement in Spanish and English DPs. In: Mazzola, M. (ed) *Issues and theory in Romance linguistics*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, p. 403-415.
- PARK, T. (1978) Plurals in child speech. *Journal of Child Language*, Cambridge, v. 5, p. 237-250.

- PESETSKY, D. & E. Torrego (2004) *The syntax of valuation and the interpretability of features*. MIT/Umass, ms.
- PINKER, S. (1994) *The language instinct*. London: Penguin.
- PIZZUTO, E. & M.C. Caselli (1992) The acquisition of Italian morphology: implications for language development. *Journal of Child Language*, Cambridge, v. 19, n. XX, p. 491-557.
- POEPPEL, D. & K. Wexler (1993) The full competence hypothesis for early German phrase structure. *Language*, n. 69, p. 1-33.
- RADFORD, A. (1990) *Syntactic theory and the acquisition of English syntax*. Oxford: Blackwell.
- _____. (1997) Estrutura frasal e categorias funcionais. In: Fletcher, P. & B. MacWhinney (eds). *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 395-415.
- RANDALL, J. (1992) The catapult hypothesis: an approach to unlearning. In: Weissenborn, J., H. Goodluck & T. Roeper (eds) *Theoretical issues in language acquisition: continuity and change in development*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 93-138.
- REINHART, T. (1983) *Anaphora and semantic interpretation*. London: Croom Helm.
- RITTER, E. (1991) Two functional categories in noun phrases: evidence from modern Hebrew. In: ROTHSTEIN, S. (ed) *Syntax and semantics 25: perspectives on phrase structure*. New York: Academic Press, p. XX
- RIZZI, L. (1993) Some notes on linguistic theory and language development: the case of root infinitives. *Language Acquisition*, Mahwah, v. 3, n. 4, p. 371-393.
- _____. (1994) Root infinitives as truncated structures in early grammars. 18th Annual Boston Conference on Language Development.

- _____. (1997) The fine structure of the left periphery. In: Haegeman, L. (ed) *Elements of grammar*. Kluwer.
- ROEPER, T. (1973) Connecting children's language and linguistic theory. In: Moore, T. (ed) *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press, p. 187-196.
- _____. (1999) Universal bilingualism. *Bilingualism: language and cognition*, Cambridge, v. 2, n. 3, p. 169-186.
- _____. (2006) Watching noun phrases emerge: seeking compositionality. In: VAN GEENHOVEN, V. (ed) *Semantics in acquisition*. Dordrecht: Springer, p. 37-64.
- ROSS, J. R. (1967) Constraints on variables in syntax. Tese de doutorado, MIT.
- SAAB, A. (2004) Morphological sloppy identity in Spanish nominal ellipsis. Comunicação apresentada no EVELIN. Unicamp, Janeiro de 2004.
- SAUERLAND, U. (2003) A new semantics for number. In: Young, R. & Y. Zhou (eds) *Proceedings of SALT 13*. Ithaca: CLC Publications.
- SCHAEFFER, J. (1994) On the acquisition of scrambling in Dutch. In: *Proceedings of the Boston University Conference on Language Development I*. Somerville, MA.: Cascadilla Press.
- SCHERRE, M. (1988) *Reanálise da concordância nominal em português*. Tese de doutorado, UFRJ.
- _____. (1991) Reanálise da concordância nominal em português. *Abralin: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*. Salvador, n. 11, p. 95-124.
- _____. (1996) Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: Silva, G. & M. Scherre (orgs) *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 87-117.
- SCHMITT, C. & A. Munn (1999) Against the nominal mapping parameter: bare nouns in Brazilian Portuguese. In: Tamanji, P., M. Hirotani & D. Hall (eds) *Proceedings of NELS*, 29, p. 339-353.

SILONI, T. (1990) On the parallelism between CP and DP: the case of Hebrew semi-relatives. *Proceedings of LCLJ 1*, Leiden, p. 135-153.

_____. (1997) *Noun phrases and nominalizations: the syntax of DPs*. Dordrecht: Kluwer.

SIMIONI, L. (2006) Aquisição da concordância nominal de número: um estudo de caso. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 539-570.

SIMÕES, L. (2005) Concordância nominal de número e aquisição de regras variáveis. *Cadernos de Pesquisas em Lingüística*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 39-42.

_____. (2006) *Regras variáveis no desenvolvimento lingüístico: o caso da morfossintaxe no português brasileiro*. Trabalho apresentado no VII Encontro do CELSUL. Pelotas.

SVENONIUS, P. (2003) *On the edge*. University of Trømsø, ms.

SZABOLCSI, A. (1987) Functional categories in the noun phrase. In: Kenesei, I. (ed) *Approaches to Hungarian*, v. 2, p. 167-190.

_____. (1989) Noun phrases and clauses: is DP analogous to IP or CP?. In: Payne, J. (ed) *The structure of noun phrases*. Berlin: Mouton.

THOMAS, M. (2002) Development of the concept of "the poverty of the stimulus". *The Linguistic Review*, Berlin, v. 19, n. 1, p. 51-71.

URIAGEREKA, J. (1998) *Rhyme and reason*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

VALIAN, V. (1988) *Positive evidence, indirect negative evidence, parameter setting, and language learning*. Hunter College, ms.

_____. (1990) Logical and psychological constraints on the acquisition of syntax. In: Frazier, L. & J. de Villiers (eds). *Language processing and language acquisition*. Dordrecht: Kluwer, p. 119-145.

VAN KAMPEN, J. (1997) PF/LF convergence in acquisition. *Proceedings of the North East Linguistic Society*, v. 26, p. 149-163.

WEGENER, H. (1995) The German plural and its acquisition in the light of markedness theory. In: Pishwa, H. & K. Maroldt (eds). *The Development of Morphological Systematicity*. Tübingen: Gunter Narr, p. 245-261.

WEXLER, K. (2003) *Cues don't explain learning: maximal trouble in the determiner system*. Trabalho apresentado no CUNY Sentence Processing Conference, MIT.

WYNN, K. (1992) Addition and subtraction by human infants. *Nature*, **local**, v. 358, p. 749-750.

YANG, C. (1999) Two grammars are better than one. *Bilingualism: language and cognition*, Cambridge, v. 2, n. 3, p. 201-203.

_____. (2004) Universal Grammar, statistics, or both? *Trends in cognitive sciences*, Oxford, v. 8, n. 10, p. 451-456.